

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE GÓIS

Homologação: 29/05/2007

Revisão: 13/07/2012



MUNICÍPIO DE GÓIS

A promoção dos valores locais e das raízes, a reconstrução de identidades sociopessoais e locais, a produção de sociabilidades e o equacionamento e solução de problemas comuns, foram vertentes de uma intervenção socioeducativa, assumidamente globalizante. Este quadro, como se argumenta, foi também, intencionalmente, o de transformação e de mudança deliberada da escola e da administração dos territórios educativos.

Abílio Amiguiinho

Introdução

A nível municipal, a Carta Educativa traduz-se num documento de delineação e seriação indagada de edifícios e equipamentos educativos localizados no concelho, em conformidade com as soluções instrutivas e formativas às quais seja necessário dar resposta. Neste sentido, a Carta Educativa tem em vista a otimização dos recursos educativos enquadrados no desenvolvimento demográfico e socioeconómico do contexto em que se insere.

A primeira versão da Carta Educativa do Concelho de Góis foi apresentada em 2006, tendo sido homologada a 29 de maio de 2007. No início do ano de 2009 foi apresentada e aprovada proposta de monitorização e alteração à Carta Educativa, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de Góis, em Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2009. O presente documento corresponde à revisão da carta educativa, atendendo ao disposto no artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

De acordo com o disposto no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, os objetivos da Carta Educativa prendem-se com a adaptação da rede escolar ao contexto em que se insere, procurando responder às necessidades que se vão manifestando a médio e longo prazo. Por conseguinte, este documento deverá valorizar e reforçar os modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos, bem como dos projetos educativos dos respetivos agrupamentos, garantindo a concordância entre a rede escolar e as políticas dos municípios. À Carta Educativa, enquanto ferramenta de trabalho para o reflexo do processo de ordenamento, a nível municipal e da rede de ofertas de educação e formação, incumbe uma análise prospetiva, com vista à promoção e desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como à gestão ótima e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Para além da identificação dos equipamentos e edifícios de âmbito escolar, esta missiva educativa deverá incidir na identificação dos recursos humanos necessários para assegurar o prosseguimento das respostas ao nível educativo e formativo, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, prevendo não só a contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, como também o desenvolvimento de competências na área das atividades complementares de ação educativa e de desporto escolar.

A Carta Educativa constitui-se como um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, que deverá caracterizar sumariamente não só o local de incidência e organização espacial dos edifícios e equipamentos de educação, mas também o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a moção de intervenção relativamente à rede pública. A sua execução é da competência da respetiva câmara municipal, sendo aprovada em assembleia municipal, após avaliação e decisão do conselho municipal de educação.

Aquando das alterações significativas na organização da rede educativa anteriormente aprovada, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, urge a necessidade de se proceder à revisão da Carta Educativa, de acordo com o disposto no diploma que rege e regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e as Cartas Educativas. Assim, torna-se impositiva a revisão da mesma quando se verificam desconfigurações da rede escolar, no que respeita aos princípios e objetivos do planeado e estruturado na epístola antecedente. Quando não existam alterações que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa, o Ministério da Educação e a respetiva Câmara Municipal deverão proceder à reavaliação da necessidade de revisão da Carta Educativa, de cinco em cinco anos, de acordo com o artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

O papel que presentemente se atribui aos municípios em matéria de ordenamento da rede escolar, tendo em conta que se trata de um procedimento passível de alteração permanente, fundamenta-se com a nova visão do sistema educativo português que fomenta a aproximação entre o mesmo e os cidadãos, corresponsabilizando ambos quanto ao resultado do processo evolutivo e dinâmico que é a área da educação e do ensino não superior.

Princípios gerais da educação

A educação é um fenómeno intrínseco a qualquer sociedade, responsável pela perpetuação e sustento das gerações que se seguem, na assimilação de valores e hábitos essenciais à convivência e ajustamento do indivíduo enquanto membro da sociedade. Enquanto processo de socialização, a educação é uma prática contínua através da qual o indivíduo desenvolve a sua personalidade por meios de comunicação de massas e de grupos de referência, por forma a dar continuidade aos sistemas sociais.

Epistemologicamente falando, a educação encontra-se estreitamente relacionada com o conceito de socialização, tratando-se de um processo de integração do indivíduo numa sociedade, apropriando comportamentos e atitudes, modelando-os por valores, crenças, normas da mesma cultura em que o indivíduo se insere. A socialização primária traduz-se na interiorização da linguagem, de regras básicas, de modelos comportamentais relativos ao grupo a que o indivíduo pertence, permitindo a inclusão em novos setores do mundo objetivo da sociedade, como sendo na escola, reconhecendo-se os mesmos como práticas educativa formais.

No caso específico da educação formal exercida na escola, e tendo em conta a realidade do nosso país, a educação inicia-se, num âmbito não obrigatório, com o pré-escolar, destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a entrada na escolaridade obrigatória. Deste modo, consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, de acordo com o disposto na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Atualmente a escolaridade obrigatória tem a duração de 12 anos e organiza-se em três ciclos sequenciais e secundário.

A educação e a formação profissional constituem-se como um processo integrado, reforçado e operacionalizado pela atual reforma do sistema educativo português, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, tal como nos referem as orientações e estratégias Comunitárias adotadas no Conselho Europeu de Lisboa, em março de 2000, baseadas na inovação como suporte do desenvolvimento económico e social.

A Estratégia de Lisboa definiu em 2000, para a década de 2001 a 2010, como objetivo estratégico: *...tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão*

social. Este propósito fundamental delineado foi sendo reforçado nos subseqüentes conselhos realizados em Estocolmo (2001), Barcelona (2002) e em Bruxelas (2003/2004).

Com esta visão estratégica, o modelo educativo português aponta para a mobilização de recursos que permitam assegurar a todos os cidadãos o direito constitucional à educação, bem como o direito aos benefícios de uma formação prolongada, no sentido de uma plena e melhor qualificação.

Quadro 1 – Comparação dos sistemas de ensino de vários países

Idade \ País	3 A	4 A	5 A	6 A	7 A	8 A	9 A	10 A	11 A	12 A	13 A	14 A	15 A	16 A	17 A	18 A	
Bélgica	Maternelle		1ère à 6ème primaire							1ère à 6ème secondaire							
Brasil	Berçário/Educação Infantil		Ensino Fundamental I						Ensino Fundamental II				Ensino médio				
França	Maternelle		École élémentaire						Collège				Lycée				
Irlanda		Prescool	Primary school						junior cycle					senior cycle			
Canadá	Pré-mat.	Mat.	École primaire						Secondaire 1 a 5					Cégep			
Suíça		Maternelle	École primaire						Secondaire I				Secondaire II				
EUA	Preschool	Grammar school						Middle school				High school					
Portugal	Educação pré-escolar		1.º ciclo do ensino básico					2.º ciclo do ensino básico			3.º ciclo do ensino básico			Ensino secundário			
Cabo Verde	Pré-escolar		Básico integrado (1ª,2ª,3ª fase)						Secundário (1º,2º,3º ciclo)								

Fonte: Enciclopédia livre, Portal da Educação. Sistemas de ensino primário e secundário.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, com a última versão consolidada pela Lei nº49/2005, de 30 de agosto, estabelece princípios diretores para a garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso e a democratização da sociedade. De acordo com a mesma Lei de Bases e nos termos da Constituição da República, todos os cidadãos portugueses e todos aqueles que residam ou se encontrem em Portugal são titulares das liberdades e direitos pessoais fundamentais de educação.

O sistema educativo, enquanto conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, desenvolve-se através de uma composição organizada de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob a responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas e privadas.

O direito e o dever de educação exprimem-se, nos termos da lei, por uma efetivação formativa ao longa da vida, no respeito pela dignidade humana, destinada a promover o desenvolvimento da personalidade e a valorização individual assente no mérito, a igualdade de oportunidades, a

superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, bem como o progresso social, com vista à consolidação de uma vivência coletiva livre, responsável e democrática.

A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros, das suas personalidades, ideias e projetos individuais de vida, aberto à livre troca de opiniões e à concertação, formando cidadãos capazes de julgar, com espírito crítico e criativo, a sociedade em que se integram e de se empenhar ativamente no seu desenvolvimento, em termos mais justos e sustentáveis.

I PARTE
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL
E CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

1. Caracterização territorial e biofísica do Concelho de Góis

1.1 Análise territorial

O Concelho de Góis situa-se no distrito de Coimbra e está inserido no Pinhal Interior Norte (PIN) de acordo com a nomenclatura da Unidade Territorial (NUT - nível III). Situado na parte oriental do distrito de Coimbra, Góis possui uma vasta área territorial estimada em 276Km² e caracteriza-se por um forte isolamento geográfico. O concelho é galgado pelo Rio Ceira e é delimitado e separado da Beira Serra Interior pelas Serras da Lousã e Açor. O Concelho de Góis está incluído na área designada por Zona Serrana, a mais interiorizada da Beira Litoral, cobrindo 39% da área rural do distrito, onde predominam as grandes altitudes, encostas extensas e muito declivosas, segundo o Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte (2008-2013).

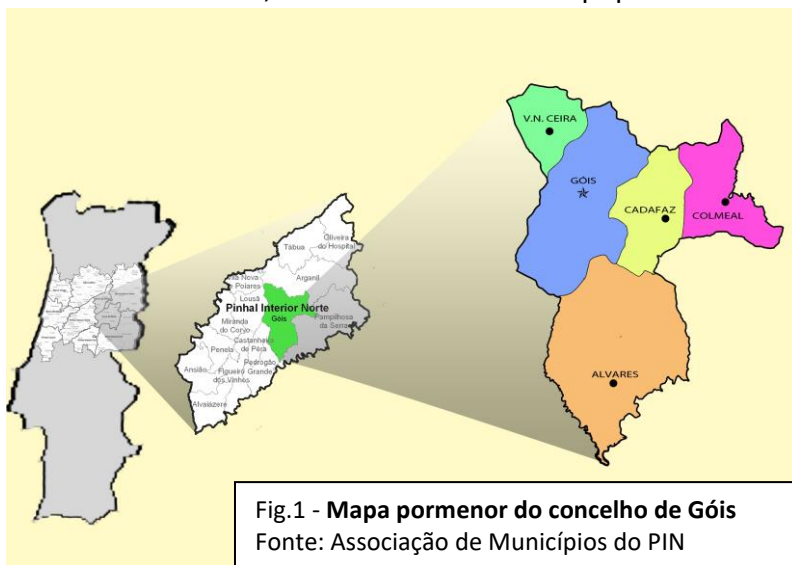
O Município de Góis é delimitado, a norte, pelos concelhos de Arganil, Póvoa do Varzim e Lousã, a nascente pelos de Arganil e Pampilhosa da Serra, a sul pelo de Pampilhosa da Serra e a poente pelos de Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra.

A zona do PIN cobre uma área territorial de 1 899 km², é uma região que sofre a influência de diversas e importantes cadeias montanhosas, como a Estrela, o Buçaco e a Lousã, que, em consequência das diferentes altitudes e orientações, originam a formação de microclimas bastante significativos. Góis representa 10% da área do Pinhal Interior Norte, 1% da área da Região Centro e 0,3% da área total de Portugal.

Apesar da alternância morfológica (61% da área situa-se em declives superiores a 8%), a região apresenta uma certa homogeneidade paisagística, sendo de realçar a importância significativa da componente florestal que assume na economia local 45% do Produto Interno Bruto (PIB) regional e na ocupação do solo 52% da superfície total.

Marcado por uma geografia própria muito acidentada e por uma dimensão essencialmente micro-regional e local, a vida social e económica do Concelho de Góis cruza-se com a forma de implantação e desenvolvimento dos aglomerados tradicionais existentes, apresentando o território formas de povoamento disperso, como o atestam as 190 povoações existentes distribuídas pelas suas 5 freguesias: Alvares, Cadafaz, Colmeal, Góis e Vila Nova do Ceira.

No extremo sul da região está situada a freguesia de Alvares. Foi vila e sede de concelho até 1855, cujo título foi atribuído pelo Rei D. Manuel I, e tinha, no ano de 1849, cerca de 3751 habitantes. Atualmente, Alvares com 38 povoações, enquanto sede de freguesia com 98,66 km², conta apenas com 812 habitantes, sendo a sua densidade populacional de 8,2 habitantes/km².



Cadafaz, freguesia onde a população vivia da produção de mel, da agricultura e da criação de cabras e ovelhas, tem cerca de 34,15 Km² de área e 190 habitantes, segundo dados referentes ao ano de 2011, do Instituto Nacional de Estatística. A freguesia do Cadafaz engloba também várias povoações, nomeadamente,

Cabreira, Corterredor, Tarrastal, Candosa, Capelo, Sandinha, Mestras e Relvas, sendo a relação entre a população e a superfície do território de cerca de 5,6 hab/km².

Colmeal, com 36,61 Km² de área e 158 habitantes, situa-se no coração das montanhas e é famosa pelo seu mel de urze. Devido à escassez de terrenos utilizáveis para cultivo, no passado, os habitantes dependiam em grande parte da caça. Hoje em dia é a produção de queijos de cabra, o mel local e o artesanato que ajudam a sustentar a freguesia.

Góis é uma freguesia do concelho, com 73,37 km² de área e 2171 habitantes, que regista uma densidade populacional de 29,6 hab/km². Para além da vila e da sede do concelho, esta freguesia inclui mais de meia centena de aldeias. A vila está situada a cerca de 40 km a leste de Coimbra, no Vale do Ceira.

Vila Nova do Ceira é geograficamente a mais pequena freguesia do concelho de Góis, com cerca de 20,93 km² de área e 929 habitantes, mas a mais densamente povoada com 44,4 hab/km². A freguesia é atravessada por dois cursos de água, o rio Ceira e um seu afluente, o rio Sótão, beneficiando de terra extremamente fértil. Vila Nova do Ceira é composta por uma série de povoações, destacando-se duas delas por se considerarem as mais importantes, a Várzea Grande, onde se localiza a sede da junta de freguesia, e a Várzea Pequena.

1.2 Análise biofísica

O Pinhal Interior Norte é um território marcado pela grandiosidade dos espaços naturais e pela forte complementaridade entre estes e os espaços ocupados pelo Homem. A preservação do equilíbrio homem-natureza e a garantia da sustentabilidade são as maiores condicionantes ao desenvolvimento da região, onde os recursos naturais são um recurso económico estratégico.

O rio Ceira, afluente do rio Mondego, maior rio nascido em Portugal, tem cerca de um terço do seu percurso (32 km) no interior do Concelho de Góis, atravessando-o no sentido aproximadamente transversal a Norte, sendo esta a principal linha de água. Evidenciam-se ainda as seguintes linhas de água, em função da área da respetiva bacia hidrográfica e do seu comprimento: rio Unhais, rio Sótão, ribeira de Mega, ribeira de Sinhel, ribeira de Celavisa, ribeira das Mestras, ribeira do Loureiro, ribeira da Pena, ribeira de Corterredor, ribeira do Amioso, ribeira de Carrimá e ribeira do Porto, num total aproximado de 130 quilómetros de extensão de massa de água no interior do concelho. (MOITA, 2009)

Ao longo das linhas de água, a vegetação ripícola desempenha um papel importante no funcionamento dos ecossistemas, proporcionando habitats de alimentação, abrigo e reprodução para um grande número de espécies.

A quantidade e qualidade dos recursos hídricos dependem, em grande medida do coberto vegetal e muito particularmente do estrato arbóreo. Os povoamentos florestais, por aumentarem as taxas de infiltração do solo e promoverem o escoamento não torrencial (causa da erosão), maximizam o aproveitamento das águas pluviais que atingem o solo.

A importância do ecossistema existente nestas áreas é de uma riqueza incalculável e a sua alteração, remoção ou artificialização conduzem a uma perda de capacidade de suporte e estabilização das

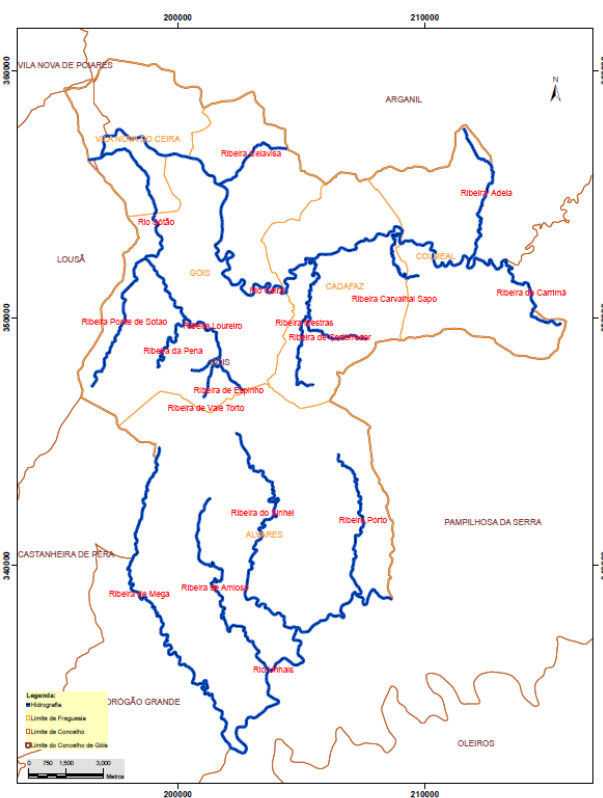


Fig. 2 – Mapa hidrográfico do concelho de Góis

margens dos rios e ribeiras, bem como a um descontrolo das cheias, filtração da poluição difusa e alterações do grau de insolação das águas.

A geologia desta área é composta por terrenos do complexo xistoso ordovícico muito metamorfizados alternando com quartzitos. As rochas aflorantes são o xisto e os quartzitos. Assim, estes materiais são os predominantes na construção que antigamente se fazia, no entanto, hoje em dia têm vindo a ser substituídos por materiais menos dispendiosos. O solo do concelho mostra altas montanhas e vales profundos, com povoações de casas brancas e de xisto a ornamentar a paisagem com hortas e quintais a aproveitar a água que jorra da serra.

O povoamento inicial consolidou-se a partir do estabelecimento dos agregados populacionais ao longo das antigas vias de comunicação fluvial e terrestre ou em locais estratégicos do ponto de vista defensivo, coincidindo as primeiras com as áreas de maior valia agrícola, do ponto de vista físico.

As aglomerações populacionais vieram a ser reforçadas, nalguns casos, pela presença de unidades industriais de dimensão significativa, cuja implantação e desenvolvimento teve, contudo, lugar em períodos distintos – casos de Alvares e Ponte do Sótão, em ambas as situações, vinculadas à presença de cursos de água, as unidades industriais em questão encontram-se atualmente extintas.

A partir da década de 1940 o Concelho de Góis vê a sua população residente substancialmente reduzida, no decurso de um processo de êxodo rural e migração.

Quadro 2 – População do concelho de Góis (1801 – 2011)

Ano	1801	1849	1900	1930	1960	1981	1991	2001	2011
Nº de habitantes	5231	6332	11891	12230	9744	6434	5372	4 861	4260

Fonte: INE

A implantação de unidades industriais no Concelho de Góis está hoje prejudicada pela oferta crescente de localizações alternativas surgidas devido à implementação do Plano Rodoviário Nacional 2000. As desvantagens decorrentes da diminuta acessibilidade, determinada pelas características do território, evidenciam-se na medida em que o número de postos de trabalho na agricultura se reduz e em que o desenvolvimento dos setores secundário e terciário é fator determinante na fixação da população.

O Concelho de Góis está incluído numa das zonas de máximo risco no que se refere aos incêndios florestais e é caracterizado predominantemente pela classe muito alta e elevada de probabilidade de ocorrência de incêndio florestal, de acordo com a Portaria n.º 1060/2004 que caracteriza o risco de incêndio de Portugal Continental. Este facto resulta da simultaneidade e da intensidade com que nele ocorrem certos fatores favoráveis, especialmente os respeitantes ao clima, bem como ao coberto florestal existente.

A área urbana apresenta uma expansão lenta, encontrando-se circunscrita às sedes de freguesia, com exceção de Ponte de Sótão (freguesia de Góis); Cortes (freguesia de Alvares); Cabreira (freguesia de Cadafaz); Várzea Pequena (freguesia de Vila Nova do Ceira).

O Concelho de Góis é abrangido por coutos mineiros de, entre outros, volframite, casseterite, ouro e prata, cuja exploração está desativada.

Merecem destaque as características ambientais e de património edificado do Concelho de Góis e a sua relação de acessibilidade com Coimbra.

O património edificado do concelho apresenta consideráveis adulterações, quer nos núcleos principais, quer em situações isoladas, associadas à introdução de novos materiais e influências de linguagens arquitetónicas mal assimiladas e fora de contexto.

Encontram-se, ao longo do espaço concelhio, edifícios de traça e construção tradicionais, de pequena dimensão e que não estão afetos a qualquer uso (caso da Talisca, conjunto de edifícios situados na Cabreira).

As características da paisagem, ditadas pelo acidentado do terreno, pela concentração do povoamento e a possibilidade de aproveitamento recreativo dos recursos hídricos, conjugada com a existência de pequenas edificações disponíveis, constituem atrativos (a juntar aos do património edificado) a aproveitar sob a forma de produto turístico.

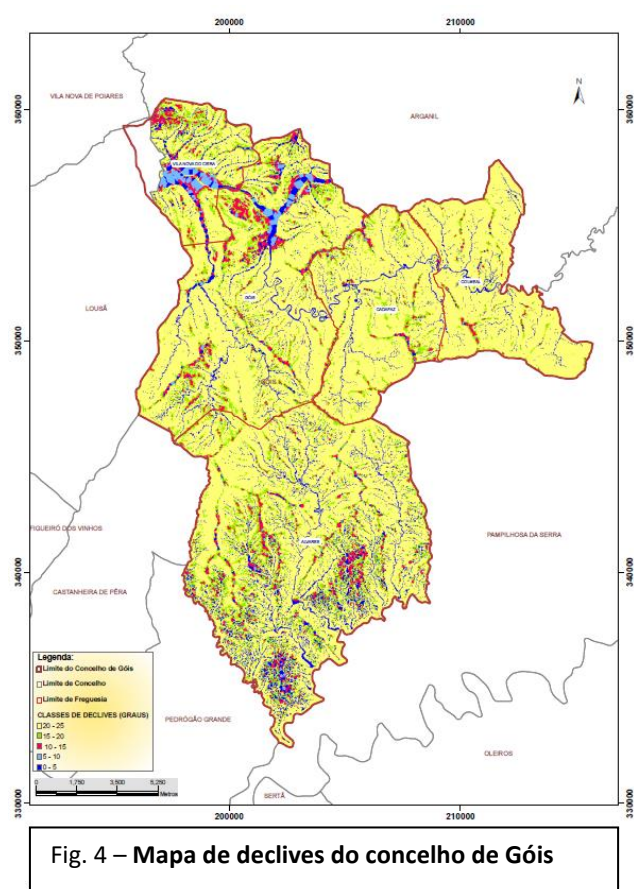


Fig. 4 – Mapa de declives do concelho de Góis

Do ponto de vista de lazer e recreio podemos salientar dois aspetos principais que se ligam ao aproveitamento das áreas de caça que cobrem praticamente todo o concelho e da pesca desportiva em alguns cursos de água.

O concelho possui ainda alguns valores de interesse estético e humanos dos quais se destaca o património histórico-arquitetónico já referido e ainda as paisagens ao longo dos traçados da E.N. 2 e da E.N. 543 e do cume da Serra (freguesia de Alvares).

A população urbana de Coimbra (em que pesa a população universitária e ligada aos serviços), num contexto de maior mobilidade individual e de procura crescente de recreio de ar livre, poderá

constituir um mercado privilegiado para o referido produto turístico.

As diferenças de altitudes fazem variar de modo significativo o clima, na medida em que se sabe da influência que a altitude tem, em particular, na distribuição das temperaturas e pluviosidade. Relativamente ao Concelho de Góis, a temperatura é bastante baixa, no inverno, chegando mesmo por vezes a ser negativa e, no verão, as temperaturas são amenas. A pluviosidade é elevada no inverno e praticamente ausente no verão.

O declive e a altitude são dos fatores mais importantes aquando da colonização de uma região. À medida que o declive aumenta, o risco de erosão torna-se inevitável, dificultando qualquer tipo de movimento de terra. Neste concelho verifica-se uma percentagem muito elevada de declives.

Tendo em conta o mapa de declives do Concelho de Góis, verifica-se que, na região sul, na zona da freguesia de Alvares, ao longo do Vale do Ceira e de Vila Nova do Ceira, encontram-se declives menos acentuados, atingindo valores inferiores a 5%. Na restante parte do território, os declives são bastante acentuados, alcançando valores entre os 20% e os 25%, tratando-se de solos com aptidão unicamente florestal. (MOITA, 2009)

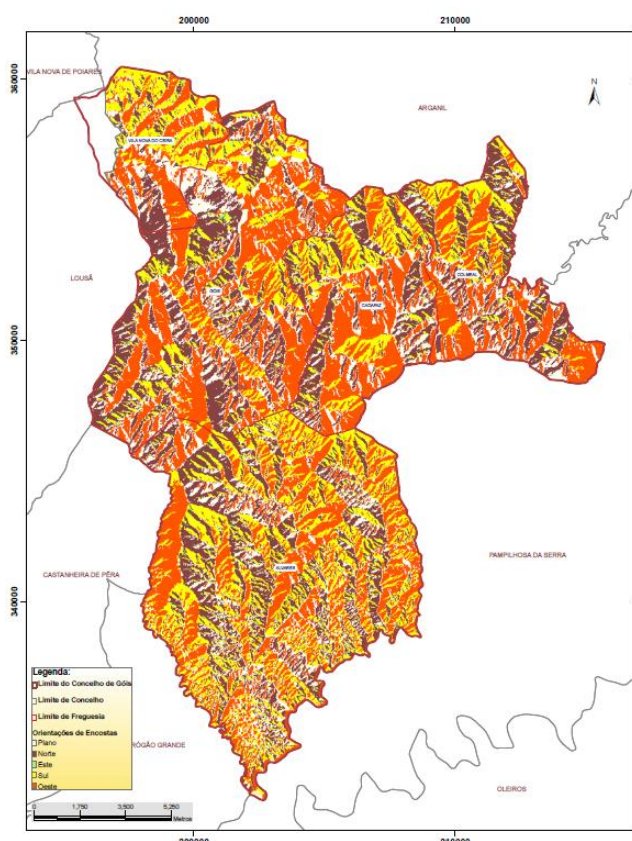


Fig. 5 – Mapa de exposições do concelho de Góis

Em termos de caracterização orográfica da região de Góis, a exposição do terreno é também um fator marcante na propagação de incêndios florestais, já que influi, de forma significativa, a quantidade de combustível e a sua humidade. Neste contexto, é importante recorrer-se à altimetria que permita compreender a exposição do terreno. No que se refere ao Concelho de Góis, com base no mapa, as exposições a sul são mais secas e normalmente têm menos combustível, no entanto, conduzem a mais baixos teores de humidade na carga combustível, aumentando fortemente a probabilidade de propagação de grandes incêndios.

Conclui-se assim que em Góis, com base na observação do mapa de exposições do Concelho de Góis, pela irregularidade do relevo, existem as

mais variadas exposições, denota-se uma percentagem mais elevada de área exposta a Oeste e Norte, no entanto a existência de zonas expostas a Sul, por se tratarem das mais preocupantes em termos de propagação de incêndios, merecem a nossa maior atenção.

2. Caracterização socioeconómica do Concelho de Góis

2.1 Análise demográfica

O conhecimento das características demográficas de uma população é um elemento fundamental em qualquer país. Atualmente é praticamente impossível organizar uma sociedade sem que existam dados sobre o conjunto de pessoas que a constituem. Só é possível projetar o futuro, quando se possui um bom conhecimento da população e da sua estrutura.

A análise dos dados relativos ao estado e estrutura da população concerne à população residente. Esta análise retrata a repartição geográfica da população, bem como a sua estrutura por género e idade. A composição de algumas características essenciais, tais como a escolaridade, a atividade económica, o índice de envelhecimento e a densidade populacional, é analisada a nível concelhio e por meio de residência, permitindo caracterizar a região de Góis em termos sociais.

A análise reporta-se ao ano de 2011 e às suas variações entre 2001 e 2011, para os indicadores fundamentais da caracterização territorial de referência, como são as variáveis socioeconómicas comparativamente aos restantes concelhos que integram o Pinhal Interior Norte.

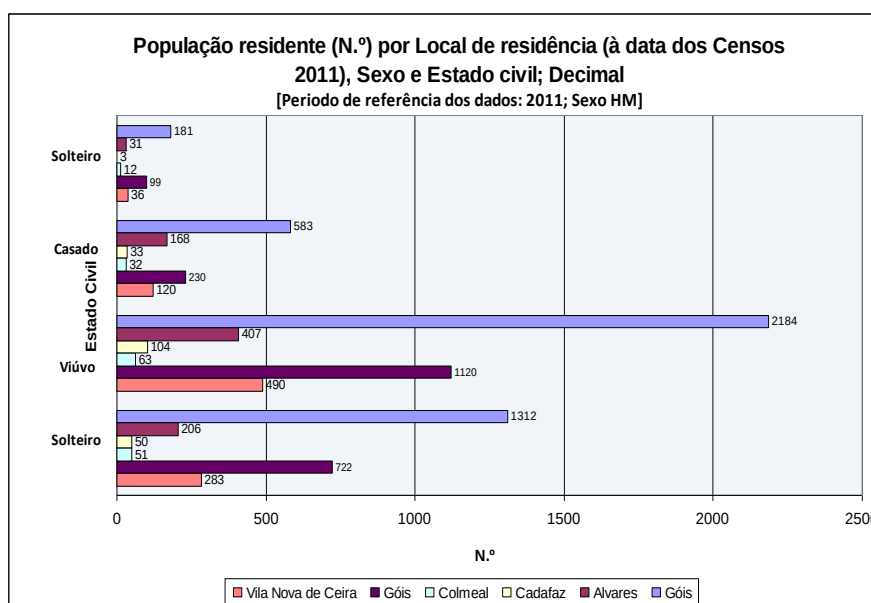
Tendo em conta os indicadores a utilizar para a análise demográfica do Concelho de Góis, e para se ter presente os conceitos envolventes, pode entender-se a densidade populacional como a expressão da relação entre o número de habitantes e a superfície do território, habitualmente número de habitantes por quilómetro quadrado.

O envelhecimento da população é hoje um fenómeno universal, característico tanto dos países centrais como, de modo crescente, dos países do Terceiro Mundo. Os fatores responsáveis pelo envelhecimento são discutidos e o processo conhecido por "transição demográfica" tem sido abordado. Assim, no que respeita à análise demográfica do Concelho de Góis é importante observar os valores com que se defronta o envelhecimento, verificando-se uma relação existente entre o número de idosos e a população jovem, expresso pelo número de residentes com 65 ou mais anos

por 100 residentes com menos de 15 anos. Quando se verificam valores superiores a 100, no que se refere ao índice de envelhecimento, pode afirmar-se que a população se encontra envelhecida.

Ainda na decorrência do estudo e análise da dinâmica populacional humana do Concelho de Góis importa compreender também o conceito de população residente, traduzindo-se pelo conjunto de indivíduos que, independentemente de no momento da observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

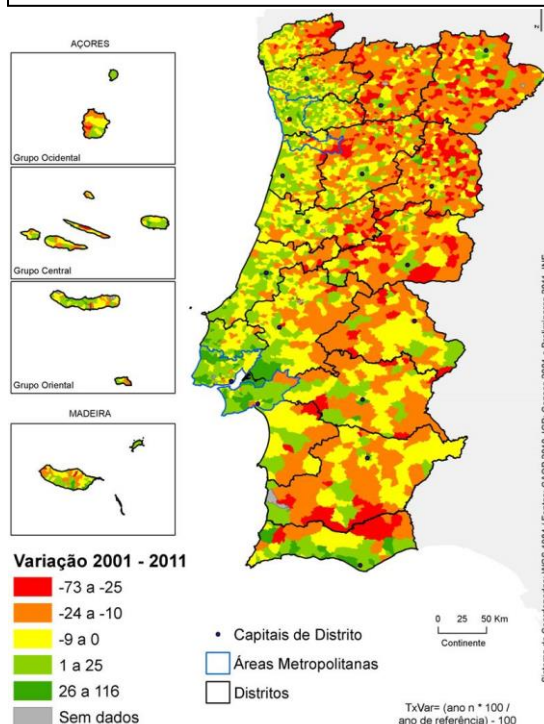
A nível social podemos constatar que não existem diferenças muito significativas entre as cinco freguesias do território, devendo-se este facto à homogeneidade cultural, territorial e dimensional, sendo a grande exceção a sede de concelho (Góis) que possui já um setor terciário relevante.



Fonte: Censos Preliminares 2011

Gráfico 1 – População residente por local de residência e estado civil

Fig. 6 – Variação da população residente em Portugal, por freguesia



Quadro 3 – População residente 2001 – 2010

Período de referência dos dados	Local de residência	População residente (N.º)		
		Género		
		HM	H	M
		N.º	N.º	N.º
2010	Portugal	10636979	5146643	5490336
	Centro	2375902	1148497	1227405
	Pinhal Interior Norte	136547	66002	70545
	Góis	4236	2067	2169
2001	Portugal	10329340	4988937	5340403
	Centro	2339561	1128064	1211497
	Pinhal Interior Norte	137167	65847	71320
	Góis	4763	2251	2512

Fonte: INE, 2011

Numa primeira análise dos resultados preliminares dos Censos de 2011 destaca-se a estagnação da população em número de residentes face a décadas anteriores, em Portugal. Em 2001, o país contava com 10 356 milhões de habitantes, em 2011 com 10 556 milhões, significando isto que o território tem mais 200 mil habitantes, numa década, no Continente e Ilhas. Assim, observa-se um

crescimento anual médio de 0,19%, a que corresponderia, se tal ritmo se mantivesse constante, um período de 363 anos para que a população residente duplicasse, segundo o estudo elaborado por Luís Baptista e Paulo Macedo (2011).

Apesar da aparente imobilidade demográfica, existe uma alteração na estrutura da distribuição da população pelo território nacional. O país tem os seus residentes mais concentrados em menos concelhos, estabelecendo um novo equilíbrio que se vem construindo ao longo de várias décadas. A concentração populacional deslocou-se ligeiramente para sul e litoralizou-se ainda mais.

Na ordenação das grandes regiões NUTS II registaram-se crescimentos de população mais significativos entre 2001 e 2011: a região de Lisboa, à volta de mais 150 mil habitantes, o Algarve, à volta de mais 55 mil habitantes; e a Madeira à volta de mais 23 mil habitantes. Depois, com valores pouco expressivos, os Açores com mais 4 mil habitantes e o Norte com mais 2.500 residentes. Perdem população o Alentejo, menos 18 mil habitantes, e o Centro, menos 21 mil, estando aqui bem presente o decréscimo da população nas regiões NUTS III do Pinhal Interior Norte.

Assim, podemos dizer que uma tendência de concentração urbana vai tomando forma nas últimas décadas, assistindo-se a uma espécie de crescente metropolização, que nos leva a colocar a questão do aparecimento com consistência de uma rede de aglomerados de média dimensão, alimentada pela perda de importância de muitas vilas antes mais povoadas, sendo que das 27 sub-regiões do Continente (NUTS III), 18 perderam população, apresentando no total, menos 126 mil habitantes.

No período apresentado, entre a década de 2001 a 2010, registou-se um decréscimo da população residente no PIN, e especificamente no Concelho de Góis, onde se observou uma queda de 620 habitantes e de 527 habitantes residentes, respetivamente. Em contraste, na unidade geográfica de Portugal e na Região Centro, continua a verificar-se, durante o mesmo período, um crescimento da população residente.

Densidade demográfica

Quadro 4 – Densidade populacional 2001-2010 (%)

Período de referência dos dados	Local de residência	Densidade populacional (N.º/km²)	Taxa de crescimento efetivo (%)
		N.º/km²	%
2010	Portugal	115,40	-0,01
	Centro	84,30	-0,22
	Pinhal Interior Norte	52,20	-0,37
	Góis	16,10	-1,99
2001	Portugal	112,30	0,71
	Centro	83	0,62
	Pinhal Interior Norte	52,40	0,18
	Góis	18,10	-1,13

Fonte: INE, 2011

Da observação do quadro conclui-se que o ritmo de crescimento da densidade populacional no Pinhal Interior Norte e especificamente no Concelho de Góis é claramente inferior ao observado nas unidades territoriais em comparação. Note-se que a densidade populacional do Concelho de Góis representa apenas 14% e 32%, respetivamente, de igual indicador em Portugal e no Pinhal Interior Norte.

Da análise da variação da densidade populacional da última década, verifica-se uma clara assimetria regional.

A densidade populacional no Concelho de Góis sofreu um decréscimo percentual acentuado, assim como grande parte dos seus concelhos vizinhos.

No que se refere à taxa de crescimento efetivo, continua a verificar-se um crescimento natural negativo, o que significa que a população do concelho está a diminuir, resultado da baixa taxa de natalidade e subida do saldo migratório. Em 2001 ainda se verificou uma taxa de crescimento positiva no Pinhal Interior Norte, sendo a realidade de hoje mais preocupante, uma vez que, em 2010, a taxa de crescimento natural era de -0,37%. No Concelho de Góis, o número de habitantes por Km² diminuiu significativamente na última década, tendo a taxa de crescimento efetivo apresentado variações de -1,13% em 2001 para -1,99 no ano de 2010.

Densidade populacional por concelho

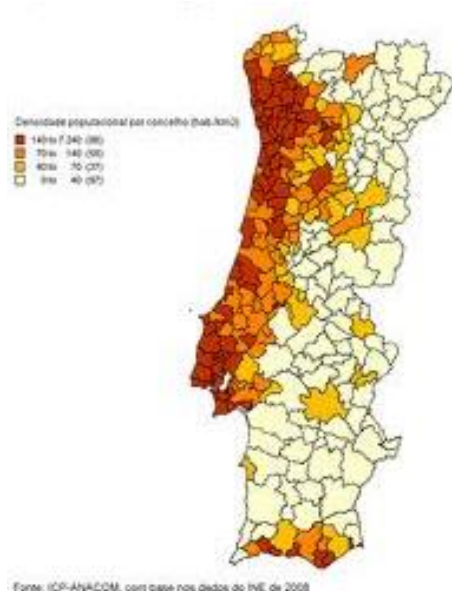


Fig. 7 – Mapa da densidade populacional por Concelho



Fig. 8 – Mapa de posicionamento do concelho de Góis em Portugal

Envelhecimento populacional

O envelhecimento da população, que inicialmente se verificou nos países mais desenvolvidos, está hoje generalizado, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), prevendo-se que esta tendência se mantenha no futuro. Este fenómeno demográfico está sobretudo associado à diminuição simultânea das taxas de mortalidade e de natalidade, com aumento da longevidade das populações.

É este o enquadramento da nossa dinâmica populacional. A baixa do índice sintético de fecundidade (que estima 2,1 crianças por mulher como limiar de substituição das gerações), associada ao aumento da esperança de vida da população (hoje, mais 14 anos do que em 1960 para os homens e mais 15 anos para as mulheres), especialmente o aumento da esperança de vida da população mais idosa, coloca ao país um conjunto de desafios não negligenciáveis.

O INE estima que em 2050 existam, em Portugal, cerca de 3 milhões de idosos (mais que quadruplicando face a 1960). Estes indivíduos com 65 e mais anos representarão cerca de 32% da população total, sendo maioritariamente constituídos por mulheres (55% deles).

Ainda segundo estas projeções, os indivíduos com mais de 80 anos serão 950 mil em 2050, um valor cerca de nove vezes superior ao observado em 1960, o que representará 10,2% do total da população.

Estas tendências são bem evidentes na análise das pirâmides etárias de 1960, 2004 e 2050. Num primeiro momento, as diferenças mais assinaláveis passam pelo estreitamento da base da pirâmide, como reflexo da quebra de efetivos populacionais mais jovens, sendo esperado, num segundo momento,

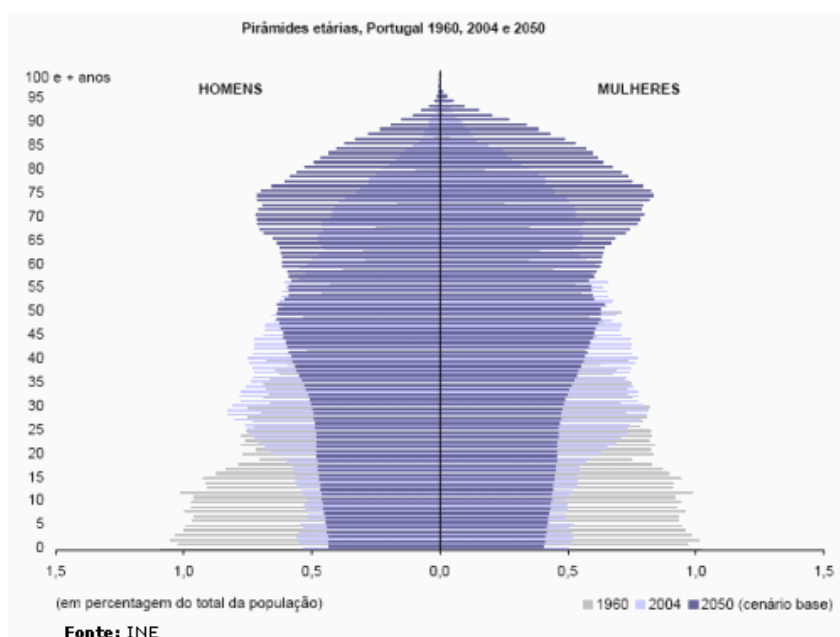


Gráfico 2 – Pirâmide etária por gênero em Portugal

o alargamento ainda maior do topo da pirâmide, como efeito do aumento dos efetivos mais idosos.

Quadro 5 – Taxa de natalidade e índice de envelhecimento 2001-2010

Período de referência dos dados	Local de residência	Taxa bruta de natalidade	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de longevidade
		‰	N.º	N.º	%
2010	Portugal	9,5	120,1	27,2	47,4
	Centro	8	152,9	31,9	50,1
	Pinhal Interior Norte	6,8	187	38,2	53,5
	Góis	4,7	288,2	53,9	60,8
2001	Portugal	11	104,2	24,5	41,9
	Centro	9,6	132,3	29,9	43,9
	Pinhal Interior Norte	8,7	168,3	38,5	47,9
	Góis	7,7	273,4	57,2	51,9

Fonte: INE, 2011

Na década de 60, Portugal era um país jovem, do ponto de vista demográfico, hoje a realidade apresenta-se bastante diferente, uma vez que se verifica uma estrutura etária muito envelhecida. No

ano de 2000, pela primeira vez, o número de jovens foi superado pelo número de idosos, apesar de, no quadro comunitário, ocupar ainda um lugar intermédio.

Em Portugal, a esperança média de vida era, em 1960, de apenas 61 anos para os homens e 67 anos para as mulheres, enquanto em 2005 atingia 81 anos para as mulheres e 75 para os homens. Assim, a esperança média de vida à nascença tem vindo a aumentar, sendo sempre superior nas mulheres, devido à sobremortalidade masculina. O envelhecimento da população portuguesa, para além do aumento da esperança média de vida, deve-se, igualmente, ao contínuo decréscimo da taxa de natalidade e à redução da taxa de mortalidade.

De acordo com os dados e análise da evolução demográfica no nosso país, os portugueses serão menos um milhão em 2050 e a população estará ainda mais envelhecida, havendo perto de 2,5 idosos por cada jovem. Daqui se conclui que a população portuguesa está a envelhecer e vai decrescer.

O aumento da esperança média de vida reflete-se diretamente no índice de envelhecimento, pois este indicador aumentou de 109 indivíduos idosos por cada 100 jovens, em 2004, para cerca de 110, em 2005. O fenómeno do envelhecimento é superior entre as mulheres.

Em termos regionais, o índice de envelhecimento registou os valores máximos no Alentejo, no Centro e Algarve, que apresentam índices de envelhecimento superior à média nacional, isto é, superiores a 110 idosos por cada 100 jovens. Os valores que se fazem sentir nestas regiões, principalmente nas regiões do interior, devem-se sobretudo à baixa natalidade e aos movimentos migratórios, quer internos quer externos. Já os valores inferiores à média nacional verificam-se nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores e no Norte, devido à maior taxa de natalidade, maior tradicionalismo e religiosidade.

O aumento do índice de envelhecimento tem reflexos nos índices de dependência. Assim, em Portugal, verifica-se que o índice de dependência total diminuiu de 50 indivíduos, em 1991, para 48, em 2001, situando-se, em 2005, em 48,6 indivíduos. No entanto, este declínio deveu-se exclusivamente à diminuição do número de jovens. Assim, o índice de dependência jovem foi de 23,1 indivíduos, uma vez que a relação de idosos na população potencialmente ativa passou para 25,4 indivíduos.

Quadro 6 – População, por local de residência, género e grupo etário em 2011

Género	Grupo etário	População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011), género e grupo etário; Decenal									
		Período de referência dos dados									
		2011									
		Local de residência (à data dos Censos 2011)									
		Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Góis	Alvares	Cadafaz	Colmeal	Góis	Vila Nova de Ceira
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
HM	0 - 14 anos	1572546	1484328	319284	16879	468	70	17	14	260	107
	15 - 24 anos	1145770	1078057	238908	12947	354	59	9	5	220	61
	25 - 64 anos	5820794	5535141	1244936	67051	1987	301	68	53	1115	450
	65 e mais anos	2022504	1949557	524452	34494	1451	382	96	86	576	311
H	0 - 14 anos	804133	758970	163398	8631	248	38	8	8	135	59
	15 - 24 anos	580834	546342	121430	6706	183	35	6	3	106	33
	25 - 64 anos	2813232	2672822	604815	32978	988	149	36	27	559	217
	65 e mais anos	849188	821459	221757	14277	583	141	44	33	234	131
M	0 - 14 anos	768413	725358	155886	8248	220	32	9	6	125	48
	15 - 24 anos	564936	531715	117478	6241	171	24	3	2	114	28
	25 - 64 anos	3007562	2862319	640121	34073	999	152	32	26	556	233
	65 e mais anos	1173316	1128098	302695	20217	868	241	52	53	342	180

Fonte: INE, 2011

De acordo com os valores observados, pode afirmar-se que o Concelho de Góis se enquadra na tipificação dos territórios envelhecidos e desertificados, segundo o estudo de Daniel Bessa. Trata-se de um concelho com 16 habitantes por Km². Segundo o Anuário Estatístico da Região Centro, do INE, o índice de envelhecimento aumentou em cerca de dez anos, de 2001 a 2010, 18,7 no Pinhal Interior Norte e 14,8 no Concelho de Góis. Este aumento deve-se não só ao aumento do índice de longevidade, mas também à diminuição da taxa de natalidade, verificando-se no período de cerca de dez anos, uma diminuição na taxa de natalidade de 1,9‰ e de 3‰, no Pinhal Interior Norte e no Concelho de Góis, respetivamente. Estamos perante um concelho sem capacidade de regeneração social.

De acordo com fonte do INE, a população residente em Góis em 2004 era de 4606 habitantes, sendo que o grupo etário mais expressivo é o das pessoas com mais de 65 anos, contando com 1491 habitantes, 32,4% da população do concelho. O grupo etário dos 0 aos 14 anos representa 11,1% da população (513 habitantes); o grupo etário dos 15 aos 24 anos representa 11,3% da população (520 habitantes); o grupo etário dos 25 aos 64 anos representa 45,2% da população total (2082 habitantes).

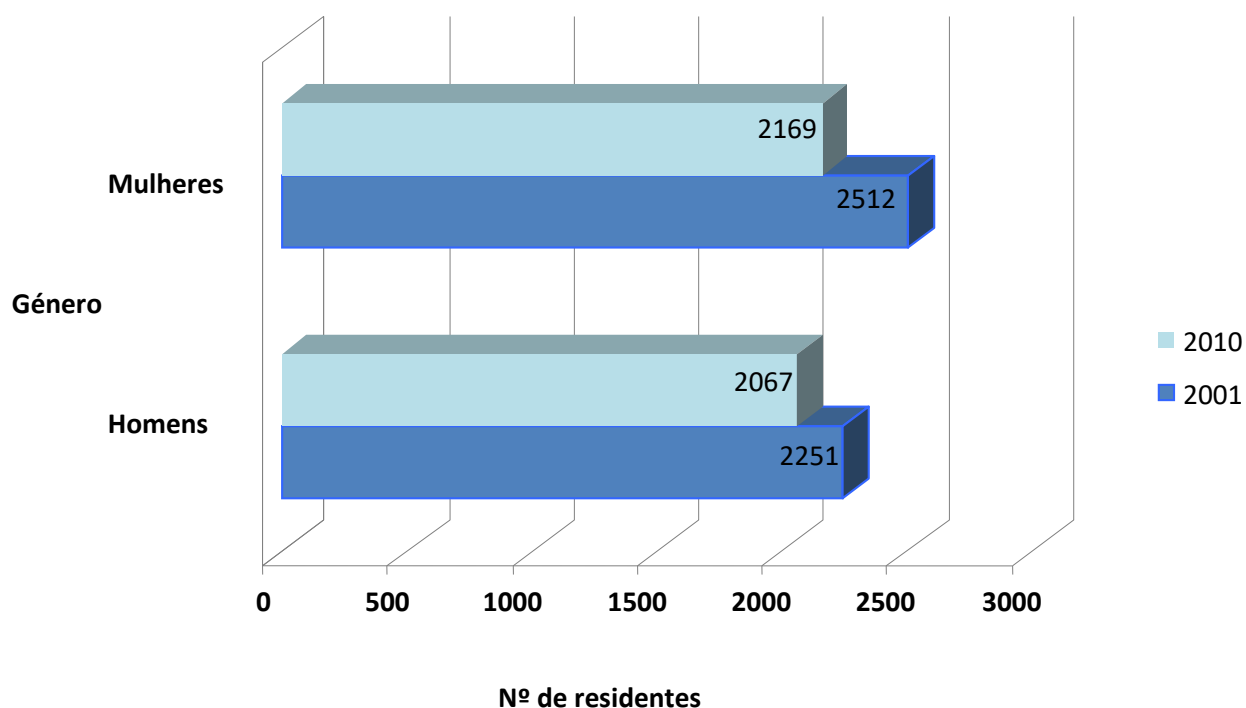
Concelho de Góis

Quadro 7 – População residente no concelho de Góis, por género 2001- 2010

Ano	Local de residência	População residente (N.º)		
		Género		
		Homens	Mulheres	H/M
2010	Góis	2067	2169	4236
2001	Góis	2251	2512	4763

Fonte: INE, 2011

Gráfico 3 – População residente por género nos anos de 2001 e 2010

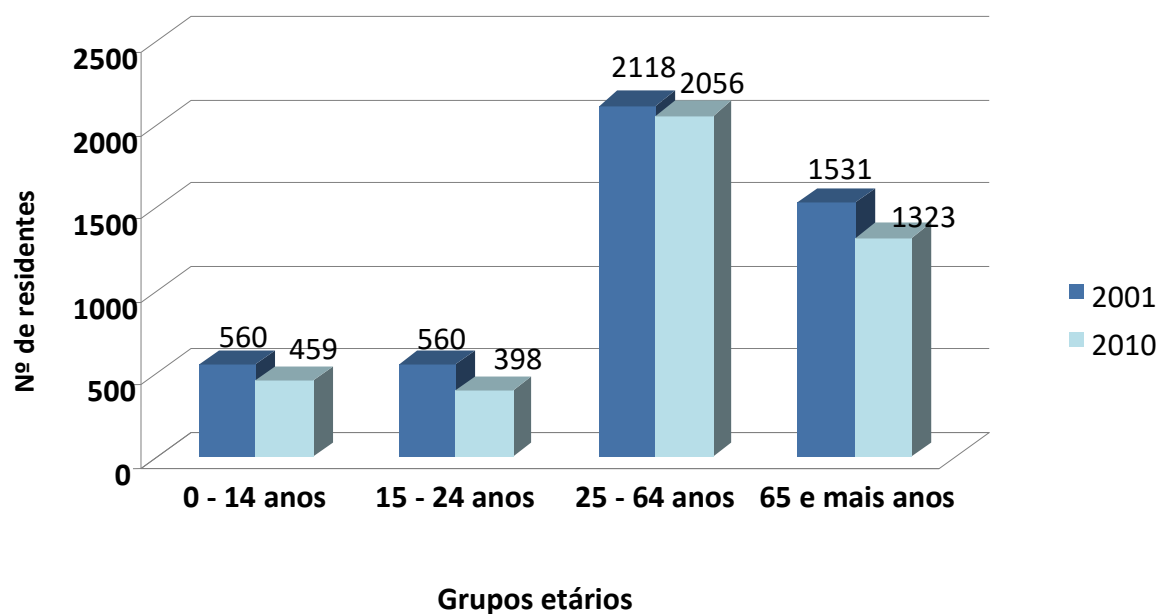


Quadro 8 – População residente por grupo etário 2001-2010

Ano	Local de residência	População residente (N.º)			
		Grupo etário			
		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
		N.º	N.º	N.º	N.º
2010	Góis	459	398	2056	1323
2001	Góis	560	560	2118	1531

Fonte: INE, 2011

Gráfico 4 – População residente por grupo etário nos anos de 2001 e 2010

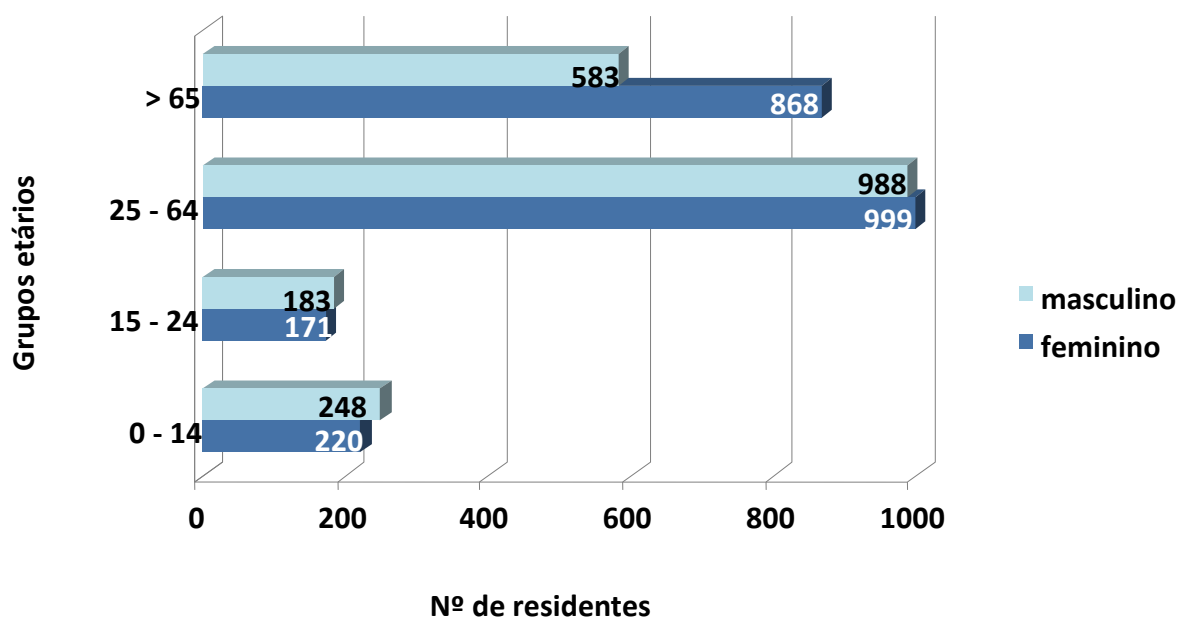


Quadro 9 – População residente por género e grupo etário 2001-2010

Ano	Local	População residente (N.º)							
		Género							
		H				M			
		Grupo etário							
		0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65	0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65
2010	Góis	239	218	1081	529	220	180	975	794
2001	Góis	289	295	1052	616	271	265	1066	915

Fonte: INE, 2011

Gráfico 5 - Residentes no concelho de Góis por género e grupo etário no ano de 2011

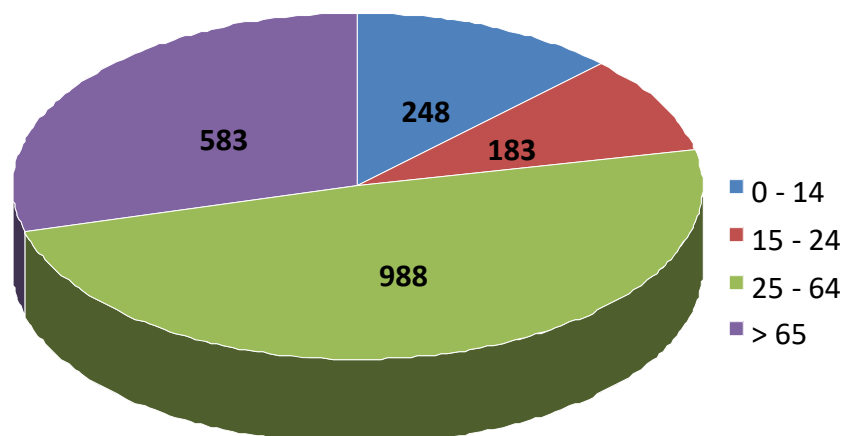


Quadro 10 – População residente masculina, por grupo etário

Ano	Local	População residente (N.º)				
		Género				
		H				
		Grupo etário				
		Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65
2011	Góis	2002	248	183	988	583

Fonte: INE, 2011

Gráfico 6 – População residente do género masculino em 2011

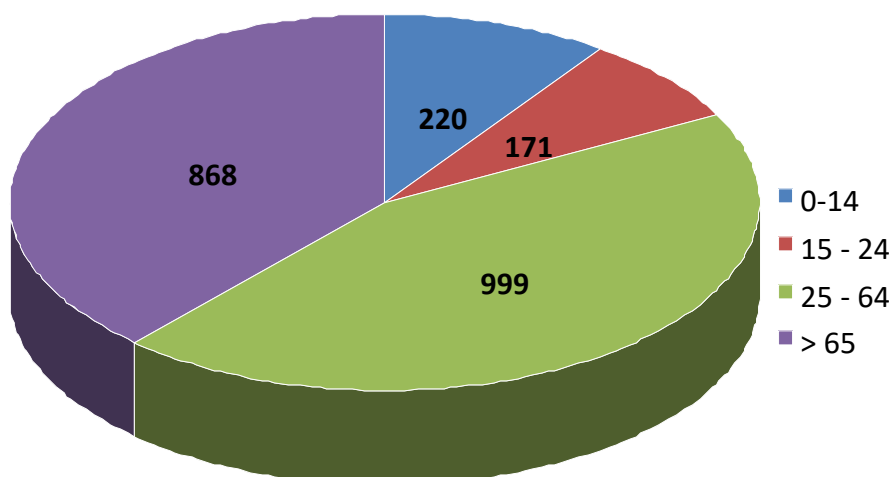


Quadro 11 – População residente feminina, por grupo etário

Ano	Local	População residente (N.º)				
		Género				
		M				
		Grupo etário				
		Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65
2011	Góis	2258	220	171	999	868

Fonte: INE, 2011

Gráfico 7 – População residente do género feminino em 2011

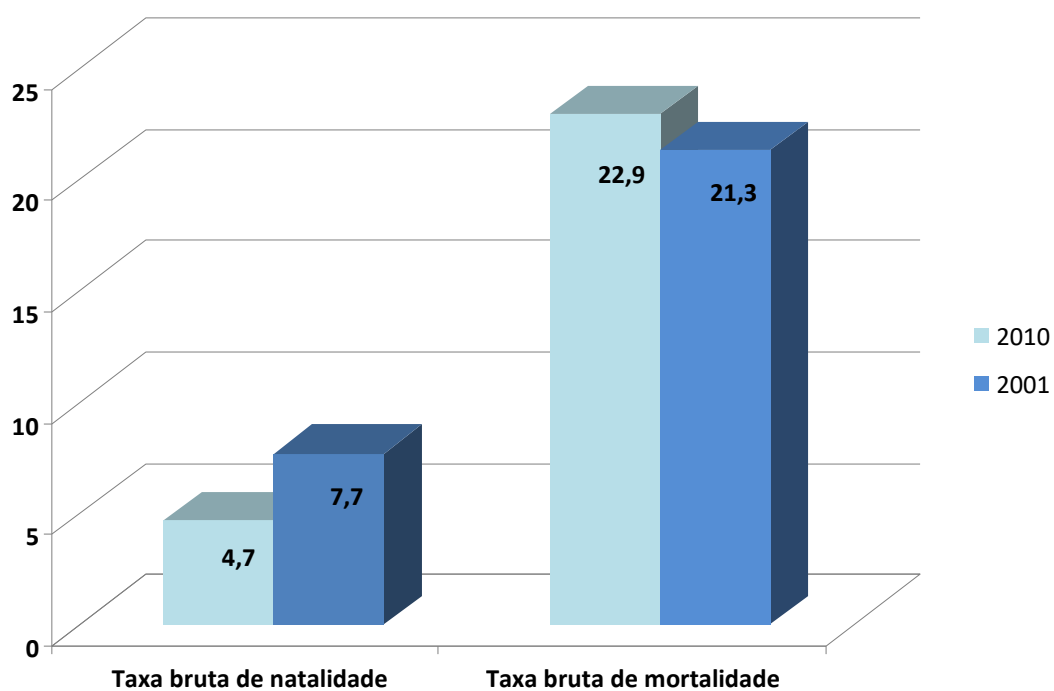


Quadro 12 – Taxas de natalidade/mortalidade e saldo natural, 2001 – 2010

Ano	Local	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Saldo natural
		‰	‰	N.º
2010	Góis	4,7	22,9	-78
2001	Góis	7,7	21,3	-65

Fonte: INE, 2011

Gráfico 8 - Taxas brutas de natalidade e de mortalidade nos anos de 2001 e 2010



Análise demográfica por freguesia

Quadro 13 – População residente por freguesia, género e grupo etário, 2011

Ano	Freguesia	População residente							
		Género							
		Homens				Mulheres			
		Grupo etário							
		0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65	0 - 14	15 - 24	25 - 64	> 65
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2011	Alvares	38	35	149	141	32	24	152	241
	Cadafaz	8	6	36	44	9	3	32	52
	Colmeal	8	3	27	33	6	2	26	53
	Góis	135	106	559	234	125	114	556	342
	Vila Nova de Ceira	59	33	217	131	48	28	233	180

Fonte: INE, 2011

Gráfico 9 – População residente do género feminino, por grupo etário nas freguesias do concelho de Góis

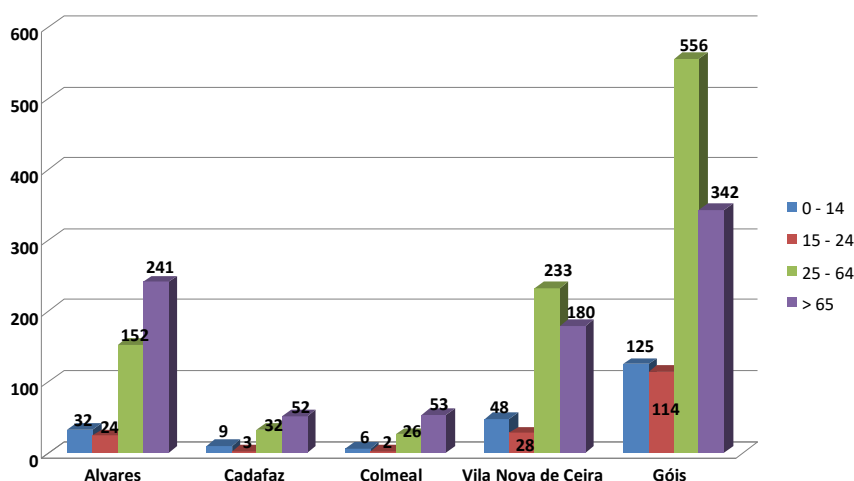
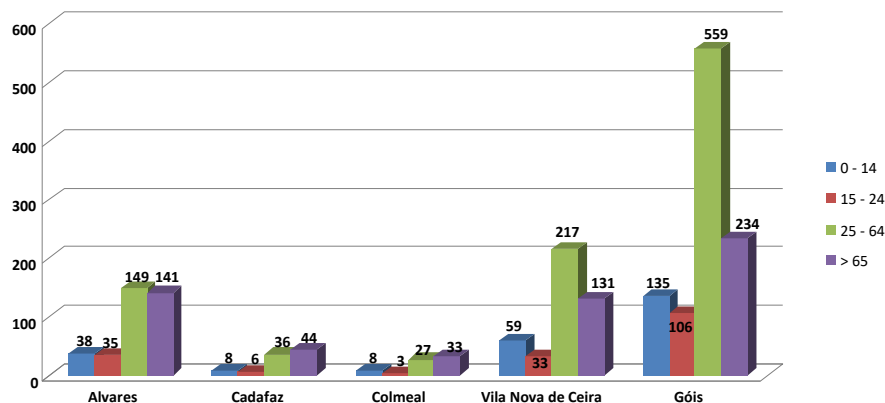


Gráfico 10 – População residente do género masculino, por grupo etário nas freguesias do concelho de Góis



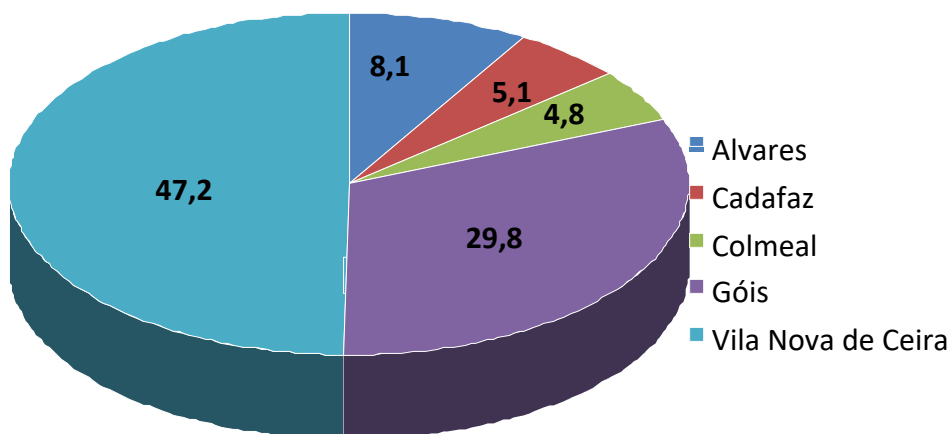
Densidade populacional

Quadro 14 – Densidade populacional por freguesia, 2011

Freguesia	Densidade populacional
	2011
	N.º/ km²
Alvares	8,1
Cadafaz	5,1
Colmeal	4,8
Góis	29,8
Vila Nova de Ceira	47,2

Fonte: INE, 2011

Gráfico 11 - Densidade populacional por freguesia e por nº de habitantes por km²



Quadro 15 – Índice de envelhecimento/ índice de dependência dos idosos

Ano	Freguesia	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos
		N.º	N.º
2011	Alvares	545,7	106,1
	Cadafaz	564,7	124,7
	Colmeal	614,3	148,3
	Góis	221,5	43,2
	Vila Nova de Ceira	290,7	60,9

Fonte: INE, 2011

Gráfico 12 - Índice de envelhecimento por freguesia

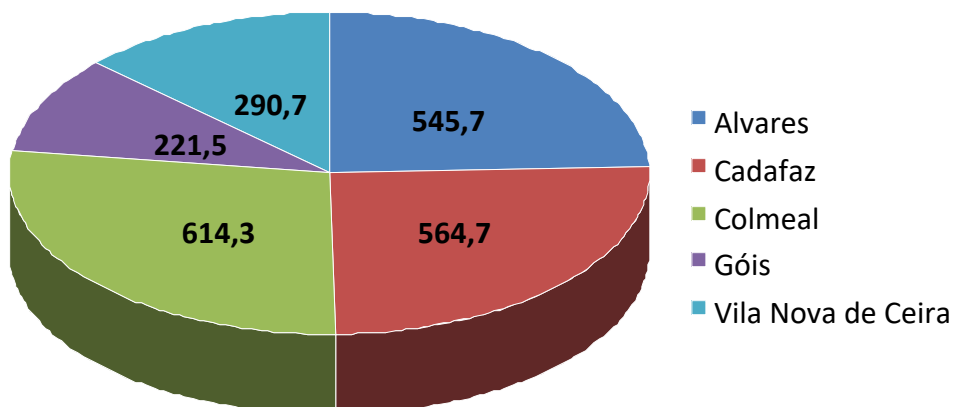
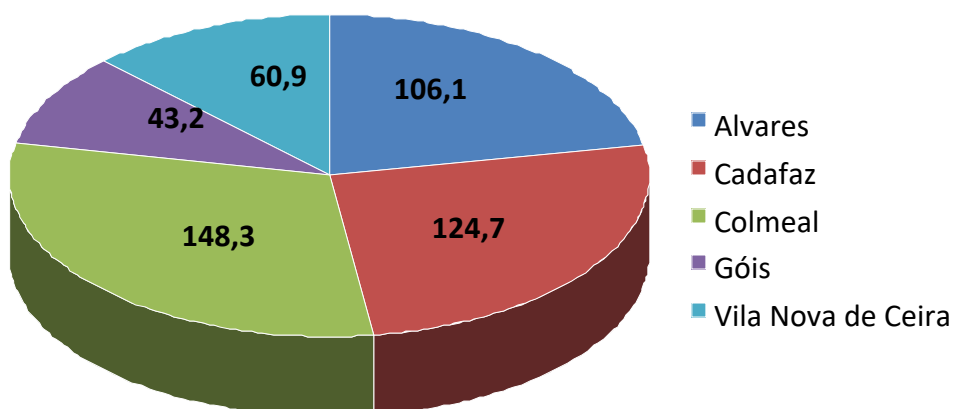


Gráfico 13 - Índice de dependência de idosos



2.2 Análise económica e emprego

A economia do concelho conheceu, ao longo dos tempos, diversas atividades que foram surgindo ao sabor das conjunturas históricas: o aproveitamento da neve natural da Serra da Neve, que era guardada em poços, no já longínquo período monárquico; a exploração mineira (volfrâmio, estanho e ouro), com destaque para os períodos de ocupação romana da 2ª Guerra Mundial; o fabrico de papel, pela Companhia de Papel de Góis, a maior empresa de que há memória no concelho, fundada em 1912 e encerrada em 1992.

Na obra literária de Adriano Pacheco, intitulada “Febre no Rabadão” e a propósito da exploração mineira no concelho de Góis, podemos verificar a representação histórica económica e social deste tempo “(...)a época mineira em terras de Góis teve grande impacto fora das suas fronteiras, não se ficando apenas pelo deslumbramento duma época faustosa vivida no seu reduto, nem por um crescimento de abastança transitório, cujo devaneio alterou hábitos e toldou como um nevoeiro. Ela teve repercussões sérias na Europa, serviu de plataforma ao desenvolvimento do saber técnico-científico e instalou-se em todos os focos de alta tensão política. Deu têmpera ao aço e à composição de bombas disseminadas em todos os países envolvidos no segundo conflito mundial.

Não parece tratar-se de um episódio com incidência histórica de somenos importância “(...)Ele revestiu-se de um valor tal que marcou uma época e transvazou para lá das fronteiras locais(...)” (PACHECO, 2006)

Apesar da índole rural do concelho, verifica-se um acréscimo do número de pessoas que depende cada vez menos exclusivamente da agricultura.

Hoje, os ativos agrícolas a tempo inteiro são poucos. A agricultura que existe não é especializada e raramente mecanizada, revelando um atraso significativo. Naturalmente que esta realidade é consequência também da pequena dimensão das explorações, ausência de investimento, inexistência de novas técnicas, baixa produtividade e incipientes circuitos de comercialização.

As suas características edafoclimáticas não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva. Este modelo de subsistência determinou a generalização das explorações florestais – pinheiro bravo e eucalipto – que hoje ocupam cerca de 75% da sua superfície. A silvicultura assume pois papel predominante no âmbito da atividade económica concelhia.

A implantação reduzida e cíclica de diferentes setores de atividade económica, porque efémera no tempo, gerava insegurança na população pela precariedade acentuada com que caracterizava o mercado de trabalho.

Atualmente, o tecido económico do concelho apresenta fragilidades, consequência da própria interioridade que o caracteriza, mas também pelos escassos investimentos que se têm verificado e, consequentemente, a fixação de indústrias não tem grande expressão.

Desemprego registado

Quadro 16 – Desemprego registado, por género e tempo de inscrição

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 ano	1 ano e +	1º emprego	Novo emprego	
Góis	65	85	100	50	28	122	150

Fonte: IEFP, Centro de Emprego de Arganil, dezembro 2011

Quadro 17 – Desemprego registado, por grupo etário

Concelho	Grupo Etário				Total
	< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e +	
Góis	37	32	61	20	150

Fonte: IEFP, Centro de Emprego de Arganil, dezembro 2011

Quadro 18 – Desemprego registado, por nível de escolaridade

Concelho	Nível de Escolaridade						Total
	< 1º ciclo EB	1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Secundário	Superior	
Góis	9	26	20	38	33	24	150

Fonte: IEFP, Centro de Emprego de Arganil, dezembro 2011

Quadro 19 – N.º de desempregados inscritos por género

Concelho	Desempregados Inscritos			Ofertas Recebidas	Colocações		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
Góis	6	8	14	0	0	0	0

Fonte: IEFP, Centro de Emprego de Arganil, dezembro 2011

Quadro 20 – Motivo de inscrição

Concelho	Motivos de Inscrição							Total
	Ex-inativos	Despedido	Despediu-se	Despedimento mútuo acordo	Fim trab. não permanente	Trab. conta própria	Outros motivos	
Góis	10	0	0	0	1	0	2	14

Fonte: IEFP, Centro de Emprego de Arganil, dezembro 2011

Identificação do tecido empresarial

Com um modelo industrial maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, Góis possui três Pólos Industriais localizados nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira. Neste âmbito, os setores da indústria cerâmica, madeira e alumínios absorvem a maior fatia de mão-de-obra. Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os setores dos mármore e da pecuária.

A exploração florestal, de grande importância no concelho, assume um modelo de exploração tipicamente familiar, registando-se a existência de pequenas empresas. As indústrias transformadoras representam 12% do tecido empresarial do concelho.

Quadro 21 – Análise percentual por setor de atividade

Setores	Estrutura da população ativa (%)
Primário	6,6
Secundário	36,7
Terciário	56,7

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2010

Gráfico 14 – Estrutura da população ativa (%)

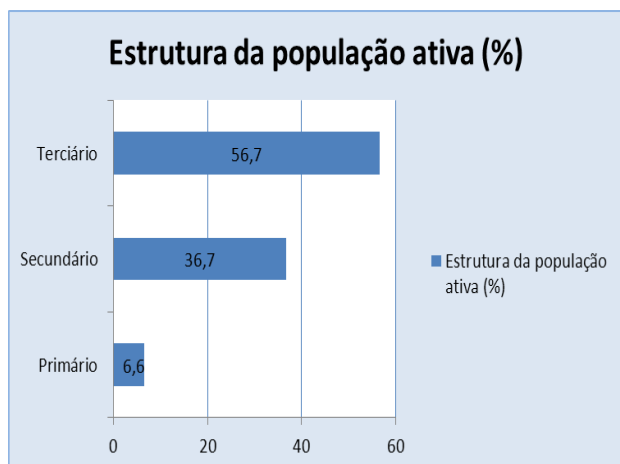


Fig. 9 – Zona Industrial de Góis



Quadro 22 – Empresas com sede no Concelho segundo C.A.E. – Rev.3, 2009

Tipologia de empresas sedeadas no Concelho		N.º
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2
B	Indústrias extrativas	1
C	Indústrias transformadoras	29
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0
F	Construção	69
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	89
H	Transportes e armazenagem	12
I	Alojamento, restauração e similares	32
J	Atividades de informação e de comunicação	2
L	Atividades imobiliárias	5
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	19
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4
P	Educação	11
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	10
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3
S	Outras atividades de serviços	31
Total		321

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2010

Quadro 23 – Indústrias transformadoras sedeadas no Concelho

Tipologia de indústrias sedeadas no Concelho		N.º
A	Indústrias alimentares	5
B	Indústrias das bebidas	0
C	Indústrias do tabaco	0
D	Indústria têxtil	0
E	Indústria do vestuário	1
F	Indústria do couro e dos produtos de couro	0
G	Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	3
H	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	0
I	Impressão e reprodução de suportes gravados	0
J	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustível	0
K	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	1
L	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	0
M	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	0
N	Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	1
O	Indústrias metalúrgicas de base	0
P	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	13
Q	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	0
R	Fabricação de equipamento elétrico	1
S	Fabricação de máquinas e de equipamento, n.e.	0
T	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	0
V	Fabricação de outro equipamento de transporte	0
W	Fabricação de mobiliário e de colchões	2
X	Outras indústrias transformadoras	1
Y	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	0
Total		29

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro, 2010

Recurso florestal: caracterização e quantificação

No Concelho de Góis existem aproximadamente 7497 hectares de áreas florestais com gestão, dos quais 673 hectares pertencem à empresa Celbi e 668 hectares estão sob gestão da Aliança Florestal, ambas empresas de exploração florestal, segundo dados da Associação Florestal do Concelho de Góis.

Da responsabilidade da Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) existe uma área de 4735 hectares de perímetros florestais e a iniciar um processo de formação de Zona de Intervenção Florestal (ZIF) existe uma área de 1422 hectares onde se incluem 471 hectares de área pertencente ao Município de Góis e a restante área pertence a privados.

No que diz respeito à ocupação do solo, e partindo da observação do “Mapa do Uso e Ocupação do Solo” que se apresenta, destaca-se a ocupação florestal. No quadro que se segue, pode constatar-se que a ocupação florestal é de aproximadamente 20254 hectares, a ocupação agrícola perfaz um total de 806 hectares. A ocupação humana ocupa uma área de 352 hectares e a área ocupada por incultos (contando com a área abandonada e matos), perfaz um total de 4 674 hectares.

A constituição do coberto vegetal traduz a influência tipicamente mediterrânea, encontrando-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente ao quadrante sudoeste, espécies características

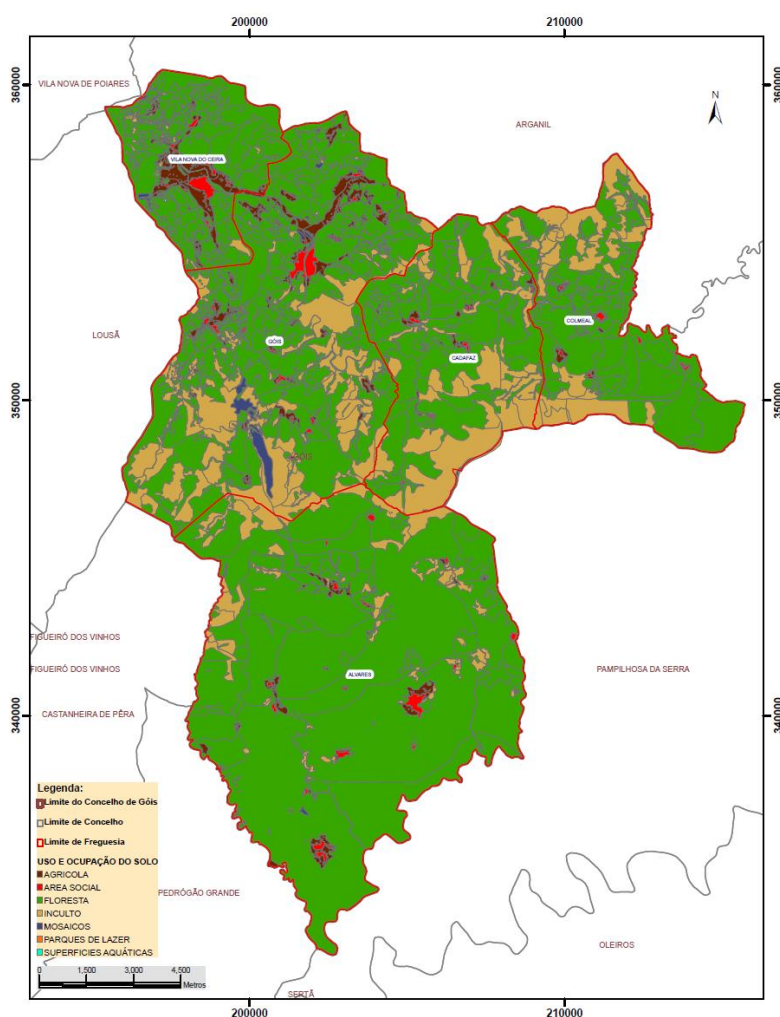


Fig. 10 – Mapa do uso e ocupação do solo do concelho de Góis
Fonte: Gabinete Técnico Florestal do Município de Góis

como o carvalho português, o sobreiro, medronheiro e outras, e nas exposições a norte o castanheiro e outras folhosas.

A distribuição das áreas de pinheiro bravo e de eucalipto surge em zonas de solos pobres, disseminados um pouco por todo o território concelhio.

O uso e a ocupação do solo no Concelho

Quadro 24 – Uso e ocupação do solo por freguesia

Freguesia	Uso e ocupação do solo (ha)				
	Áreas Sociais	Agricultura	Floresta	Incultos	Superfície Aquáticas
Alvares	109	141	8 998	773	37
Cadafaz	18	42	2 470	1 174	12
Colmeal	23	21	2 397	854	6
Góis	131	351	4 949	1 826	31
Vila Nova de Ceira	71.139	251	1 592	47.53	8.4
Total	352.139	806	20 254	4 674	94.4

Fonte: Gabinete Técnico Florestal do Município de Góis

Relativamente aos povoamentos florestais existentes no concelho de Góis, o quadro seguinte enumera as áreas de pinheiro bravo, eucalipto, folhosas e povoamentos mistos (compostos por eucalipto e pinhal, e outras espécies como acácias, sem ordenamento aparente, onde é difícil a perceção da espécie dominante).

Distribuição das espécies florestais no Concelho

Quadro 25 – Distribuição das espécies florestais por Freguesia

Freguesias	Pinheiro Bravo	Eucalipto	Folhosas	Misto	Área florestal total
Alvares	250	983	46	7 854	9 133
Cadafaz	688	61.5	163	1 515	2 427
Colmeal	278	75	118	1 867	2 338
Góis	1 178	502	412	2 464	4 556
Vila Nova do Ceira	90	626	18	1 066	1 800
Total	2 484	2 247	757	14 766	20 254

Fonte: PMDFCI, 2009

Encontramos hoje uma ocupação do solo caracterizada pela ocorrência de uma mistura de espécies na mesma mancha (por exemplo olival com mato, pinheiros e uns restos de vinha) e por manchas florestais que apresentam frequentemente um grau de cobertura bastante inferior a 100% (por exemplo uma mancha de um antigo pinhal que já ardeu e que atualmente é ocupada por mato no estrato rasteiro e 20% de pinheiros mais 20% de eucaliptos no estrato arbóreo).

À semelhança do que vai sucedendo no centro do território português, os pinhais vão sendo substituídos pelos eucaliptais, sendo o Concelho de Góis um exemplo a esse nível. A espécie dominante é o eucalipto, seguida pelo pinheiro bravo. A destacar a presença significativa de mais três espécies: a acácia, *Pinus Nigra* e o castanheiro.

A acácia atinge uma proporção elevada tendo em conta que se trata de uma espécie exótica, sem grande interesse comercial e de fácil propagação, competindo com espécies autóctones, ameaçando os seus habitats.

No concelho de Góis grande parte dos produtores não reside habitualmente no Concelho, e não têm como atividade principal a agricultura ou a floresta, sendo a causa dessa realidade devida aos seguintes fatores limitantes: muito elevado risco de fogo, pequena dimensão da propriedade, elevado número de proprietários, ausência de gestão florestal, falta de conhecimento de mercados de prestação de serviços ou de venda dos produtos pelos proprietários florestais, desmotivação do proprietário para o investimento florestal, desarticulação entre as diversas infraestruturas, rara presença do proprietário como produtor florestal ou mesmo como residente, estrutura dos povoamentos existentes não possibilitando a mecanização ou tornando os custos de exploração muito elevados, não permitindo assim uma rentabilidade que garanta a continuidade da atividade florestal.

A atividade florestal é vista como um suplemento eventual de rendimento dos proprietários, sendo a propriedade de dimensão muito reduzida e por vezes distribuída por vários prédios distintos não confinantes.

2.3 Rede viária e acessibilidades

A região do Pinhal Interior Norte é caracterizada por assimetrias relativamente às acessibilidades, sendo notório o contraste entre os municípios próximos do litoral e os municípios do interior e entre os extremos norte e sul da região e os concelhos centrais.

O Concelho de Góis, localizado no alto distrito de Coimbra, sofrendo as consequências da interioridade e dos fatores inerentes ao mundo rural, dispõe de uma rede viária concelhia totalmente asfaltada e com bons acessos não só de ligação entre as cinco freguesias, mas também entre as diferentes aldeias e lugares.

Os concelhos de Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, que se situam a norte, têm como principais vias de acesso o IC6, com ligação ao IP3 e à A25, beneficiando os concelhos de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia.

Os concelhos que se situam a sul têm como principais vias de acesso o IC8 e o IC3, sendo que o primeiro tem um traçado na direção este/oeste, servindo os concelhos de Penela, Alvaiázere e Ansião. Já os concelhos centrais de Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra são essencialmente servidos por estradas nacionais, nomeadamente a EN 342, a EN 2 e a EN 17.

Os concelhos de Miranda do Corvo e Lousã estavam, até há pouco tempo, providos do transporte ferroviário através do ramal da Lousã, contudo, em 1996 foi criada a empresa Metro Mondego S.A., cujo principal acionista é o Estado Português, com vista à criação de um sistema de transporte público ferroviário para circular na zona urbana de Coimbra e na zona suburbana desta cidade até às vilas de Miranda do Corvo e Lousã.

Depois de alguns avanços e recuos ao longo dos primeiros anos, o projeto do Metro Mondego ganhou uma nova orientação em 2006, com a divisão do projeto em duas fases. A primeira incluía a remodelação e eletrificação de todo o Ramal da Lousã, desde Coimbra B até Serpins (concelho da Lousã) e a aquisição do material circulante, ficando para a segunda fase a construção da nova linha dos Hospitais da Universidade.

Com esta nova configuração do projeto, os primeiros veículos deveriam começar a circular em 2012, tornando-se o Metro Mondego no terceiro metro de superfície em Portugal (os existentes são o Metros do Porto e Sul do Tejo).

No entanto, já depois de se terem iniciado as obras entre Serpins e Alto de São João (Coimbra), numa extensão de 30 km, e que levou ao encerramento do serviço ferroviário no Ramal da Lousã, este empreendimento deparou-se com um novo obstáculo, a crise financeira do Estado Português, que ameaça seriamente a sua concretização e que aporta uma nova dificuldade para a população do Concelho de Góis em termos de transportes para a cidade de Coimbra, nomeadamente para os estudantes do ensino superior.

No que concerne ao transporte aéreo, enquadrando a análise no Sistema Aeroportuário Nacional, a Região do Pinhal Interior Norte beneficia das estruturas existentes nos concelhos de Coimbra (aeródromo certificado), Lousã (aeródromo aprovado para combate a incêndios e regras de voo visual em regime diurno), Seia (aeródromo aprovado para combate a incêndios, proteção civil e regras de voo visual em regime diurno) e a Sul, pelo heliporto de Figueiró dos Vinhos.

Recentemente, foi construída uma série de espaços municipais, a saber: aeródromo de Vila Nova de Poiares, aeródromo do Trevim e aeródromo da Pampilhosa da Serra.

A melhoria da rede viária foi nos últimos anos o principal investimento da Autarquia de Góis, em colaboração com as Juntas de Freguesia, por se considerar que as vias de comunicação assumem grande relevância na mobilidade de pessoas, bens e serviços e contribuem inequivocamente para o desenvolvimento local.

A estrutura viária proposta assentou na definição de uma rede hierarquizada das infraestruturas rodoviárias. Para o estabelecimento desta hierarquia tomou-se como base a rede urbana proposta (núcleos urbanos principais – níveis I e núcleos urbanos secundários – níveis II e III) e aceitou-se que um dos modelos possíveis seria o de prever ligações rodoviárias a dois níveis: ligações exógenas e ligações endógenas. Dentro destas últimas, ligações entre sedes de espaço, e entre sedes de sub espaço e a respetiva sede de espaço. Deste modo, resultou uma estrutura viária concelhia hierarquizada a três níveis, sendo as vias principais e as vias secundárias de nível 1 e 2.

As vias principais, que são sobretudo eixos integrados na rede regional (ligações exógenas), têm troços que nos limites do concelho constituem verdadeiras vias concelhias pela importância que assumem localmente. A E.N. 2 assume um papel importantíssimo como via estruturante do concelho.

Assim, como vias principais existem:

- E.N. 2 – Limite do Concelho (Vila Nova de Poiares) - Várzea Pequena - Várzea Grande - Góis - Portela do Vento - Alvares - Limite do Concelho (Pedrógão Grande);
- E.N. 112 – Portela do Vento (E.N. 2) - Limite do Concelho (Pampilhosa da Serra);
- E.N. 342 – Limite do Concelho (Lousã) - Ponte de Sótão - Góis - Bordeiro - Limite do Concelho (Arganil);
- E.N. 342-3 – Limite do Concelho (Lousã) - Várzea Grande (E.N.02);
- E.N. 344 – Alvares (E.N. 2) - Limite do Concelho (Pampilhosa da Serra);
- E.N. 342 – Vilarinho - Góis - Arganil;
- E.N. 2 – Portela de Góis – Alvares;
- Estrada Regional – Castanheira de Pêra – Góis;

A rede de vias secundárias é dividida em dois níveis, 1 e 2.

Nível 1

▪ E.M. 543 - E.N. 342 (Góis) – Cortecega - Cabreira - Sandinha - Capelo - Colmeal - Limite do Concelho;

- E.M. 543-1 - E.M. 543 (Proximidades de Cabreira) - Tarrastal – Cadafaz.

Nível 2

- E.M. 549 - E.N. 2 (Tulha) - Chã de Alvares;
- C.M. 1387 - E.N. 2 - Relva da Mó - Roda Fundeira - Roda Cimeira - Casal Novo - E.N.02;
- C.M. 1391 - E.N. 2 – Cortes;
- C.M. 1160 - Portela do Torgal - Boiça.

2.4 Análise swot

O conhecimento da realidade local, baseado na interpretação de documentos e de dados estatísticos disponíveis, e nos momentos de contacto com os agentes de desenvolvimento, permite sistematizar a matriz de pontos fortes e áreas de melhoria, oportunidades e ameaças que caracterizam o Concelho de Góis.

PONTOS FORTES

- Desenvolvimento social;
- Rede de equipamentos sociais;
- Iniciativas complementares de apoio social;
- Preservação e valorização do património natural;
- Qualidade ambiental;
- Abastecimento de água para consumo humano;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Góis (2007);
- Parque escolar;
- Taxa de atividade;
- Especialização setorial – fileira florestal;
- Localização empresarial/industrial;
- Património cultural classificado;
- Equipamentos culturais;
- Oferta cultural;
- Práticas sócio culturais e religiosas;
- Turismo natureza;
- Potencial para energias renováveis;
- Promoção da prática desportiva;
- Produtos endógenos de qualidade.

PONTOS FRACOS

- Dinâmica demográfica;
- Envelhecimento populacional;
- Saldo migratório;
- Desenvolvimento heterogéneo dos concelhos do PIN;
- Dependência de prestações sociais;
- Situações de pobreza;
- Indicadores de saúde;
- Coberto vegetal;
- Eficiência energética;
- Rede de tratamento de águas residuais;
- Analfabetismo;
- Níveis de escolaridade;
- Empregabilidade;
- Mão de obra pouco qualificada;
- Populações com baixos rendimentos;
- Dinamismo empresarial;
- Nível de empreendedorismo;
- Rede de acessibilidades viárias primária e secundária;
- Rede de transportes públicos;
- Mobilidade intraregional;
- Igualdade de género;
- Educação ambiental nas escolas;
- Participação pública;
- Agricultura;
- Comércio tradicional;
- Recuperação das aldeias;
- Alcoolismo.

OPORTUNIDADES

- Aposta nacional na valorização ambiental e identidades regionais;
- Enfoque global na sustentabilidade;
- Redes com o sistema científico, tecnológico e de inovação;
- Implementação de estratégias para o desenvolvimento local;
- Aposta no setor florestal e na agricultura;
- Redes e parcerias subregionais;
- Reforço da atração turística pela natureza e património histórico;
- Valorização do património natural;
- Acesso a instrumentos de financiamento comunitário.

AMEAÇAS

- Debilidades económicas do País;
- Forte complexo de interioridade;
- Dificuldades na fixação e atração de recursos humanos qualificados;
- Aumento do índice de envelhecimento populacional;
- Risco de deslocalização de empresas;
- Redução exponencial de oportunidades de emprego;
- Concorrência de outros municípios na fixação populacional;
- Forte risco de desertificação da população;
- Quebra de coesão interna do PIN.

II PARTE
ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO

1.Caracterização e evolução do sistema educativo em Portugal

Em Portugal a educação é iniciada obrigatoriamente para todos os alunos aos 6 anos de idade, podendo, no entanto, iniciar-se aos 5 anos, caso o aluno faça 6 anos no ano de entrada. Atualmente, a escolaridade obrigatória é de 12 anos.

A educação pretende-se igual para todos os alunos até ao 3.º ciclo do ensino básico (CEB), excetuando as crianças que necessitam de orientação especial, ou seja o caso de alunos com necessidades educativas especiais, os quais têm orientações específicas.

Deste modo, todos os alunos têm as seguintes disciplinas obrigatórias: inglês, matemática, história, educação musical, geografia, língua portuguesa, francês, ciências naturais, físico-química, educação física, tecnologias de informação e comunicação, teatro, dança, educação visual (desenho) e educação tecnológica (trabalhos manuais), sendo que o(a) aluno(a) pode escolher uma das quatro últimas disciplinas no 9.º ano de escolaridade.

Apesar de Portugal ser um Estado oficialmente laico, ainda é autorizado o ensino de religião, de forma gratuita para os educandos, nos estabelecimentos públicos de ensino, sendo uma disciplina opcional.

O ensino básico está dividido em ciclos:

- 1º ciclo (1º ano ao 4º ano);
- 2º ciclo (5º e 6º anos);
- 3º ciclo (7º ao 9º anos).

No 1º ciclo, a avaliação é efetuada através de uma escala de muito insuficiente/não satisfaz a muito bom. No final do ciclo, é realizada uma prova de aferição a língua portuguesa e a matemática a nível nacional, que contempla todo o currículo do 1º ciclo.

No 2º e 3º ciclos, a avaliação dos alunos é feita numa escala de 1 a 5. Já os testes realizados periodicamente são avaliados de muito insuficiente a muito bom. Pela primeira vez, a partir do ano de 2011/2012, no final do 2º ciclo, os alunos são sujeitos a exame nacional nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, a exemplo dos exames nacionais do 3º ciclo realizados a língua portuguesa e a matemática, abrangendo todo o currículo de cada ciclo.

O ciclo seguinte é designado por ensino secundário, composto por três anos, 10º, 11º e 12º, tendo um sistema de organização próprio, diferente dos restantes ciclos. A transição para este ciclo implica em todos os casos uma mudança de escola, sendo, por exemplo, as escolas que abrangem o 1º ciclo mais pequenas que as restantes, tendo em média cerca de 200 alunos, enquanto que as do 2º e 3º ciclos e as secundárias podem facilmente atingir os 2000 alunos.

Quadro 26 – Taxa de escolarização bruta, por nível de ensino em Portugal entre o ano 2000 e 2010

Anos	Nível de ensino					
	Educação pré-escolar	Ensino Básico			Ensino secundário	Ensino superior
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo		
2000	73,3	123,6	123,2	119,6	102,1	47,3
2001	75,6	125,1	120,7	119,2	105,4	48,9
2002	77,2	122,7	119,8	116,8	105,4	50,5
2003	77,3	120,2	122,7	113,8	106,4	52,8
2004	77,9	119,7	125,0	112,2	107,5	53,9
2005	78,3	118,6	124,7	111,5	107,6	54,3
2006	78,6	114,8	119,7	116,9	99,5	53,7
2007	78,5	115,3	118,6	121,3	102,3	55,2
2008	79,8	113,3	123,2	130,8	101,0	55,2
2009	83,4	109,3	127,7	162,1	146,7	53,4
2010	85,0	107,5	124,5	156,1	146,2	53,8

Fontes: GEPE/ME-GPEARI/MCTES-INE, PORDATA, 2010

1.1 Enquadramento geral da educação e ensino no concelho

Neste ponto é traçado um quadro retrospectivo e prospetivo da procura do ensino no concelho, bem como da avaliação dos diferentes níveis de escolarização, do sucesso e do abandono escolares nos últimos anos. São igualmente apresentadas as condições de funcionamento do parque escolar existente no concelho.

Quadro 27 – Taxas de analfabetismo – 2001/2011

Concelho de Góis	
2001	2010
17,6	10,4%

Fonte: INE, 2001 e Levantamento Sociodemográfico, CMG, 2008-2010

Os Censos de 2001 revelam que 17,6% da população do Concelho de Góis não concluiu qualquer nível de ensino, relativamente às habilitações literárias da população, destacando-se o baixo nível de instrução e ainda uma elevada taxa de analfabetismo.

A análise da distribuição dos habitantes do concelho, segundo as habilitações literárias, mostra que a maior parte possui apenas o 1º ciclo que corresponde a 27,6% da população, seguindo-se a frequência escolar com 11,5%. É de destacar o considerável decréscimo face ao ano de 2001, ainda que o número de analfabetos no concelho apresente um valor que corresponde a 10,4% do total da população.

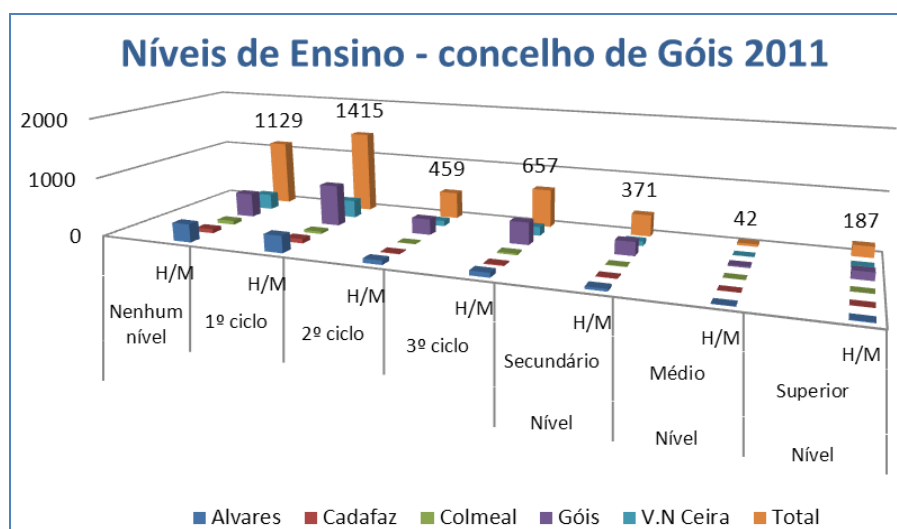
Para colmatar as questões ligadas ao analfabetismo e ao baixo nível de instrução é importante fomentar a educação de adultos, ponto analisado mais adiante, bem como possibilitar o acesso aos Centros de Reconhecimento e Certificação de Competências.

Quadro 28 – Distribuição da população por freguesia e por género, segundo o nível de ensino (2011)

Níveis de Ensino																					
Freguesia	Nenhum nível			Nível Básico									Nível Secundário			Nível Médio			Nível Superior		
				1º ciclo			2º ciclo			3º ciclo											
	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M
Alvares	95	214	309	156	135	291	41	32	73	46	32	78	15	26	41	4	3	7	6	7	13
Cadafaz	29	41	70	43	31	74	5	10	15	9	8	17	6	3	9	0	1	1	1	3	4
Colmeal	18	47	65	26	17	43	5	1	6	17	11	28	4	6	10	0	2	2	1	3	4
Góis	145	271	416	377	329	706	157	115	272	183	200	383	110	124	234	15	11	26	47	87	134
V.N Ceira	114	155	269	156	145	301	51	42	93	71	80	151	34	43	77	3	3	6	11	21	32
Total	401	728	1129	758	657	1415	259	200	459	326	331	657	169	202	371	23	19	42	66	121	187

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 2011

Gráfico 15 –Níveis de ensino da população do concelho de Góis 2005-2012



Relativamente às habilitações literárias da população do Concelho de Góis, como se referiu anteriormente, destaca-se ainda um baixo nível de instrução e uma elevada taxa de analfabetismo. A análise da distribuição dos habitantes do concelho, segundo as habilitações literárias, mostra que a maior parte da população possui apenas o 1.º ciclo.

É ainda de referir que as freguesias de Alvares e Góis apresentam o maior número de analfabetos comparativamente às restantes freguesias.

No que respeita à distribuição dos habitantes do concelho, segundo as suas habilitações literárias por género, verifica-se que no 1.º ciclo do ensino básico, o género masculino regista uma maior frequência escolar e regista nas habilitações literárias do 1.º e 2º ciclos uma maior expressão numérica, sendo que o género feminino apresenta maior valor a partir do 3º ciclo e do ensino secundário completo até ao nível superior.

É visível que, por um lado, existe uma proporção mais elevada de mulheres sem qualquer nível de escolaridade completo; por outro, as mulheres destacam-se, positivamente, em termos de nível de escolaridade superior.

Nos últimos anos, verificou-se um aumento gradual das habilitações literárias a partir do 3.º ciclo completo e a diminuição dos analfabetos masculinos.

1.2 A procura da educação, o ensino e a formação no Concelho de Góis

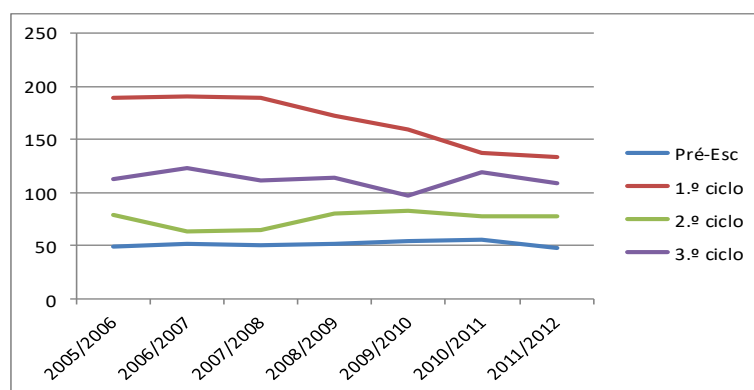
O Concelho de Góis tem conhecido, nos últimos anos, uma ligeira diminuição no número de alunos a frequentar as escolas do concelho, realidade esta que é fruto de uma acentuada tendência demográfica negativa sentida em todo o país na última década e que teve como consequência o encerramento progressivo de escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Quadro 29 – Alunos a frequentar o ensino no concelho de Góis entre 2005 e 2012

Ano letivo	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total
2005/2006	49	187	77	113	426
2006/2007	52	183	63	123	421
2007/2008	50	188	65	111	414
2008/2009	52	172	81	114	419
2009/2010	54	157	83	97	391
2010/2011	56	133	78	119	386
2011/2012	48	133	78	109	368
Total	361	1153	525	786	2825

Fonte: Arquivo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis, 2012

Gráfico 16 – Alunos a frequentar o ensino no concelho de Góis entre 2005 e 2012



Fonte: Arquivo do Agrupamento de Escolas do concelho de Góis, 2012

1.2.1 A educação pré-escolar

Em Portugal, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, o sistema educativo compreende a educação pré-escolar, além da educação escolar e da educação extraescolar. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

A educação pré-escolar corresponde exatamente ao nível de educação 0 definido pela Classificação Internacional Normalizada de Educação (ISCED – *International Standard Classification of Education*). São seus objetivos: estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades; contribuir para a estabilidade e segurança afetivas da criança; favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança, desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade; fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade, desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa; e estimular a atividade lúdica; incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva e proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades; promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.



Fig. 12 – Obras de requalificação da EB1/JI de Góis

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico.

Através da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, a educação pré-escolar das crianças a partir dos cinco anos de idade tornou-se universal, ficando o Estado obrigado a garantir uma rede de estabelecimentos que

permita a inscrição de todas as crianças abrangidas.

A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa da administração central, regional ou local e de outras entidades, coletivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições particulares de solidariedade social.

Os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar são designados jardins de infância, os quais podem funcionar em separado ou anexos a escolas do ensino básico.

Com base nestes pressupostos foi criada uma rede de equipamentos de educação pré-escolar no Concelho de Góis, por iniciativa pública e privada, a qual tem vindo a ser melhorada, quer ao nível da qualidade das condições físicas e de apetrechamento, quer ao nível das condições humanas.

O plano de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar permitiu implementar ao nível concelhio uma rede de parcerias, respondendo de forma eficaz e eficiente às reais necessidades das famílias: a cedência de transportes, a prestação de refeições e a consolidação das atividades de animação e apoio à família, bem como as atividades de complemento curricular que têm contribuído bastante para aumentar o interesse das famílias pela educação pré-escolar.

Quadro 30 – Taxa bruta (%) de pré-escolarização no concelho entre 2005 e 2008

Localização geográfica	Taxa bruta de pré-escolarização (%)		
	2007 / 2008	2006 / 2007	2005 / 2006
	%	%	%
Góis	117	99	101,9

Fontes: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, INE, 2010

Quadro 31 – Frequência nos jardins de infância rede pública e rede privada do Concelho ano letivo 2011/2012

Identificação dos jardins de infância	Rede pública/privada	Frequência ano letivo 2011/2012	Total
Jardim de infância de Góis	Rede Pública	18	101
Jardim de infância de Vila Nova do Ceira	Rede Pública	22	
Jardim de infância de Ponte do Sótão	Rede Pública	8	
Jardim de infância de Cortes – Alvares	Rede Privada	16	
Jardim de infância do Centro Social Rocha Barros	Rede Privada	37	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, Centro Social Rocha Barros, Centro Paroquial S.S. da Freguesia de Alvares, 2012

Quadro 32 – Estabelecimentos do pré-escolar/rede pública ano letivo 2011/2012

Jardim de infância	Grupo 3 anos	Grupo 4 anos	Grupo 5 anos	Total
Jardim de infância de Góis	4	5	9	18
Jardim de infância de Ponte do Sótão	1	3	4	8
Jardim de infância de Vila nova do Ceira	5	7	10	22
Total	10	15	23	48

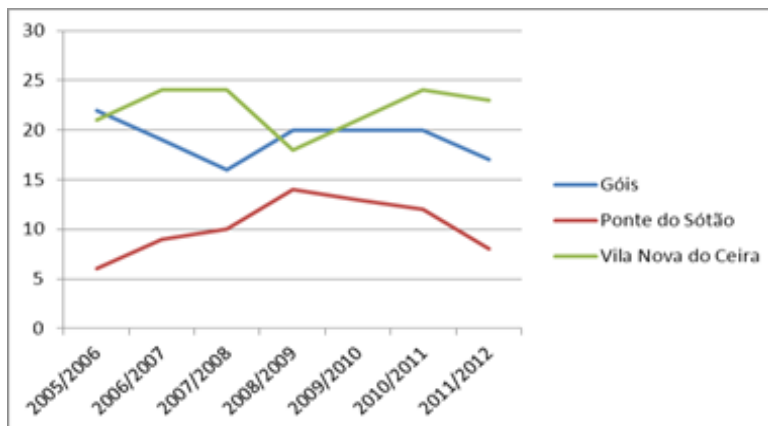
Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Quadro 33 – Frequência nos estabelecimentos do pré-escolar/rede pública, 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	Góis	Ponte do Sótão	Vila Nova do Ceira	Total
2005/2006	22	6	21	49
2006/2007	19	9	24	52
2007/2008	16	10	24	50
2008/2009	20	14	18	52
2009/2010	20	13	21	54
2010/2011	20	12	24	56
2011/2012	18	8	22	48
Total	135	72	154	361

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 17 – Estabelecimentos do Pré-Escolar/Rede Pública
Frequência 2005/2006 – 2011/2012



Fonte: Agrupamento de Escolas do concelho de Góis, 2012

De acordo com os valores do quadro acima, pode aferir-se que é o jardim de infância da rede pública localizado em Vila nova do Ceira que, nos últimos anos letivos, concentra o maior número de crianças. O jardim de infância de Ponte do Sótão continua a apresentar uma menor taxa de frequência, situação que porém, tem sido melhorada com o cumprimento da legislação em vigor, a qual obriga a que as crianças sejam matriculadas nos estabelecimentos de ensino da sua área de residência.



Figura 13 – Jardim de infância de Góis, 2012



Figura 14 – Jardim de infância de Góis, 2012



Figura 15 – Jardim de infância de Ponte do Sótão, 2012



Figura 16 - Jardim de infância de Ponte do Sótão, 2012



Figura 17 – Jardim de infância de Vila Nova do Ceira, 2012



Figura 18 – Jardim de infância de Vila Nova do Ceira, 2012

Educação pré-escolar/ rede privada

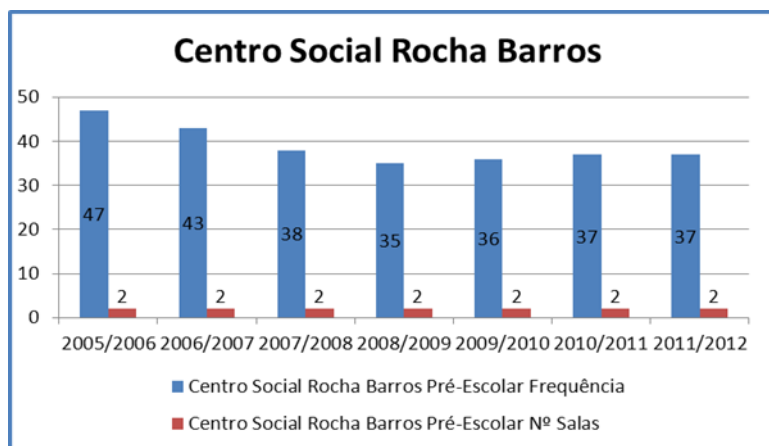
O jardim de infância do Centro Social Rocha Barros é o estabelecimento de educação pré-escolar que concentra o maior número de crianças na faixa etária dos três aos seis anos. Trata-se de uma instituição de direito privado sem fins lucrativos – Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), cujo funcionamento resulta de acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social e das participações familiares.

Quadro 34 – Frequência no pré-escolar / rede privada ano letivo 2005/2006 – 2011/2012

Centro Social Rocha Barros Pré-Escolar		
Ano letivo	Frequência	Nº Salas
2005/2006	47	2
2006/2007	43	2
2007/2008	38	2
2008/2009	35	2
2009/2010	36	2
2010/2011	37	2
2011/2012	37	2
Total	273	

Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2012

Gráfico 18 – Centro Social Rocha Barros/Jardim de Infância - Frequência Escolar 2005/2006-2011/2012



Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2012

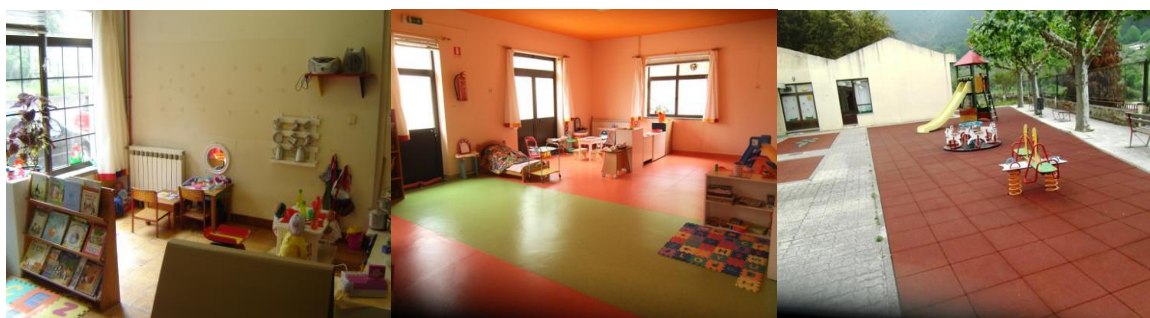


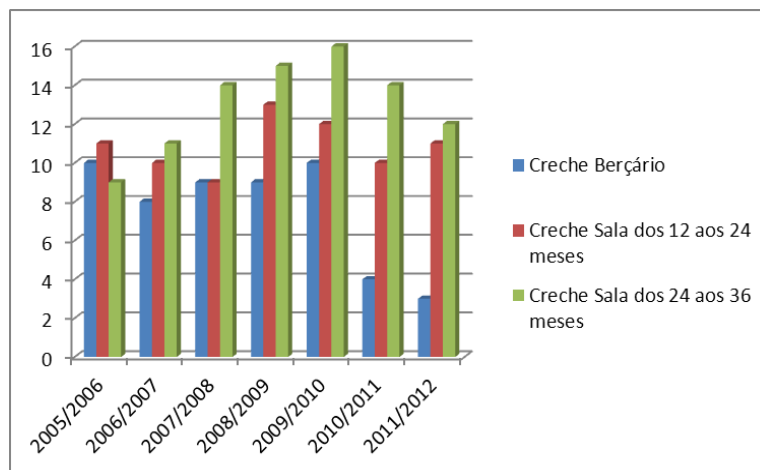
Figura 19 – Jardim de infância do Centro Social Rocha Barros, 2012

Quadro 35 – Valência de berçário e creche do Centro Social Rocha Barros
Frequência 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	Creche Berçário	Creche Sala dos 12 aos 24 meses	Creche Sala dos 24 aos 36 meses	Total
2005/2006	10	11	9	30
2006/2007	8	10	11	29
2007/2008	9	9	14	32
2008/2009	9	13	15	37
2009/2010	10	12	16	38
2010/2011	4	10	14	28
2011/2012	3	11	12	26
Total	53	76	91	220

Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2012

**Gráfico 19 – Berçário e creche do Centro Social Rocha Barros
Frequência 2005/2006 – 2011/2012**



Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2012

Quadro 36 – Número de trabalhadores afetos a cada serviço 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	Berçário		Creche		Jardim de infância		ATL		Total
	Educadores de Infância	Auxiliares de ação educativa	Educadores de Infância	Auxiliares de ação educativa	Educadores de Infância	Auxiliares de ação educativa	Educadores de Infância	Auxiliares de ação educativa	
2005/2006	1	4	1	3	2	4	0	3	18
2006/2007	1	5	1	2	2	4	0	3	18
2007/2008	1	5	1	2	2	4	0	3	18
2008/2009	1	5	1	2	2	4	0	1	16
2009/2010	1	5	1	2	2	3	0	1	15
2010/2011	1	3	1	2	2	3	0	1	13
2011/2012	1	3	1	2	2	3	0	1	13
Total	7	30	7	15	14	25	0	13	111

Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2012

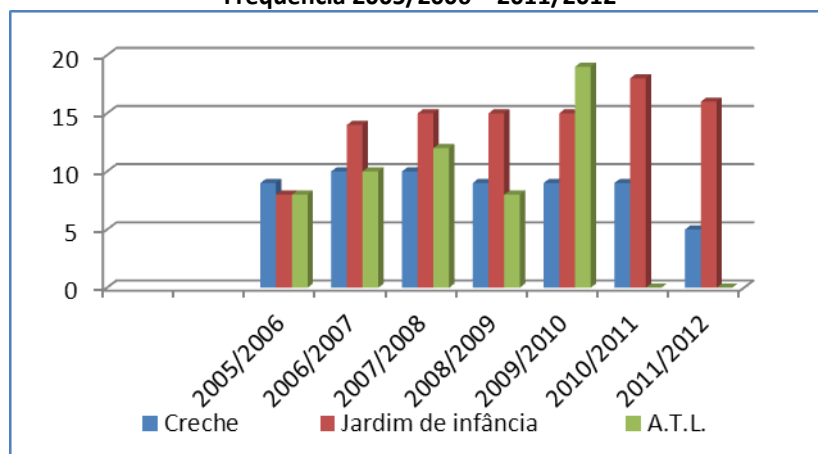
O Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares é igualmente uma IPSS, cuja sustentabilidade depende, tal como o Centro Social Rocha Barros, dos financiamentos da Segurança Social e de participações familiares.

Quadro 37 – Creche e jardim de infância de Cortes - Frequência 2005/2006- 2011/2012

Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares				
Ano letivo	Creche Sala dos 12 aos 36 meses	Jardim de infância	ATL	Total
2005/2006	9	8	8	25
2006/2007	10	14	10	34
2007/2008	10	15	12	37
2008/2009	9	15	8	32
2009/2010	9	15	19	43
2010/2011	9	18	-	27
2011/2012	5	16	-	21
Total	61	101	57	219

Fonte: Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, 2012

Gráfico 20 – Creche e Jardim de infância de Cortes
Frequência 2005/2006 – 2011/2012



Fonte: Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, 2012



Figura 20 – Jardim de infância de Cortes, 2012

Quadro 38 – Número de trabalhadores 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	Educadores de Infância	Auxiliares de ação educativa		Monitores de ATL*	Total
	Creche/JI	Creche	Jl		
2005/2006	1	2	1	*1	4
2006/2007	1	2	1	*1	4
2007/2008	1	2	1	*1	4
2008/2009	1	2	1	*1	4
2009/2010	1	2	1	-----	4
2010/2011	1	2	1	-----	4
2011/2012	1	2	1	-----	4

Fonte: Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, 2012

*A Monitora de ATL era também auxiliar de ação educativa da sala de Jl

1.2.2 O ensino básico

Nas últimas décadas, encerraram, no Concelho de Góis, mais de uma dezena de escolas, salientando-se que, na década de noventa do século passado, estavam em funcionamento dezanove escolas básicas no concelho.

Fruto da desertificação, do envelhecimento populacional e da consequente reduzida taxa de natalidade, nos últimos cinco anos, o Concelho de Góis viu mais três estabelecimentos de ensino serem encerrados: a escola básica do Colmeal, a escola básica de Cortes e, no presente ano letivo, 2011/2012, a escola básica de Bordeiro.

O encerramento das escolas conduz à alteração das dinâmicas locais e gera “vazios” nas aldeias. Contudo, numa ótica de revitalização das aldeias mais isoladas do concelho e no sentido de rentabilizar recursos, os edifícios escolares devolutos têm sido cedidos pela Câmara Municipal a diversas organizações de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente às Comissões de Melhoramentos, para ali serem instalados serviços de cariz social, recreativo e/ou cultural.

Quadro 39 – Estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico do concelho

Frequência 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	EB1 de Alvares *Centro Escolar de Alvares	EB1 Bordeiro	EB Cortes	EB1 Colmeal	EB1 Góis	Sala de Apoio da Ponte do Sótão	EB1 VNCeira	Total
2005/2006	8	20	10	5	84	18	42	187
2006/2007	7	25	9	-----	89	13	40	183
2007/2008	18	25	-----	-----	93	14	38	188
2008/2009	22	20	-----	-----	84	10	36	172
2009/2010	21	19	-----	-----	72	10	35	157
*2010/2011	19	11	-----	-----	64	12	27	133
2011/2012	19	-----	-----	-----	71	16	27	133
Total	114	120	19	5	557	93	245	1153

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

O Concelho de Góis tem atualmente em funcionamento três escolas do 1º CEB e uma sala de apoio, a sala de apoio da Ponte do Sótão, sendo 133 o universo total de alunos do primeiro ciclo no presente ano letivo, menos 54 alunos do que no ano letivo de 2005/2006.

Quadro 40 – Frequência no ensino básico por escola e ano de escolaridade no ano letivo 2011/2012

Escola	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
Centro Escolar de Alvares	6	4	6	3	19
Escola Básica de Góis	18	14	18	21	71
Sala de Apoio da Ponte do Sótão	5	5	3	3	16
Escola Básica de Vila Nova do Ceira	6	5	4	12	27
Total	35	28	31	39	133

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Centro Escolar de Alvares

No ano letivo de 2010/2011 o Concelho de Góis, mais concretamente, a freguesia de Alvares, passou a dispor de um novo equipamento, o Centro Escolar de Alvares.



Figura 21 – Centro Escolar de Alvares, 2012

O novo centro escolar proposto e aprovado pela Carta Educativa do Concelho de Góis, documento este que obteve igualmente aprovação por parte da DREC e do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, inseriu-se no Programa Nacional de Requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e a sua construção teve início em 2009. A inauguração realizou-se no dia 5 de outubro de 2010 – Dia Comemorativo do Centenário da Implantação da República – no âmbito da ação do Governo e da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (1910-2010), para simultaneamente inaugurar 100 escolas ou centros escolares, entre estabelecimentos novos e requalificados.

Este edifício está equipado com duas salas de aula, uma sala onde funcionam as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), três gabinetes distribuídos por sala de professores, sala da educação especial e biblioteca. Está ainda equipado com uma área ampla com uma dimensão muito

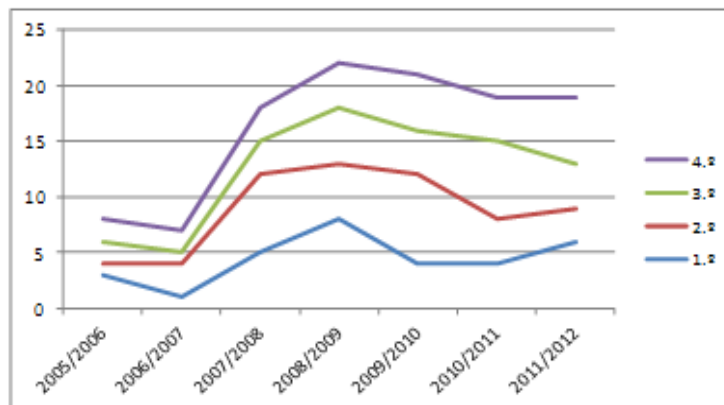
adequada, funcionando neste espaço o refeitório e uma área polivalente. Com acesso a esta área está todo um conjunto de divisões repartidas pelo apoio ao serviço de refeições e instalações sanitárias adequadas às várias faixas etárias dos utentes. O espaço exterior distribui-se por uma área de recreio e um campo de jogos.

Quadro 41 – Frequência escolar EB1 de Alvares/Centro Escolar de Alvares, anos letivos 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	3	1	2	2	8
2006/2007	1	3	1	2	7
2007/2008	5	7	3	3	18
2008/2009	8	5	5	4	22
2009/2010	4	8	4	5	21
2010/2011	4	4	7	4	19
2011/2012	6	3	4	6	19
Total	31	31	26	26	114

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 21 – Frequência Escolar do 1º ciclo do ensino básico de Alvares 2005/2006 – 2011/2012



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012



Figura 22 – Antiga E.B.1 de Alvares, 2009



Figura 23 – Centro Escolar de Alvares, 2012

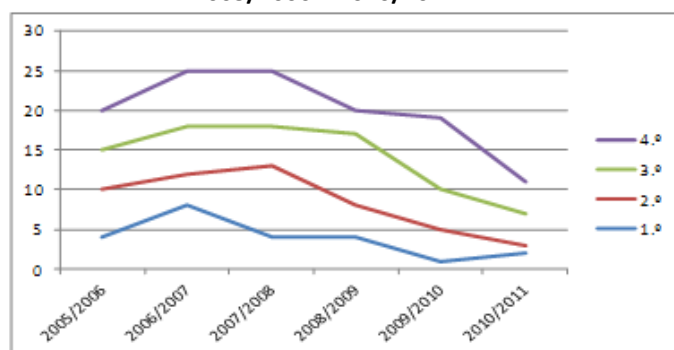
Escola básica do 1º ciclo de Bordeiro (encerrou no ano letivo 2011/2012)

Quadro 42 – Frequência escolar na E.B.1 2005/2006 – 2010/2011

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	4	6	5	5	20
2006/2007	8	4	6	7	25
2007/2008	4	9	5	7	25
2008/2009	4	4	9	3	20
2009/2010	1	4	5	9	19
2010/2011	2	1	4	4	11
Total	23	28	34	35	120

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 22 – Frequência Escolar do 1º ciclo E.B. de Bordeiro 2005/2006 – 2010/2011



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012



Figura 24 – E.B. 1 de Bordeio, 2011

Escola básica do 1º ciclo de Cortes (encerrou no ano letivo 2007/2008)

Quadro 43 – Frequência escolar E.B.1 de Cortes 2005/2006 – 2006/2007

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	4	2	3	1	10
2006/2007	0	4	2	3	9
Total	4	6	5	4	19

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012



Figura 25 – E.B. 1 de Cortes, 2007

Escola básica do 1º ciclo do Colmeal (encerrou no ano letivo de 2006/2007)

Quadro 44 – Frequência escolar E.B.1 do Colmeal (2005/2006)

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	0	1	3	1	5

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012



Figura 26 – E.B. 1 do Colmeal, 2006

Escola básica do 1º ciclo de Góis

Em junho de 2011 foram iniciadas as obras de requalificação e ampliação da escola básica do 1º ciclo e jardim de infância de Góis, aprovadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013. O projeto de ampliação contemplou a sala do jardim de infância, o refeitório, a criação de uma sala de professores e uma sala de atendimento para os pais e para reuniões.



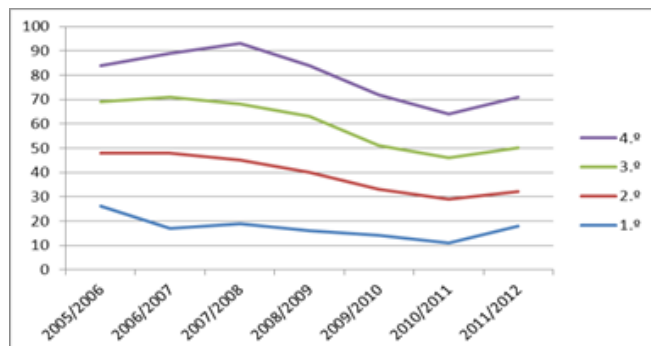
Figura 27 – EB 1º ciclo de Góis, 2012

Quadro 45 – Frequência escolar E.B.1 de Góis ano letivo 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	26	22	21	15	84
2006/2007	17	31	23	18	89
2007/2008	19	26	23	25	93
2008/2009	16	24	23	21	84
2009/2010	14	19	18	21	72
2010/2011	11	18	17	18	64
2011/2012	18	14	18	21	71
Total	121	154	143	139	557

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

**Gráfico 23 – Frequência Escolar do 1º ciclo E.B. Góis
2005/2006 – 2011/2012**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

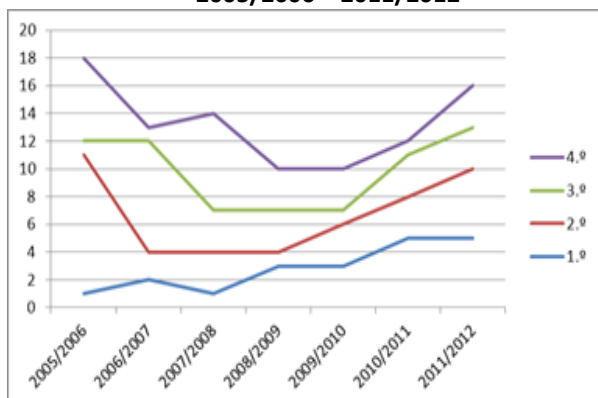
Escola básica do 1º ciclo de Góis – Sala de Apoio da Ponte do Sótão

Quadro 46 – Frequência escolar Sala de Apoio da Ponte do Sótão 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	1	10	1	6	18
2006/2007	2	2	8	1	13
2007/2008	1	3	3	7	14
2008/2009	3	1	3	3	10
2009/2010	3	3	1	3	10
2010/2011	5	3	3	1	12
2011/2012	5	5	3	3	16
Total	20	27	22	24	93

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

**Gráfico 24 – Frequência Escolar 1º ciclo E.B. Ponte do Sótão
2005/2006 – 2011/2012**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012



Figura 28 – Sala de Apoio da Ponte de Sotão, 2012

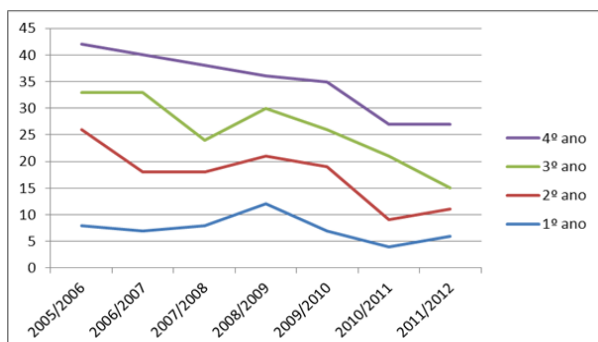
Escola básica do 1º ciclo de Vila Nova do Ceira

Quadro 47 – Frequência escolar E.B.1 de Vila Nova do Ceira 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2005/2006	8	18	7	9	42
2006/2007	7	11	15	7	40
2007/2008	8	10	6	14	38
2008/2009	12	9	9	6	36
2009/2010	7	12	7	9	35
2010/2011	4	5	12	6	27
2011/2012	6	5	4	12	27
Total	52	70	60	63	245

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 25 – Frequência Escolar do 1º ciclo de Vila Nova do Ceira 2005/2006 – 2011/2012



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012



Figura 29 – E.B 1 de Vila Nova do Ceira, 2012

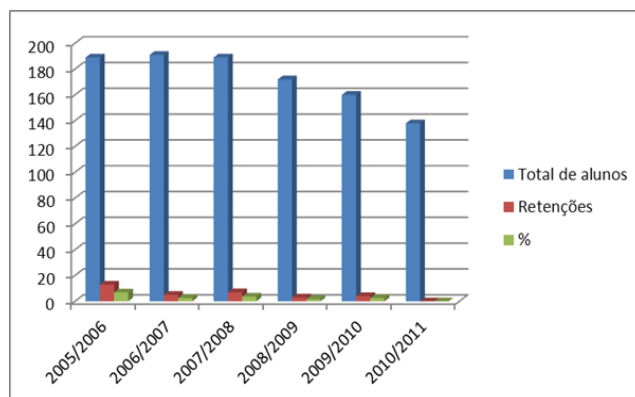
Retenções no 1º CEB

Quadro 48 – Retenções 1º ciclo no concelho de Góis 2005/2006 – 2011/2012

Ano Letivo	Total de alunos	Retenções	%
2005/2006	189	13	6,87
2006/2007	191	5	2,51
2007/2008	189	7	3,70
2008/2009	172	3	1,74
2009/2010	160	4	2,50
2010/2011	138	0	0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

**Gráfico 26 – Estabelecimentos do 1º Ciclo
Retenções 2005/2006 – 2011/2012**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Atendendo à leitura do gráfico n.º 26, pode verificar-se que a percentagem das retenções nos últimos três anos letivos é consideravelmente baixa.

Em geral, estas retenções são alunos que têm dificuldades em atingir os objetivos propostos no Programa Pedagógico, isto é, com necessidades educativas especiais (NEE), exigindo por isso um acompanhamento diferenciado, que potencie as suas capacidades e competências, preparando-os para, no futuro, poderem ser cidadãos completos e autónomos.

Escola básica do 2º e 3º ciclo de Góis



Figura 30 – Escola E.B. 2.3. de Góis, 2012

Localização: Góis (Freguesia de Góis)

Nível de Ensino: 2 e 3º ciclos do ensino básico

Nº salas: 15

Capacidade: 300 alunos

Nº de Alunos (2011/2012): 187

Nº de Professores: 48

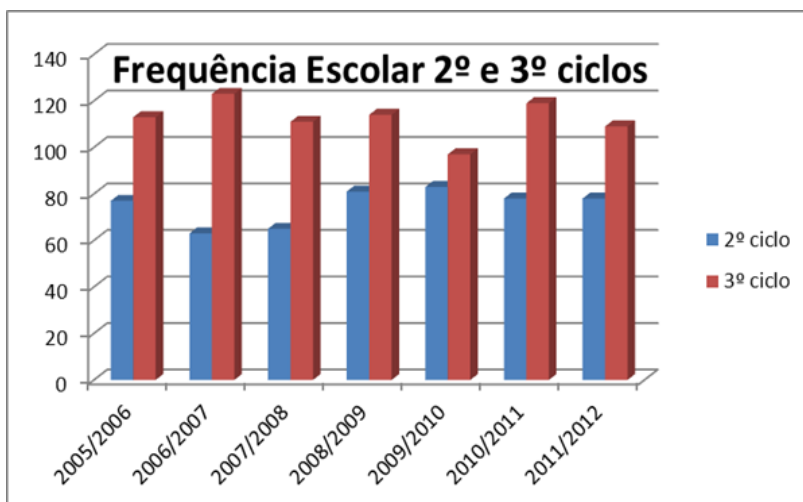
Observações: Este estabelecimento de ensino dispõe de cozinha e refeitório, sala de alunos, sala de professores, bufete, biblioteca, papelaria e reprografia.

Quadro 49 – Frequência escolar 2º e 3º ciclos 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	2º ciclo	3º ciclo	Total
2005/2006	77	113	190
2006/2007	63	123	186
2007/2008	65	111	176
2008/2009	81	114	195
2009/2010	83	97	180
2010/2011	78	119	197
2011/2012	78	109	187
Total	525	786	1311

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 27 – Frequência Escolar 2º e 3º Ciclo 2005/2006 – 2011/2012



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

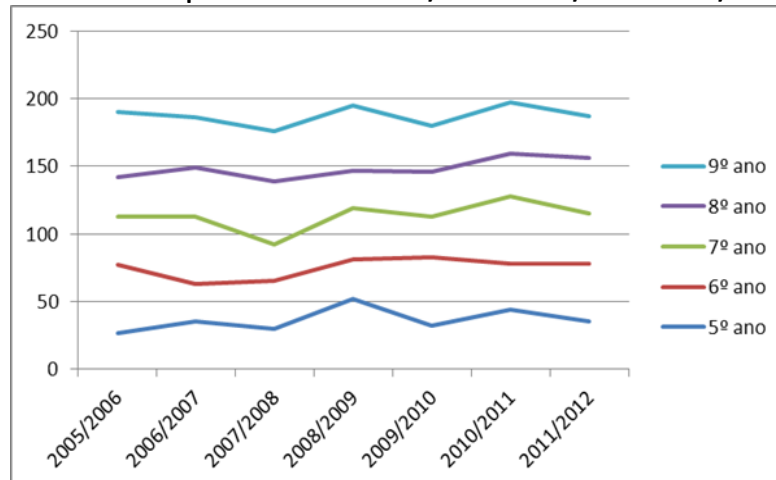
Nos últimos anos letivos não houve grandes oscilações em termos de matrículas no 2º e 3º ciclos, dado que se mantém uma frequência de cerca de 187 alunos ano; mas o número de alunos é reduzido, em função da capacidade da escola, pelo que a taxa de ocupação cifra-se nos 62,33%.

Quadro 50 – Frequência escolar do 5º ano ao 9º ano 2005/2006 – 2011/2012

Ano letivo	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
2005/2006	27	50	36	29	48	190
2006/2007	35	28	50	36	37	186
2007/2008	30	35	27	47	37	176
2008/2009	52	29	38	28	48	195
2009/2010	32	51	30	33	34	180
2010/2011	44	34	50	31	38	197
2011/2012	35	43	37	41	31	187
Total	255	270	268	245	273	1311

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 28 – Frequência Escolar 5º ano/9º ano 2005/2006 – 2011/2012



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

1.2.3 Alunos com necessidades educativas especiais

Crianças com necessidades especiais são aquelas que, por alguma diferença no seu desenvolvimento físico ou intelectual, requerem certas modificações ou adaptações complementares ou suplementares no programa educacional, visando torná-las autónomas e capazes; torná-las adultos mais independentes para que possam atingir todo o seu potencial. As diferenças podem advir de condições visuais, auditivas, mentais, intelectuais ou motoras singulares, de condições ambientais desfavoráveis, de condições de desenvolvimento neurológico, psicológico ou psiquiátrico específicas.

Quadro 51 – 1º ciclo – ano letivo 2011/2012

Escola	1º ano	NEE	2º ano	NEE	3º ano	NEE	4º ano	NEE	Total de alunos
Alvares	6	0	4	0	6	1	3	1	19
Góis	18	0	13	2	18	1	21	1	71
Ponte do Sótão	5	0	5	1	3	0	3	0	16
Vila Nova do Ceira	6	0	5	0	4	0	12	0	27
Total	35	0	27	3	31	2	39	2	133

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Da análise do quadro acima pode verificar-se que o maior número de crianças do 1º CEB com necessidades educativas especiais concentra-se na escola básica do 1º ciclo de Góis, justificado, naturalmente, pelo maior número de alunos matriculados.

O conceito de NEE só foi adotado e redefinido a partir da Declaração de Salamanca¹, passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem, assim, nos últimos anos, tem vindo a afirmar-se a noção de escola inclusiva, capaz de acolher e reter, no seu seio, grupos de crianças e jovens tradicionalmente excluídos.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro um aspeto determinante da qualidade da educação é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida, importa planear um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos.

Esta noção, dada a sua dimensão eminentemente social, tem merecido o apoio generalizado de profissionais, da comunidade científica e de pais.

A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.

No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade, da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitem responder às necessidades educativas dos alunos. Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos.

Todos os alunos têm necessidades educativas, trabalhadas no quadro da gestão da diversidade acima referida. Existem casos, porém, em que as necessidades se revestem de contornos muito específicos, exigindo a ativação de apoios especializados.

Os apoios especializados visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em

¹ “Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”, UNESCO, 1994.

dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicosocial.

Os apoios especializados podem implicar a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, processos, procedimentos e instrumentos, bem como a utilização de tecnologias de apoio. Portanto, não se tratam só de medidas para os alunos, mas também de medidas de mudança no contexto escolar.

Entre os alunos com deficiências e incapacidades alguns necessitam de ações positivas que exigem diferentes graus de intensidade e de especialização. À medida que aumenta a necessidade de uma maior especialização do apoio personalizado, decresce o número de crianças e jovens que dele necessitam, do que decorre que apenas uma reduzida percentagem necessita de apoios personalizados.

Quadro 52 – Nº de alunos apoiados pela equipa de educação especial, 2009-2012

Ano letivo	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Total
2009/2010	2	12	5	4	23
2010/2011	0	10	9	5	24
2011/2012	0	16	13	6	35
Total	2	38	27	15	82

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Quadro 53 – A educação especial durante o ano letivo 2011/2012

A educação especial				
Agrupamento de Escolas Góis	Pré-escolar	1º CEB	2º e 3º CEB	
N.º de alunos	0	16	13	6
			19	
N.º professores de educação especial	4			

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

A Intervenção Precoce no distrito de Coimbra surgiu em outubro de 1989 devido a uma consciencialização da necessidade de intervir precocemente junto das famílias e crianças que apresentavam problemas de desenvolvimento ou estavam sujeitas a situações de risco que fosse biológico quer fosse ambiental, na sequência dum protocolo estabelecido entre diversos serviços: ARS, DREC, CRSSC e Instituições Particulares de Segurança Social.

Esta iniciativa constituiu uma resposta inovadora no distrito de Coimbra, a qual numa forma articulada e coordenada proporcionou um apoio individualizado a crianças e suas famílias tendo por base uma perspetiva de desenvolvimento assente num processo transdisciplinar de base comunitária centrado na família.

Em termos legislativos, numa fase ainda bastante embrionária partiu de um acordo Inter Serviços, sendo posteriormente regulada pelo Despacho Conjunto n.º 891/99, de 19/10, que definiu as orientações reguladoras da Intervenção Precoce para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias, servindo de suporte legal por mais de uma década.

A Intervenção Precoce surge posteriormente enquadrada no D.L. n.º 3/2008, de 07/01, que definiu os apoios especializados a prestar na educação pré escolar e nos ensinos básicos e secundários dos sectores públicos, particular e cooperativo, como uma modalidade específica da educação no seu artigo 27º.

Mais recentemente, o D.L. n.º 281/2009, de 08/10, criou o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), o qual consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir as condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento, abrangendo as crianças entre os zero e os seis anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias (*vide artigos 1º e 2º*).

O SNIPI tem como objectivos assegurar às crianças a protecção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de acções de Intervenção Precoce na Infância (IPI)

em todo o território nacional, detetar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de desenvolvimento, intervir, após a detecção e sinalização em função das necessidades do contexto familiar de cada criança elegível, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento, apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação, envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social (*vide artigo 4º*).

O Agrupamento de Escolas de Arganil é desde o ano letivo de 2008/2009, o Agrupamento de referência para a colocação de docentes para a prestação de serviços de Intervenção Precoce nos concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra.

A equipa de IPI desenvolve a sua intervenção nos domicílios, nas creches, nos jardins de infância das IPSS e nos estabelecimentos de ensino pré escolar da rede pública, ou noutros contextos escolhidos pelas famílias ou pelas instituições dos concelhos abrangidos.

Esta intervenção consiste sobretudo na prestação dum conjunto de medidas de apoio integrado centradas nas crianças e na família que incluem os serviços educativos, terapêuticos e sociais com o objectivo de minimizar efeitos prejudiciais no seu desenvolvimento e baseia-se na premissa de que, quanto mais cedo forem accionadas as políticas e intervenções que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas mais aptas estas se tornam para participar autonomamente na vida social.

1.2.4 Abandono e sucesso escolar

O "Abandono precoce de educação e formação" é um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020 (anteriormente designado por "Abandono escolar precoce")². Os valores apresentados seguem a metodologia de cálculo do *Eurostat*.

Quadro 54 – Taxa de abandono precoce, por género, 2011

Local de residência	Taxa de abandono precoce de educação e formação por género 2011		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	23,2	28,2	18,1
Centro	20,5	25,9	14,9

Fonte: Inquérito ao Emprego, INE, 2011

A saída da escola antes de concluído o atual ensino básico e obrigatório, vulgarmente designado por abandono escolar, tem muito mais a ver com a idade do que com o ano de escolaridade que se frequenta. Geralmente, é precedido de histórias de repetido insucesso e concretiza-se ainda pela forte atratividade exercida por uma atividade profissional ainda acessível aos jovens desqualificados.

Segundo os indicadores de abandono escolar e de aspetos conexos em Portugal, existe uma relação entre retenção escolar e abandono escolar. As taxas de abandono escolar são insignificantes no 1º ciclo, revelando-se crescentes nos ciclos seguintes.

Taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal na última década

Quadro 55 – População residente em Portugal 2001 – 2011

População residente em Portugal na última década	
2001	2011
10.356,117	10.561,614

Fontes: INE e PORDATA, 2011

² Estratégia Europa 2020 – “Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.”

Quadro 56 – Taxa de abandono precoce de educação e formação (%) por género em Portugal na última década

Anos	Género		
	%		
	Masculino	Feminino	Total
2001	51,6	36,7	44,2
2002	52,6	37,2	45,0
2003	48,7	33,6	41,2
2004	47,7	31,0	39,4
2005	46,7	30,7	38,8
2006	46,6	31,3	39,1
2007	43,1	30,4	36,9
2008	41,9	28,6	35,4
2009	36,1	26,1	31,2
2010	32,7	24,6	28,7
2011	28,2	18,1	23,2

Fontes: INE e PORDATA, 2011

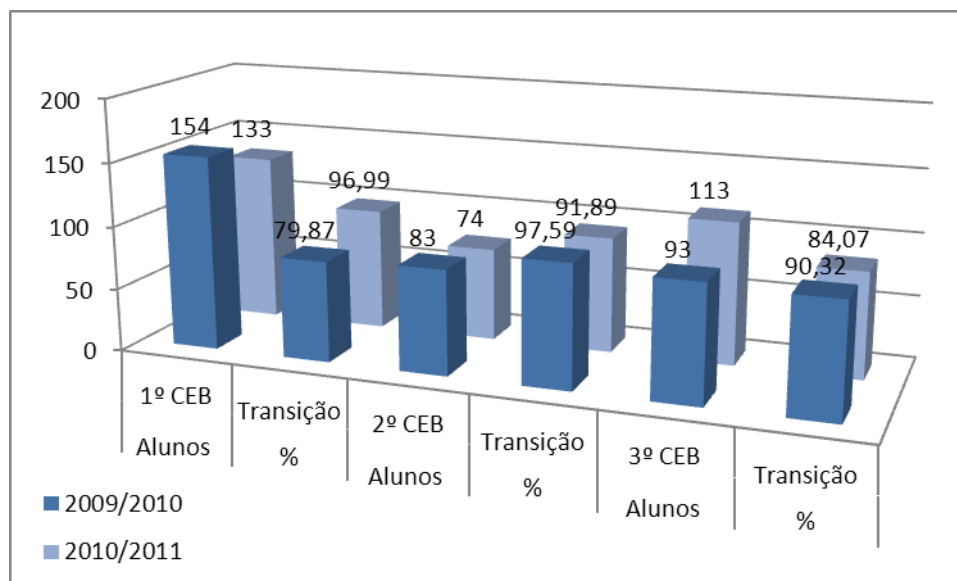
Atentos ao mapa acima, podemos constatar que, na última década, houve uma acentuada diminuição do abandono precoce de educação e formação, na ordem dos 21%.

Quadro 57 – Taxa de transição (%) por ciclo, anos letivos 2009/2010 – 2010/2011

Ano letivo	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	%
	1º CEB	Transição	2º CEB	Transição	3º CEB	Transição	Total
2009/2010	154	79,87	83	97,59	93	90,32	87,27
2010/2011	133	96,99	74	91,89	113	84,07	91,25

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 29 – Taxa de transição por ciclo, ano letivo 2009/2010 – 2010/2011



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

A resiliência escolar ou educativa é a capacidade do indivíduo ficar na escola, apesar da existência de um conjunto de características (o próprio indivíduo, a família, a escola, o meio envolvente) que motivariam o abandono escolar.

O educacional *life-span* não é mais que a prevenção do abandono escolar ao longo do ciclo de vida escolar e formativo dos sujeitos, desejavelmente com início na pré-escolaridade e com conclusão após doze anos de escolaridade bem sucedida.

Relativamente à realidade de Góis, e de acordo com os dados anteriormente apresentados, verificamos que a taxa de abandono escolar não é significativa, sem prejuízo dos valores percentuais ao nível do 9º ano deixarem margem para alguma preocupação. Podem, igualmente, constituir motivo de preocupação as questões relacionadas com a taxa de repetência, considerando a eventual relação direta entre abandono escolar e a sucessiva retenção escolar.

Assim, deve ser dada especial atenção às recomendações consignadas no Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (Março de 2004), criando condições à sua exequibilidade no terreno:

- Integrar na escola; apoiar o desenvolvimento e promover o sucesso;
- Atribuir um sentido de utilidade e vocação à escola;

- Valorizar socialmente a escola e a escolaridade de doze anos.

De entre as muitas propostas que fazem parte integrante das recomendações, a criação da figura do tutor-escolar é muito importante, enquanto responsável pela identificação e acompanhamento das crianças em risco.

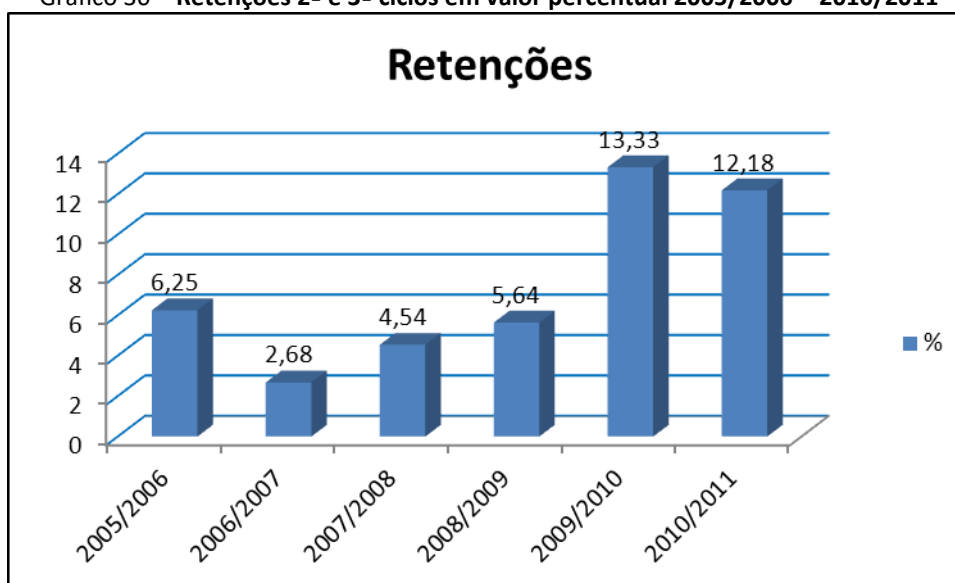
A implementação de cursos profissionalmente qualificados e qualificantes será também, indiscutivelmente, uma medida que em muito contribui para “atribuir um sentido de utilidade e de vocação à escola”.

Quadro 58 – Retenções (%) no 2º e 3º ciclo 2005/2006 – 2010/2011

Ano letivo	Total	Retenções	%
2005/2006	192	12	6,25
2006/2007	186	5	2,68
2007/2008	176	8	4,54
2008/2009	195	11	5,64
2009/2010	180	24	13,33
2010/2011	197	24	12,18

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Gráfico 30 – Retenções 2º e 3º ciclos em valor percentual 2005/2006 – 2010/2011



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

1.2.5 Pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Góis

Quadro 59 – Pessoal docente ano letivo 2011/2012

Docentes	Quadro de Agrupamento	Quadro de Zona Pedagógica	Contratados	Total
Pré-escolar	2	2	0	4
1º ciclo	12	0	0	12
2º ciclo	11	1	2	14
3º ciclo	12	0	6	18
Total	37	3	8	48

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

1.2.6 Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Góis

Quadro 60 – Pessoal não docente ano letivo 2011/2012

Pessoal não docente	
Técnico Superior (CSAE)	1
Assistente Administrativos a)	7
Assistentes Operacionais b)	26
Auxiliares Ação Educativa (outras instituições locais)	4
CEI e CEI+ (IEFP)	1
Pessoal Cozinha	4
Total	43

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, maio 2012

- a) 3 Trabalhadores em mobilidade intercarreiras – Assistentes Operacionais.
- b) 1 colaborador de outra instituição (ADIBER)

Os dados acima apresentados referem-se a todo o pessoal não docente que se encontra ao serviço do Agrupamento de Escolas de Góis.

A maioria do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, a que se refere o artigo 2º, do Decreto Lei n.º 184/2004, de 29 de julho, acima referenciado integra o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Góis, por acordo de transferência de competências em matéria de educação para o município.

Assim, e tendo em conta o contrato n.º 469/2009, de 16 de novembro, que se refere à transferência de competências para os municípios em matéria de educação, celebrado entre o município de Góis e o Ministério da Educação, desde o dia 01 de janeiro de 2010, o Município de Góis passou a assegurar plenamente o conjunto de recursos humanos afetos ao Agrupamento de Escolas de Góis, ao 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao pré-escolar, assim como o pessoal afeto aos serviços administrativos.

O pessoal não docente afeto à Câmara Municipal garante igualmente o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família, assim como as Atividades de Tempos Livres de verão e o apoio no desenvolvimento de Atividades de Complemento Curricular e de Enriquecimento Curricular.

Em alguns estabelecimentos, estas atividades são asseguradas por pessoal das IPSS locais, em conformidade com os acordos celebrados com a Segurança Social.

O funcionamento, o pessoal afeto à cozinha e o serviço de fornecimento de refeições dos alunos do pré-escolar de Góis, 1º ciclo e 2º/3º ciclos de Góis é da responsabilidade de uma empresa contratada, cujo contrato decorre de ajuste direto com a Direção Regional de Educação do Centro.

Saliente-se que tem havido uma crescente e sistemática preocupação na garantia de pessoal de apoio em todos os estabelecimentos de ensino do concelho. Para tal, o Município de Góis e o Agrupamento de Escolas, em parceria com outras instituições locais e com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, têm integrado pessoas em situação de desemprego ao abrigo dos Contratos de Emprego Inserção.

Esta metodologia de trabalho, de parceria com as instituições locais, tem resultado num acompanhamento mais próximo às crianças, bem como num maior apoio ao pessoal docente.

1.2.7 Ação social escolar

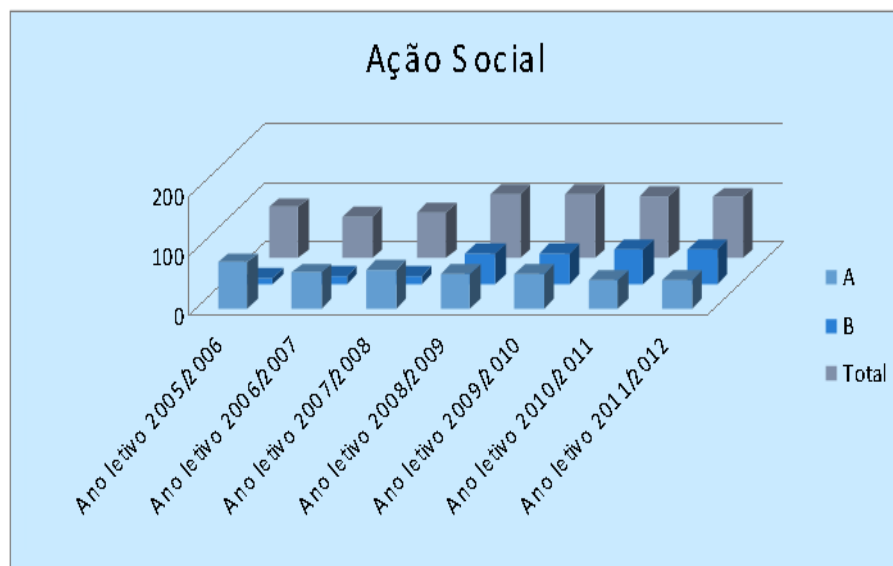
Quadro 61 – Total de alunos subsidiados do 2º e 3º ciclos do ensino básico, 2005/2006 – 2010/2011

Nível de Ensino	Escalão de capitação	Ano letivo 2005/2006	Ano letivo 2006/2007	Ano letivo 2007/2008	Ano letivo 2008/2009	Ano letivo 2009/2010	Ano letivo 2010/2011	Ano letivo 2011/2012	Total de alunos subsidiados
2º e 3º ciclos	A	76	59	64	58	57	47	47	408
	B	10	13	13	50	51	57	56	250
	Total	86	72	77	108	108	104	103	658

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

A atribuição dos auxílios económicos/subsídio escolar no 2º e 3º ciclos do ensino básico é da competência do Agrupamento de Escolas de Góis, os quais são financeiramente assumidos pelo Ministério da Educação.

Gráfico 31 – Total de alunos subsidiados do 2º e 3º ciclos do ensino básico, 2005/2006 – 2010/2011



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, é da competência da Câmara Municipal a atribuição de auxílios económicos aos alunos carenciados.

A Câmara Municipal de Góis, no que concerne aos alunos do 1º CEB, apoia financeiramente a aquisição de manuais escolares e material escolar, tendo por base o escalão atribuído (A e B), desde que os pais/encarregados de educação apresentem os respetivos documentos comprovativos de despesa. A autarquia comparticipa igualmente as despesas com a alimentação das crianças.

No que respeita à educação e ação social, a Câmara municipal tem elevados gastos, particularmente no que se refere ao pessoal não docente, aos transportes escolares e ao apoio financeiro em diversas atividades promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Góis.

Quadro 62 – Total de alunos subsidiados do 1º ciclo do ensino básico, 2005/2006 – 2010/2011

Nível de Ensino	Escalão de capitação	Ano letivo 2006/2007	Ano letivo 2007/2008	Ano letivo 2008/2009	Ano letivo 2009/2010	Ano letivo 2010/2011	Ano letivo 2011/2012	Total de alunos subsidiados
1º CEB	A	34	43	35	49	35	46	242
	B	16	24	45	37	39	37	198
	Total	50	67	80	86	74	83	440

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis e Câmara Municipal de Góis, 2012

a) Refeições escolares

A Câmara Municipal de Góis é responsável pela gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de ensino, sendo garantido a todas as crianças e jovens do Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis o serviço de refeições, quer através de parcerias com as IPSS locais, quer através de contrato duma empresa de fornecimento de alimentação.



Figura 31 – Refeitório E.B 1/JI de Góis

O Município de Góis estabeleceu, neste contexto, os necessários protocolos e contratos com as IPSS locais, nomeadamente com o Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, Centro Social Rocha Barros e a Santa Casa da Misericórdia de Góis, assim como, com o Agrupamento de Escolas de Góis.

O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares ao 1º ciclo do ensino básico visa garantir a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico refeições equilibradas.

A Câmara Municipal de Góis candidatou-se ao presente programa, sendo apoiada financeiramente pelo Ministério da Educação no pagamento das refeições escolares do 1º ciclo.

b) Atribuição de apoios aos estudantes do ensino secundário e ensino superior

O Município de Góis estabeleceu um conjunto de normas de atribuição de apoios a estudantes residentes no concelho que frequentem estabelecimentos de ensino secundário ou técnico-profissional, sempre que o curso pretendido seja ministrado fora dos concelhos limítrofes (Arganil, Lousã, Vila Nova de Poiares, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande) ou estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo, devidamente homologados pelo Ministério da Tutela.

As candidaturas são analisadas pelos serviços de educação e ação social e, consequentemente, efetuada a atribuição de uma prestação pecuniária equivalente a 200€ por ano para os estudantes do Ensino Superior e de 170€ para os do Ensino Secundário.

c) Regime de fruta escolar

De forma a melhorar os hábitos alimentares da população estudantil do concelho, e de acordo com o regulamentado na Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro, a Câmara Municipal de Góis candidatou-se ao Programa Regime de Fruta Escolar, que subentende a distribuição de frutas e produtos hortícolas às crianças nos diversos estabelecimentos de ensino do concelho.

O Município de Góis beneficia, assim, do Regime de Fruta Escolar nos estabelecimentos de ensino do 1º CEB e ainda na Sala de Apoio da Ponte de Sótão, contemplando no presente ano letivo 133 alunos.

A distribuição das frutas e produtos hortícolas é efetuada uma vez por semana, sendo da responsabilidade da Autarquia a gestão do referido programa.

Quadro 63 – Regime de fruta escolar 2011/2012

Nome do Agrupamento	Escola com 1º CEB associada	Nº de alunos matriculados/beneficiados	N.º de peças de fruta distribuídas semanalmente
Agrupamento de Escolas de Góis	Escola Básica 1º de Alvares	19	38
	Escola Básica 1º de Góis	71	142
	Sala de Apoio de Ponte do Sótão	16	32
	Escola Básica 1º de Vila Nova do Ceira	27	54
Total		133	266

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

d) Rede de transportes escolares

De acordo com a legislação em vigor a Câmara Municipal de Góis elabora, anualmente, o plano anual de transportes escolares, tendo em conta não só o aproveitamento das carreiras públicas existentes e que servem o concelho, como a cobertura eficaz das localidades com crianças e jovens do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico. De facto, são muitos os circuitos efetuados diariamente pelos serviços de transporte e, por isso, são também muitos os recursos humanos e financeiros disponibilizados pela Câmara Municipal.

De destacar que se efetiva, igualmente, todas as semanas, o transporte escolar dos alunos que permanecem na Residência de Estudantes de Góis de segunda a sexta-feira.

São também da responsabilidade do Município as despesas inerentes ao transporte de alunos que frequentam a Escola Secundária de Arganil e a Escola Secundária da Lousã. A Câmara Municipal assegura, assim, os transportes escolares diários das crianças e jovens do concelho, assegura igualmente os transportes necessários para o funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular e as deslocações das crianças e jovens para as Atividades de Complemento Curricular e Atividades de Animação e Apoio à Família quando não é possível o seu desenvolvimento no estabelecimento de ensino habitual.

A Câmara Municipal proporciona ao Agrupamento de Escolas de Góis o transporte gratuito para as visitas de estudo, Desporto Escolar, etc. Assim, a autarquia assegura toda uma rede de transportes concelhia, quer através das viaturas municipais quer através de protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários de Góis, de Alvares e com as IPSS locais.

A título de exemplo os circuitos existentes podem oscilar entre os 10 e os 166 km diários, por estradas bastantes sinuosas, próprias de um concelho de montanha. (Ver Anexo I/Circuitos Escolares).

Quadro 64 – N.º de alunos apoiados pela rede de transportes escolares no Concelho – 2011/2012

Escola/jardim de infância	Pré-escolar	1.º CEB	2.º/3.º CEB	Total
Centro Escolar Alvares	0	16	0	16
EBI/JI de Góis	2	14	51	67
Jl da Ponte do Sótão	8	0	0	8
Sala de Apoio da Ponte do Sótão	0	9	0	9
Jl de Vila Nova do Ceira	15	0	0	15
EB1 de Vila Nova do Ceira	0	17	0	17
Total	25	56	51	132

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Quadro 65 – Evolução do n.º de alunos apoiados pela rede de transportes escolares

Ano letivo	N.º de alunos
2004/2005	108
2008/2009	136
2009/2010	136
2011/2012	132

Fonte: Carta Educativa do Concelho de Góis 2006 e Plano de Transportes Escolares, CMG, 2012

1.3 O ensino especial no Concelho – Centro de Atividades Ocupacionais – Pólo de Góis da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL)

A maior novidade no funcionamento do Centro de Atividades Ocupacionais durante 2009 foi o início de funcionamento do Pólo de Góis. Esta estrutura iniciou as atividades no dia 7 de julho tendo sido inaugurada pelo Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra.

Este espaço veio permitir um aumento de qualidade na intervenção com os clientes deste concelho que permanecem integrados no seu meio de origem evitando também o tempo de deslocações.

A ARCIL mantém o serviço com funcionários ali destacados; o espaço ocupado é propriedade da Câmara Municipal de Góis que efetuou obras específicas para este efeito. O equipamento foi fornecido por entidades de Góis, as parcerias criadas para o funcionamento desta estrutura são um exemplo de solidariedade e responsabilidade social, tendo sido oferecido o mobiliário, material informático e audiovisual e algum material didático.

O grupo é constituído por 8 clientes que desenvolvem atividades ocupacionais essencialmente de criação de pequenos artigos decorativos que têm já grande aceitação na vila de Góis, favorecendo assim a inclusão na comunidade de origem e desenvolvendo atividades vocacionadas para as suas necessidades específicas. Têm sido igualmente privilegiadas atividades de interação com a comunidade cumprindo um dos objetivos iniciais de integração na sua comunidade de origem, como é o caso das Atividades de Tempos Livres de verão. Prevê-se a realização de um levantamento das acessibilidades no concelho para que seja promovido um trabalho de eliminação de barreiras arquitetónicas. Saliente-se, no entanto, que os clientes continuam a frequentar algumas atividades na sede da ARCIL, na Lousã, em conformidade com o programa estabelecido.

a) Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) – Atividade Física

A Câmara Municipal de Góis e o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) do Pólo de Góis da ARCIL



Figura 32 – Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)

elaboraram um protocolo que permite aos clientes do Pólo de Góis a prática física e desportiva de natureza lúdica e terapêutica, contribuindo para o equilíbrio físico, emocional e social da pessoa com deficiência grave ou profunda, mantendo-a ativa e interessada, garantindo a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, melhorando a sua autonomia, independência e

integração social.

1.3.1 Projeto inclusão escolar – CRI

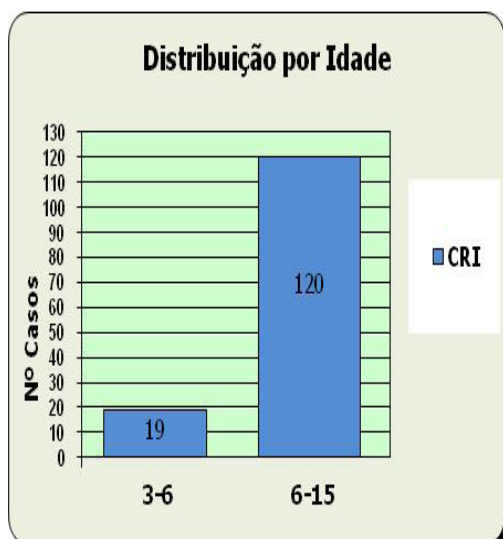
A parceria da ARCIL com a DREC para apoio às crianças com necessidades educativas especiais que frequentam as escolas foi profundamente alterada. Essas atividades constam agora no Plano de Ação do Centro de Recursos para a Inclusão – CRI.

Segundo este plano, a ARCIL assinou protocolo com a DREC, os Agrupamentos de Escolas dos concelhos de Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra. No âmbito do CRI, a ARCIL disponibiliza técnicos que intervêm nas escolas daqueles concelhos, segundo programas e calendários aprovados e visa apoiar os alunos com deficiências, sendo a DREC que suporta os custos com esses recursos. Esta modalidade obrigou a profundas alterações nos serviços da ARCIL para colmatar dificuldades com a afetação de técnicos ao CRI (exemplo, Terapeuta da Fala).

O plano de ação tem a duração prevista de quatro anos, até ao ano letivo 2012/2013, estando a ser apoiados cerca de 100 alunos dos Agrupamentos de Escolas de Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra, A equipa técnica passou a incluir uma mediadora de Transição para a Vida Pós-Escolar (100%), mais uma Terapeuta da Fala (100%) e um Psicólogo (50%). O número de auxiliares pedagógicas foi reduzido.

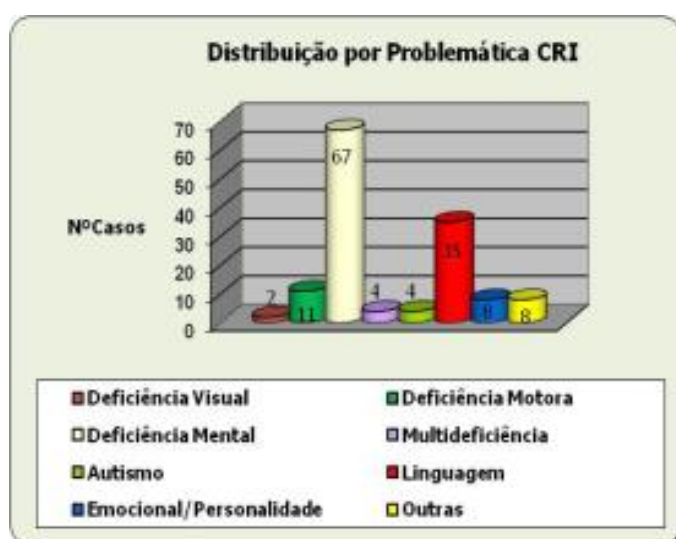
De seguida apresentamos alguns gráficos elucidativos da população apoiada pelo CRI.

Gráficos 32 – Distribuição por Idade/ CRI



Fonte: Relatório de Atividades ARCIL, 2009

Gráfico 33 – Distribuição por Problemática/ CRI



Fonte: Relatório de Atividades ARCIL, 2009

1.4 A educação e formação para adultos

Os cursos de educação e formação para adultos (EFA) visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida.

A frequência, com aproveitamento, de um curso de educação e formação para adultos, de dupla certificação, confere um certificado do 3.º ciclo do ensino básico e o nível 2 de formação profissional ou um certificado do ensino secundário e o nível 3 de formação profissional. No caso dos cursos EFA de habilitação escolar são atribuídos os certificados do 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico, sendo que a sua conclusão confere ainda a atribuição de um diploma do ensino básico, para os cursos de nível B3 e o diploma do ensino secundário, quando se tratam de cursos EFA de nível secundário. A frequência destes cursos garante, igualmente, no quadro do reconhecimento e validação de competências, a atribuição de um certificado de qualificações, para os casos que não permitam a obtenção dos certificados ou diplomas referidos.

Através desta modalidade é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que a procuram por razões de promoção cultural ou profissional.

a) Ensino recorrente/caracterização do público

Jovens e adultos com idade superior a 18 anos, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho ou sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário.

A população que frequenta os cursos EFA é essencialmente constituída por jovens e adultos que abandonaram precocemente o sistema escolar e que a ele regressam anos mais tarde.

Embora não se pretenda caracterizar exaustivamente o formando é possível salientar alguns traços que definem o seu perfil:

- É portador de saberes que lhe conferem uma cultura própria, expressão do contexto socioeconómico e cultural em que está inserido;

- As suas motivações decorrem fundamentalmente da necessidade de uma participação mais ativa no quadro social em que se insere;
- Ter um pensamento pragmático e concreto, usando frequentemente a comparação por referência ao seu mundo vivencial e utilizando com facilidade o cálculo mental para a resolução de exercícios retirados da vida real;
- A mudança de comportamentos e a apropriação de conhecimentos realizam-se segundo esquemas já estruturados de pensamento;
- Muitas vezes, tem oito horas de trabalho diário, acrescido de tempo gasto nos transportes e no trabalho doméstico;
- A sua vida familiar sofre, em geral, alterações significativas devido à frequência do curso;
- Insere-se num grupo/turma onde existem desníveis etários, diversidade de profissões e diferentes estratos sociais.

a) Finalidades dos cursos EFA

Esta formação reveste-se de uma importância estratégica no quadro das políticas de educação e formação ao longo da vida, na medida em que visa potenciar a qualificação da população adulta, por via da valorização das competências adquiridas, ao longo da vida, em diferentes contextos, no sentido de aumentar a competitividade do tecido empresarial, face aos desafios provocados pela globalização da economia e pela inovação tecnológica.

De um modo geral, deverá contribuir para:

- A compreensão e o respeito pela diversidade dos costumes e das culturas, tendo em vista a paz e a cooperação, tanto no plano nacional como no internacional;
- A consciencialização das relações que ligam o homem ao seu meio físico e cultural, no sentido de melhorar esse meio, de respeitar e proteger a natureza, o património e os bens comuns;
- A aquisição, só, em grupo e no contexto dos ensinos formal e não formal, de novos conhecimentos, qualificações, atitudes e comportamentos que contribuam para o desenvolvimento integral da personalidade.

1.4.1 Cursos de educação e formação de adultos – Cursos EFA promovidos pela ADIBER

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos possibilitam a aquisição de habilitações escolares e/ou competências profissionais e têm a finalidade de promover a (re)inserção no mercado de trabalho da população desempregada do Concelho de Góis.

A ADIBER (Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra) na qualidade de Entidade Formadora acreditada pela DGERT (Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), desenvolveu, durante o período compreendido entre o ano de 2006 e o ano de 2012, três cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) com certificação escolar e profissional, cujos elementos referentes à sua caracterização integram o quadro abaixo.

Desde o ano de 2005, decorreram, no Concelho de Góis, quatro Cursos de Educação e Formação de Adultos, nas áreas de “Apoio à Família e Comunidade”, “Horticultura e Fruticultura Biológicas”, “Auxiliar de Geriatria” e “Auxiliar de Ação Educativa” promovidos pela ADIBER e pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil.

Quadro 66 – Cursos com Certificação Escolar e Profissional desenvolvidos pela ADIBER

Período de Realização	Educação e Formação de Adultos	Certificação	Tipologia do Curso	N.º Cursos	N.º de Formandos		
					Frequência	Certificação Escolar	Certificação Profissional
03/10/2005 a 28/12/2006	EFA 3º Ciclo	<u>Dupla Certificação:</u> escolar ao nível do 3º ciclo e profissional	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade de nível II	1	14	10	10
19/01/2009 a 02/08/2010	EFA 2º e 3º Ciclo	<u>Dupla Certificação:</u> escolar ao nível do 2º e 3º ciclo e profissional	Operador Agrícola (Agricultura Biológica) de nível II	1	15	13	12
01/09/2010 a 11/01/2012	EFA Secundário	<u>Dupla Certificação:</u> escolar ao nível do secundário (12º ano) e profissional	Técnico de Turismo Ambiental e Rural de nível IV	1	15	13	13
Total				3	44	36	35

Fonte: ADIBER, 2012

Quadro 67 – Cursos com Certificação Escolar e Profissional desenvolvidos pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil

Tipologia do Curso	N.º de Formandos	Início	Fim
Auxiliar de Geriatria	18	2007	2008
Auxiliar de Ação Educativa	13	2008	2009
Total	31		

Fonte: Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social 2010-2013, CMG 2012

1.4.2 Centro de Novas Oportunidades

O Centro Novas Oportunidades (CNO) de Arganil funciona de acordo com as novas orientações da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), deslocando-se, em regime de itinerância, ao território de Góis. Em Góis, o CNO funciona em complementaridade e estreita articulação com a entidade formadora ADIBER.

O CNO tem como missão elevar o nível de escolaridade de toda a população adulta, tendo em vista a melhoria dos níveis de certificação escolar, de qualificação escolar e profissional, bem como dar continuidade a processos subsequentes de formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

De acordo com a sua missão, o CNO tem como objetivos:

- A redução do défice de qualificação dos ativos, contribuindo para a elevação dos níveis de certificação deste público-alvo, através do desenvolvimento de processos de acolhimento, diagnóstico e triagem dos ativos, que permitam o seu encaminhamento para ofertas de educação e formação ou processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), consolidando e promovendo a qualidade desses mesmos processos;
- A consolidação de mecanismos que permitam encaminhar os ativos para as respostas de qualificação mais adequadas às suas necessidades e perfis;
- O reforço do dispositivo integrado de RVCC adquiridas em diferentes contextos de vida, nomeadamente em contexto profissional, através do alargamento das saídas profissionais do RVCC integrado (escolar e profissional);

- A promoção de respostas formativas complementares que permitam o acesso a uma qualificação, nos termos definidos pelo Sistema Nacional de Qualificações (SNQ);
- Promover o desenvolvimento pessoal e social do adulto.

A equipa do CNO é constituída por 18 elementos, distribuídos por diferentes categorias profissionais, conforme quadro n.º 67.

O CNO de Arganil intervém nos concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital Pampilhosa da Serra e Tábua.

De acordo com a informação cedida pelo CNO de Arganil (não esquecendo que abrange os territórios da Beira Serra) inscreveram-se no processo de RVCC, entre os anos de 2008 e 2010, vários interessados em elevar as suas qualificações.

1.4.3 A formação no concelho

A formação profissional tem um papel relevante na promoção da produtividade dos trabalhadores e na competitividade das empresas, trazendo um impacto francamente positivo, tanto ao nível do desenvolvimento das competências pessoais e sociais como profissionais.

Na realidade, existe no Concelho de Góis uma oferta de variados cursos de formação profissional, proporcionada através da Entidade Formadora ADIBER, de acordo com as necessidades constatadas através do diagnóstico de formação aplicado à população e empresas/instituições.

Desde o ano de 2007 até à presente data, tem-se registado um grande afluxo de indivíduos a frequentar este tipo de cursos de formação, de forma a atualizar competências e conhecimentos.

Quadro 68 – Cursos de formação profissional ministrados no Concelho de Góis

Designação do Curso	N.º de Formandos	N.º de Horas	Início	Fim
Pedreiros de Xisto	11	300	17-09-2007	16-11-2007
Português para Estrangeiros	19	106	04-10-2007	29-12-2007
Montagem e Desenvolvimento de Projetos	13	46	06-11-2007	22-12-2007
Técnicas de Atendimento e Serviços na Restauração	14	39	21-11-2007	27-12-2007
Sistemas de HACCP	13	40	27-11-2007	29-12-2007
Boas Práticas na Produção de Mel	15	60	25-01-2008	24-04-2008
Técnicas de Produção Apícola	13	60	08-02-2008	02-05-2008
Auxiliar de Geriatria	14	30	05-03-2008	28-04-2008
Auxiliar de Geriatria	15	30	05-03-2008	28-04-2008
Montagem e Desenvolvimento de Projetos	9	46	11-03-2008	16-05-2008
Higiene e Segurança Alimentar	11	25	03-04-2008	14-05-2008
Higiene e Segurança Alimentar	12	24	22-04-2008	05-06-2008
Informática: Windows, Word e Excel	5	30	28-04-2008	21-05-2008
Marketing e Comercialização	10	33	03-05-2008	05-07-2008
Animadoras/ auxiliares de ATL	14	20	05-05-2008	30-06-2008
Auxiliar de Geriatria	13	35	18-08-2008	29-09-2008
Higiene e Segurança Alimentar	11	35	15-09-2008	09-10-2008
Gestão de conflitos	8	20	24-09-2008	08-10-2008
Folha de cálculo	11	50	26-11-2008	04-02-2009
Auxiliar de Geriatria	11	35	19-12-2008	18-02-2009
Português para Estrangeiros – Nível II	7	90	15-01-2009	06-08-2009
Higiene e Segurança Alimentar	10	35	10-02-2009	15-04-2009
Português para Estrangeiros – Nível I	9	90	28-03-2009	21-11-2009
Animação: Conceitos, Princípios e Técnicas	7	50	06-04-2009	17-06-2009
Gestão de Conflitos	9	8	21-11-2009	21-11-2009
Liderança e Motivação	17	30	28-04-2010	24-06-2010
Gestão de Conflitos	9	45	30-04-2010	09-07-2010

Fonte: Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social 2010-2013, CMG 2012

2. Recursos no âmbito da educação

2.1 Atividades de Enriquecimento Curricular

O Despacho n.º 144660/2008, de 26 de Maio, refere a importância do desenvolvimento de atividades de animação e de apoio às famílias e do enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, para desenvolvimento das crianças e contributo para o sucesso escolar. O Contrato de Execução n.º 469/2009, de 31 de Agosto, referente à Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação, nos diversos domínios, assegura o efetivo exercício das atribuições e competências para cada município.

O Município de Góis, mediante o apoio e colaboração prestados pelo Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis e pela Direção Regional de Educação do Centro, bem como pela Associação de Pais e Encarregados de Educação de Escolas do Concelho de Góis, propôs-se desenvolver o projeto das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) no 1º ciclo do ensino básico.

Deste modo, e tendo em conta o teor do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, a Câmara Municipal de Góis celebrou um Acordo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Góis e com a Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Góis por forma a promover a oferta das atividades de enriquecimento curricular a todos os alunos do 1º CEB do concelho.

Sendo que no presente ano letivo – 2011/2012 – todos os alunos do 1º CEB puderem usufruir das seguintes atividades:

1. Ensino de inglês;
2. Atividade física e desportiva;
3. Atividades lúdico-expressivas (Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC).

Para lecionar as atividades acima referidas foram recrutados seis Técnicos(as) Superiores, profissionais habilitados (dois docentes de Inglês, dois docentes de Educação Física e dois docentes de TIC).

O plano de atividades do Agrupamento de Escolas de Góis prevê igualmente a dinamização da atividade de Apoio ao Estudo.

É de salientar que os docentes de AEC, no período de interrupções letivas, desenvolvem outras atividades de apoio educativo, nomeadamente nas Atividades de Animação e Apoio à Família, assim como outras atividades técnicas especializadas, em áreas que se inserem na sua formação académica ou profissional.



Figura 33 – Fotografias de Atividades de enriquecimento curricular, 2012

2.2 Atividades de complemento curricular

As atividades de complemento curricular têm como principal objetivo contribuir para uma formação integral dos alunos da educação pré-escolar, assim como, propiciar experiências educativas diversas; fomentar a descoberta de dons e capacidades individuais das crianças; ocupar utilmente alguns tempos livres e abrir perspectivas em áreas não curriculares. De caráter facultativo, estas atividades implicam o compromisso de cada aluno(a), dos seus pais/ encarregados de educação, dos professores e de todo o grupo, promovendo a exigência de atitude, que se pretende tornar prática consciente no Agrupamento de Escolas de Góis desde tenra idade.

a) Na educação pré-escolar: natação, educação físico-motora e expressão musical

A Câmara Municipal de Góis, através da natação promove atividade física e desportiva nas crianças dos jardins de infância do Concelho de Góis, para virem a ser adultos com um estilo de vida mais ativa, garantindo a igualdade de direitos e oportunidades, quanto ao acesso e à generalização das práticas desportivas.



Figura 34 – Natação, Piscina Municipal da Lousã, 2012

No âmbito de um protocolo existente entre os Municípios de Góis e Lousã, durante o presente ano letivo, a atividade de iniciação à natação decorre às quintas-feiras, entre as 10h20 e as 11h50, e é dinamizada por Técnicos da Autarquia e por Docentes do Agrupamento de Escolas de Góis destinando-se a todas as crianças da educação pré-escolar do concelho.

A Câmara Municipal de Góis, em conjunto com o Agrupamento de Escolas de Góis, desenvolveu igualmente um projeto a longo prazo, para os jardins de infância do concelho, na perspetiva de promover o desenvolvimento integral do aluno. Deste modo, reforça-se a oferta educativa numa perspetiva interdisciplinar com as restantes aprendizagens escolares, proporcionando ação e movimento através da Expressão e Educação Físico-Motora. Durante a realização da atividade física, a criança, ao vivenciar diferentes experiências utilizando o seu corpo reage aos diversos estímulos do meio envolvente, recebendo assim através dos sentidos toda a informação útil (tátil, visual e auditiva), sobre a qual irá construir as imagens mentais que lhe permitirão a



Figura 35 – Expressão e Educação Físico-Motora, Pavilhão Gimnodesportivo de Góis, 2011

formação de conceitos. Sabendo da valorização social que a atividade física e desportiva contém, deve-se procurar implementar um modelo que os atraia e lhes desenvolva os conhecimentos e competências necessárias. Durante o ano letivo 2011/2012, as atividades decorrem na área de Jogo do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, normalmente, à sexta-feira, entre as 10h20 e as 11h50.

A lecionação da Expressão/Educação Musical aos alunos dos diferentes pré-escolares incide na abordagem dos “skills” ouvir e/ou distinguir, interpretar, criar, experimentar e ler música.



Figura 36 – Aula de Educação Musical, 2012

As atividades realizadas durante o ano letivo têm sobretudo uma vertente lúdica da aprendizagem, através da audição e interpretação de canções com e sem gestos; da interpretação de temas instrumentais simples e/ou de compositores célebres na história da música; da realização de jogos didáticos; da realização de movimentos e danças; da realização de pequenos trabalhos de grupo, da leitura e identificação de figuras rítmicas; do visionamento de pequenos filmes, entre outras.

As aulas decorreram na sede do Agrupamento, isto é, na Escola Básica 2,3 de Góis e, de um modo geral, os alunos revelam-se interessados e participam ativamente e com entusiasmo nas diversas atividades realizadas durante o ano. As atitudes dos alunos face à aprendizagem da disciplina de Expressão/Educação musical são bastante positivas. Ressalva-se, igualmente, o trabalho e apoio das educadoras de infância e das assistentes operacionais que acompanham os alunos durante as atividades e que procuram sempre participar, colaborar e cooperar durante a aula.

b) Nos 2º e 3º CEB – Clubes

Com a implementação de diversos clubes, pretende-se também atender aos interesses /motivações dos alunos por áreas do saber específicas, bem como reforçar os seus conhecimentos científicos em determinados campos, promovendo, indiretamente, o apoio em certas disciplinas. No presente ano letivo foram implementados e estão decorrendo os seguintes clubes: clube de jornalismo, clube de artes, clube PES, clube ambiente/ “eco escolas”, clube “mentes brilhantes”, clube de turismo, salas de estudo, apoios educativos, tutorias.

2.3 Equipamentos de ocupação de tempos livres do concelho

Em 2008, com o Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de maio, surgem novas orientações para a reorganização das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar e espaço para implementação no 1º ciclo do ensino básico “quando as necessidades das famílias o justifique” (V. n.º 26 e 27, Despacho n.º 14 460/2008, 26/05).

Assim, as respostas integradas de apoio à família dos alunos e pais traduzem-se nas atividades de animação e apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e numa rede concelhia de atividades de animação e apoio à família e atividades de tempos livres dirigidas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico.

Estas respostas resultam de uma parceria ativa entre as autarquias locais e as IPSS e são uma continuidade do investimento existente em termos de educação.

Neste contexto, importa caracterizar o sentido real e objetivo das atividades de animação e apoio à família e da animação sócio-educativa desenvolvida no concelho, bem como os equipamentos que existem com respostas estruturadas neste âmbito.

2.3.1 Atividades de animação e apoio à família

Com a Lei Quadro de Educação Pré-Escolar, Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, além de ficar consignada a obrigatoriedade de um trabalho educativo com a duração de 25 horas semanais, a que se pode simultaneamente chamar “curricular”, “pedagógico” ou “letivo”, ficou também validado o apoio à família sempre que disso haja necessidade.

A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar preconiza três funções para a educação de infância: educativa, social e preventiva. Reforça assim a sua função educativa, ao considerar este nível de educação como a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, reconhecendo a sua função social, ao estabelecer que as instituições de educação pré-escolar proporcionem atividades educativas e de apoio à família. Igualmente, ao



Figura 37 – Atividades de Apoio à Família, EB1 de Góis, 2012

determinar o contributo para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens como uma das finalidades da educação pré-escolar, salienta a função preventiva.

Tendo em conta o atrás referido, e como todo o tempo de permanência das crianças no jardim de infância (JI) tem de ser educativo, há que distinguir as atividades educativas de caráter curricular das atividades de animação e apoio à família.

Para isso, concentremo-nos no “porquê” e “para quê” de cada um destes momentos. Por um lado, o tempo curricular implica uma educação estruturada; por outro, o tempo de animação e apoio à família será marcado por um processo educativo informal, já que a criança tem inteira liberdade de escolha quanto ao que deseja fazer. Embora o contexto e as atividades escolhidas pelas crianças devam proporcionar aprendizagens, não há a mesma preocupação com a sua necessidade e pertinência, ao contrário do que acontece no tempo curricular.



Figura 38 – Atividades de Apoio à Família, EB1 de Góis, 2012

As atividades de animação e apoio à família têm como objetivo primordial a brincadeira espontânea da criança, o prazer de estar e conviver, assim como a sua segurança, bem-estar e, também, a necessidade de quebrar a rotina das atividades curriculares. Para tal, deverá existir uma sala própria com materiais e equipamentos específicos. Dever-se-á facilitar visitas ao meio envolvente, incentivando o contacto com

diferentes saberes e a cooperação com a comunidade local. A mudança do espaço físico e dos materiais é extremamente importante e necessária, pois permite aos profissionais e às crianças estarem mais aptos a recriar uma dinâmica diferente. Possibilita-se deste modo o desenvolvimento de experiências não contempladas no currículo, mas igualmente estimulantes, experiências essas sem caráter de obrigatoriedade, mas que permitem à criança envolver-se em atividades livremente escolhidas e de maior satisfação imediata: brincadeiras autónomas na sala e/ou no recreio,

O recurso a outros equipamentos e materiais, assim como a mudança do espaço físico, permitem aos profissionais e às crianças recriar, com maior facilidade, uma dinâmica algo diferente. Ao espaço da sala própria associa-se o do recreio que, com triciclos, bolas e outros materiais, se torna um espaço privilegiado do tempo das atividades de animação.

De acordo com as orientações e calendarização definidas e de acordo com os princípios enunciados, as atividades devem concretizar-se em:

- Projetos simples tais como: preparar uma sessão de cinema, receber um convidado especial, preparar um lanche, organizar um *Karaoke*, fazer a leitura de um conto.
- Atividades de culinária, jardinagem, danças/cantares, dramatizações, jogos em pequeno ou grande grupo, atividades livres nas áreas dentro da sala, atividades livres de recreio.
- Atividades noutros espaços da comunidade local como sejam visitas ao meio local, atividades nos centros culturais, associações recreativas e culturais do concelho.

A planificação das atividades de animação e apoio à família devem envolver obrigatoriamente os educadores titulares do grupo e os professores titulares do 1º ciclo, assim como é da competência destes assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação e apoio a família, tendo em vista garantir a qualidade das atividades desenvolvidas, bem como a articulação das atividades curriculares, que são desenvolvidas por assistentes operacionais do município, como atrás foi já referido.

Todas as decisões relativas às atividades de apoio à família implicam todos os docentes, o pessoal não docente, a Autarquia e o Agrupamento, não dizendo apenas respeito a cada educador(a) e/ou ao seu grupo.

2.3.2 Grupos, tempos e espaços de animação socioeducativa – ATL do concelho

As Atividades de Tempos Livres (ATL) são atividades de cariz socializante e, portanto, mais próximas dos contextos sociais naturais, pelo que deve permitir-se trocas ativas intergrupos (por exemplo, reagrupando os grupos por horas de saída, criando grupos de idades diferentes), bem como incentivar a vinda de pessoas de família e da comunidade que queiram partilhar aquele tempo de brincadeira, por exemplo: jogar às cartas, cantar, dançar, ouvir música, fazer roupas para bonecas, trocar jogos tradicionais, contar histórias para um grande ou pequeno grupo.

Falamos em trocas tradicionais e histórias porque a importância destes jogos na integração da regra, elaboração do desejo e fortalecimento do sentido de pertença nos parece indicado como um dos conteúdos privilegiados para estes tempos.

A vivência da tradição tem sempre um valor iniciático e de lastro para futuros voos, constituindo um recurso enriquecedor para os dias que vivemos/a atualidade.

O tempo de animação socioeducativa deve ser mais solto e íntimo, menos estruturado vocacionalmente, mais aberto à informalidade, à ausência de sistematização e à multiplicidade de propostas. Mais importante que a realização de atividades, parece-nos essencial a existência de um prazer de estar a conviver.

Este tempo pode permitir o desenvolvimento de competências não compreendidas no currículo, mas igualmente estimulantes, como por exemplo: a existência de um dia ritualizado de “ida ao Cinema” (escolhe-se o vídeo, há bilhetes, intervalo, guloseimas), de costura, danças tradicionais, jardinagem, pequenos passeios, visita aos vizinhos. Nada disto deverá ter carácter obrigatório e poderão sempre existir crianças envolvidas em outras atividades que lhes deem maior satisfação e que sejam por elas livremente escolhidas: construções, leituras, jogos, conversas com os amigos ou simplesmente estarem entregues aos seus próprios pensamentos. Como é evidente, todo o material existente na animação socioeducativa deverá ser diferente do material utilizado no tempo curricular.

A mudança de espaço físico é também indispensável. Se ficarem no espaço em que se levam a cabo atividades curriculares serão com muito mais facilidade levados a repetir tudo o que foi feito durante o dia – atividades, modo de estar. Ao mudar de espaço, quer os profissionais quer as crianças, estarão mais aptos a recriar um outro tempo.

Para equipar este espaço não será preciso muito material, mas procurar sempre que possível que ele favoreça a polivalência e a intimidade, afastando-se das características mais estruturadas da sala do jardim de infância: sofás para convívio, um colchão para cambalhotas, uma escrivaninha para escritório, jogos sociais e tudo mais que favoreça o convívio e a informalidade.

A utilização dos espaços comunitários, como associações recreativas, biblioteca, ludotecas, ginásios, academias, piscinas pode constituir uma alternativa ao espaço, desde que se tenham em conta as características do grupo, a acessibilidade para as crianças e para os pais, bem como os objetivos lúdicos e de fruição deste tempo.

Quadro 69 – ATL Centro Social Rocha Barros, frequência de crianças por localidade

Ano letivo	Localidade	Frequência	Total
2005/2006	Góis	21	47
	Ponte do Sótão	14	
	Bordeiro	12	
2006/2007	Góis	23	63
	Ponte do Sótão	12	
	Bordeiro	28	
2007/2008	Góis	23	57
	Ponte do Sótão	10	
	Bordeiro	24	
2008/2009	Góis	18	41
	Ponte do Sótão	-----	
	Bordeiro	23	
2009/2010	Góis	17	37
	Ponte do Sótão	-----	
	Bordeiro	20	
2010/2011	Góis	8	19
	Ponte do Sótão	-----	
	Bordeiro	11	
2011/2012	Góis	8	8
	Ponte do Sótão	-----	
	Bordeiro	-----	

Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2012

A partir do ano letivo de 2008/2009 a freguesia de Ponte do Sótão deixou de ter crianças em ATL, sendo que em Bordeiro veio a verificar-se situação idêntica no ano letivo de 2011/12 devido ao encerramento da escola básica do 1º ciclo.

Atividades desenvolvidas no Centro Social Rocha Barros em parceria com instituições locais:

- Biblioteca da Câmara Municipal de Góis – Hora do Conto (Jardim de Infância e Creche) Ateliers/Cinema;
- Expressão físico motora /natação – Piscina Municipal da Lousã – atividade quinzenal;
- Expressão físico motora – Pavilhão Gimnodesportivo de Góis;

- A partir do ano letivo de 2005/2006 – Iniciação ao Inglês (grupo de JI 5 anos) uma vez por semana;
- A partir do ano letivo de 2011/2012 – Atividades lúdicas com música (grupo dos 24 aos 36 meses e Jardim de Infância);
- Passeios e outras atividades fora do concelho – Transporte cedido gratuitamente pela CMG;
- Representação no Conselho Municipal de Educação;
- Elementos integrantes (sem direito a voto) nas reuniões de Departamento de Educação Pré-Escolar do Agrupamento de Escolas de Góis;
- Participação ativa no Plano Anual Atividades do Agrupamento de Escolas de Góis;
- Participação ativa nas atividades desenvolvidas pela Autarquia relativamente à educação concelhia.

**Quadro 70 – ATL Santa Casa da Misericórdia de Góis, CATL de Vila Nova do Ceira, frequência de crianças por idades
Ano letivo 2010/2011 – 2011/2012**

Ano letivo	Idades de frequência					Total de crianças
	6	7	8	9	10	
2010/2011	4	5	9	6	1	25
2011/2012	6	4	5	8	2	25

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Góis, 2012

a) Projeto “Escolhas de Futuro” – 4ª geração

No âmbito do Programa Escolhas, atualmente na 4ª Geração, e continuando a ter como Entidades Promotora e Gestora, respetivamente, a Câmara Municipal de Góis e a ADIBER, o Projeto “Escolhas de Futuro” pretende dar continuidade ao trabalho já iniciado através do anterior projeto implementado no Concelho de Góis, que tem vindo a ser dinamizado desde 2006.

Assente numa lógica de parcerias, o Projeto “Escolhas de Futuro” é composto por uma equipa técnica multidisciplinar, da qual fazem parte uma Técnica de Serviço Social, uma Psicóloga, uma Animadora Sociocultural, Técnico de Informática e uma Dinamizadora Comunitária. O consórcio é constituído por diversas entidades e instituições de âmbito concelhio e distrital, nomeadamente: Agrupamento de Escolas de Góis, Associação de Juventude de Góis, Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Góis, Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, Centro Social Rocha Barros, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Góis, Direção Geral de Reinserção Social, Grupo 74 de Escoteiros de Góis, Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, Lousitânea, Santa Casa da Misericórdia de Góis, para além das já mencionadas Entidades Promotora e Gestora.

O projeto tem como público alvo crianças e jovens dos seis aos dezoito anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, abrangidos por medidas de promoção e proteção pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Góis e/ou com



Figura 39 – Atividades promovidas pelo Projeto Escolhas de Futuro

medidas de regime educativo especiais. O “Escolhas de Futuro” pretende sobretudo promover o sucesso e a integração escolar minimizando o risco de abandono precoce da escola; impulsionar a formação/qualificação, a empregabilidade e interação social dos jovens do concelho; fomentar a participação cívica e comunitária, fomentar o empreendedorismo e o associativismo na comunidade local, preparando assim estes jovens para os desafios da sociedade.

A intervenção do projeto é focalizada, essencialmente, para o contexto escolar, tendo dinamizado e colaborado, ao longo dos últimos anos, em diversas ações e atividades nos estabelecimentos de ensino do concelho, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Góis e outras instituições locais.

As atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio e Orientação, pelo Mediador Escolar, pelas Oficinas de Orientação Profissional e Estudo Acompanhado têm procurado, com sucesso, combater o insucesso e o abandono escolares.

A componente lúdico-pedagógica foi igualmente contemplada em candidatura, através de atividades como “recreio animado” (dirigido ao 1º ciclo) e “estou na boa” (2º e 3º ciclos), “oficina de expressão artística” (dirigida às crianças integradas nos ATL) e “ludoteca itinerante”, proporcionando inúmeras atividades de animação socioeducativa e de caráter lúdico a todas as crianças e jovens do concelho.

De forma a motivar e incentivar os jovens para as questões da cidadania, do associativismo e empreendedorismo são também dinamizadas atividades como “cidadania jovem”, “clube de jovens”, “ideias com futuro” e “ações empreendedoras”.

O “cid@net itinerante” é uma das mais-valias do projeto, sendo dinamizado nas escolas básicas do 1º ciclo, na escola básica do 2º e 3º ciclos e na Residência de Estudantes, por forma a dar oportunidade, às crianças e jovens, de usufruir de acompanhamento técnico e aumentar os seus conhecimentos ao nível das novas tecnologias da informação e comunicação.

Durante as férias, interrupções letivas de carnaval, páscoa, verão e natal são dinamizadas diversas atividades, com a finalidade de ocupar os tempos livres dos jovens do Concelho de Góis e outros jovens que passem as suas férias no concelho.

b) Plano Nacional de Leitura/ Grupo de Trabalho Concelhio de Góis

O Plano Nacional de Leitura (PNL) nasce no seio do Ministério da Educação e tem como objetivo primordial elevar os níveis de literacia através da promoção de leitura, desenvolvendo o indivíduo e os seus pares.

A Câmara Municipal de Góis faz parte do Grupo de Trabalho Concelhio de Góis (GTCG), juntamente com o Agrupamento de Escolas de Góis, constituído em novembro de 2008.

O GTCG tem como objetivos: criar e dar continuidade à organização e gestão de projetos de intervenção e cooperação na área das bibliotecas escolares; desenvolver, nas escolas, em colaboração com a Biblioteca Municipal e as entidades formadoras, atividades de formação/informação e autoformação nos domínios da biblioteconomia, da animação, da promoção da leitura e das literacias; promover e estreitar a ligação entre os responsáveis da comunidade educativa, a Câmara Municipal de Góis, a Biblioteca Municipal “António Francisco Barata” e outros parceiros para o prosseguimento dos objetivos do GTCG; dar cumprimento aos objetivos do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Góis e o Plano Nacional de Leitura.

No domínio de intervenção designada de Projetos, Dinâmicas de Promoção da Leitura/Literacias/ Articulação Curricular, Difusão Cultural e Pedagógica foram delineados os seguintes objetivos:

- Promoção da leitura
- Projetos; articulação aurricular; difusão cultural e pedagógica

Para a concretização destes objetivos foram criados grupos de trabalho e serão realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração de documentos normativos;
- Construção de um catálogo coletivo e portal de rede de bibliotecas do Concelho de Góis (RBC);
- Organização de visitas à Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos e à Biblioteca Municipal de Góis “António Francisco Barata”;

- Integrar 30% dos fundos existentes na Biblioteca Escolar/ Centro de Recursos Educativos e na Biblioteca Municipal “António Francisco Barata” num fundo comum;
- Promover a autoformação, a formação interpares e a heteroformação dos docentes no contexto do GTCG;
- Formação relacionada com o tratamento documental – catalogação e indexação;
- Dinamizar a Hora do Conto, os Ateliers Temáticos (escrita, representação, lúdicos), os ciclos temáticos/exposições, as sessões de cinema, os concursos, comemoração de dias temáticos, promoção da semana da leitura, Feira do Livro;
- Organizar atividades interbibliotecas que envolvam várias áreas curriculares e vários conteúdos programáticos;
- Itinerância das exposições.

c) Programa Eco-Escolas

O Eco-Escolas é um Programa Internacional, gerido pela ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa), que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola.

O Programa Eco-Escolas funciona em parceria obrigatória com a Câmara Municipal e visa o desenvolvimento de atividades que promovam a melhoria do Meio Ambiente. Neste sentido, ao longo do ano, são desenvolvidas atividades relacionadas com o tema “Preservação do meio ambiente”. Assim, vários são os momentos em que diversas disciplinas recorrem aos materiais recicláveis para realizar os trabalhos, pretendendo-se que os alunos tomem consciência de que podem usar aquilo, que por vezes deitam fora, para construir novos objetos.



Figura 40 – Atividade do Programa Eco-Escolas

No âmbito do Programa, têm sido igualmente dinamizadas ações relacionadas com dias comemorativos, tais como: o Dia da Árvore, o Dia Mundial da Criança, Limpar Portugal, Dia da Floresta Autóctone. Este último teve como objetivo a distinção de espécies autóctones e espécies invasoras, culminando com a plantação de 200 árvores autóctones e com um simulacro de incêndio florestal, estas ações que sensibilizaram os alunos para não poluir a floresta e para o uso de transportes ecológicos.

2.3.3 Atividades de Tempos Livres de Verão

A Câmara Municipal de Góis, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Góis, as IPSS do Concelho de Góis, a ARCIL e o Projeto “Escolhas de Futuro”, promove e/ou apoia atividades diversificadas no âmbito das ações de ocupação dos tempos livres. Assim, irão participar nas Atividades de Tempos Livres, crianças dos 3 anos aos 14 anos de idade, dos diferentes ATL do concelho, nomeadamente da Escola Básica Integrada/Jardim de Infância de Góis, do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, do Centro Social Rocha Barros e da Santa Casa da Misericórdia de Góis. Foram também programadas atividades para os jovens e adultos portadores de deficiência inseridos no Pólo da ARCIL de Góis.

O Programa de ATL para o verão na Biblioteca Municipal de Góis “António Francisco Barata” pretende promover a literacia, cultivar o gosto pela leitura, estimular a criatividade e a imaginação. O programa contempla várias oficinas, sendo elas: “Troca-Tintas”, “As Minhas Jóias”, “Era Uma Vez”, “Origami”, “Jogos Interativos e Educativos”, “Hora do Conto”, “Sessão de Poesia”, “Ciclo de Cinema” e “Aventura Noturna no Mundo Fantástico dos Livros”.



Figura 41 – Atividade promovida pela Biblioteca Municipal, 2011

O Pavilhão Gimnodesportivo de Góis tem preparado, para as férias de verão, um conjunto de oficinas que valorizam a vida saudável inerente à prática desportiva.



Figura 42 – Atividades de tempos livres de verão, 2011

Assim, destacam-se os jogos tradicionais, jogos de perícia/manutenção e equilíbrio, badmington, mini-voleibol, jogos pré-desportivos, ginástica, mini-andebol, ténis, mini-futebol, atletismo e mini-basquetebol.

O Posto de Turismo de Góis preparou para estas férias, atividades diversificadas de forma a fomentar a aprendizagem e o conhecimento do património cultural goiense; estimular a aquisição de conceitos como biodiversidade, sustentabilidade, reciclagem; incentivar o trabalho de equipa, num espírito de solidariedade e igualdade; descobrir a natureza, respeitando-a entre outras atividades. As atividades vão de encontro aos interesses e gostos das crianças.



Figura 43 – Atividade promovida pelo Posto de Turismo, 2011

Quadro 71 – Rede concelhia de A.T.L. verão 2011

Freguesia	A.T.L.	Entidade Responsável	Capacidade	Frequência
Alvares	Centro Escolar de Alvares	Câmara Municipal de Góis	25	8
Góis	EB1 e JI de Góis	Câmara Municipal de Góis	50	35
Góis	Centro Social Rocha Barros	Centro Social Rocha Barros	25	19
Góis	ATL Escolhas de Futuro “Oficinas Escolhas de Futuro”	Projeto Escolhas de Futuro	15	15
Góis	C.A.O. Pólo de Góis da ARCIL	ARCIL	8	8
Vila Nova do Ceira	Santa Casa da Misericórdia de Góis CATL de Vila Nova do Ceira	Santa Casa da Misericórdia de Góis	25	25

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, Câmara Municipal de Góis, Projeto Escolhas de Futuro e IPSS locais, CAO - Pólo de Góis ARCIL, 2012

a) Universidade de Verão

No âmbito da Universidade de Verão, fomentada pela Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Góis promoveu em 2010 uma campanha dirigida aos alunos do 9º ano da Escola Básica do 2º e 3º ciclos e aos alunos do ensino secundário para terem um primeiro contacto com o ensino superior.

A Universidade de Verão teve um programa distribuído por onze áreas de conhecimento. Os jovens frequentaram as áreas de letras, química e desporto. Para além da sensibilização, a Câmara Municipal apoiou financeiramente a iniciativa.

Síntese

O município de Góis, através de parcerias locais e com as diversas vertentes de ocupação de tempos livres, sejam eles: as Atividades de Enriquecimento Curricular, as Atividades de Animação e Apoio à Família, a rede de ATL concelhia tem ao longo dos últimos anos respondido às reais necessidades dos alunos e famílias, através da adequação dos horários de funcionamento, bem como da garantia de funcionamento em férias letivas – ATL de verão – sem esquecer o fornecimento de refeições e a disponibilização duma rede de transportes escolares diária.

2.4 Residência de Estudantes de Góis

A Residência de Estudantes (RE) de Góis abriu as suas portas aos alunos em 31 de janeiro de 1994,



Figura 44 – Residência de Estudantes de Góis, 2012

com o grande objetivo de reduzir as distâncias percorridas pelas crianças e jovens que frequentavam o 2º e 3º ciclos e que, diariamente, realizam um percurso de cerca de 80km para poderem frequentar as suas aulas.

Ao longo dos anos, a Residência de Estudantes tem contribuído para a formação pessoal e social das crianças

e jovens que por ali passaram, bem como garantido um ambiente de estudo adequado, com orientações lúdico-pedagógicas, contribuindo para a aquisição de métodos e técnicas de estudo eficazes que possibilitem o sucesso escolar. Os jovens são ainda estimulados a participar ativamente nas tarefas rotineiras da Residência, igualmente têm uma participação ativa em atividades de caráter sociocultural e recreativo, aumentando o espírito de entreajuda e corresponsabilização através da participação ativa no conselho da Residência.

A Residência encontrava-se sob a dependência da Direção Regional de Educação do Centro, contudo, desde o dia 1 de janeiro de 2010 é da competência da Câmara Municipal de Góis a gestão financeira da Residência de Estudantes, bem como do pessoal que aí exerce as suas funções.

Os jovens que ali residem são estudantes dos 1º, 2º e 3º ciclos, secundário e ensino profissional e técnico-profissional e são oriundos das zonas mais longínquas do concelho, sendo que alguns destes jovens têm graves problemas económicos e sociais.

Estão igualmente integrados neste equipamento social, jovens retirados às suas famílias por parte do Tribunal de Família e Menores, devido a problemas de negligência e abandono, ou portadores de deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem.

A Residência de Estudantes de Góis tem procurado desenvolver, em parceria com outras instituições locais, atividades diversificadas com vista à promoção do desenvolvimento cognitivo e da consciência cívica, tais como:

- Idas ao cinema;

- Realização de festas;
- Participação no curso carnavalesco;
- Visita de estudo anual (entre outras).

Neste contexto, a Residência de Estudantes tem procurado adotar metodologias de trabalho fomentadoras da responsabilização e cooperação, que se traduzem essencialmente na angariação de verbas para visitas de estudo e outras atividades de lazer. São exemplo disso as inúmeras atividades desenvolvidas, tais como: a venda de rifas, a realização de *ateliers* de trabalhos manuais de pequenos objetos que são posteriormente vendidos nas Feiras da Castanha e do Mel e na FACIG (Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Góis), a participação na Concentração Mototurística de Góis, servindo refeições.

Saliente-se ainda que ao longo dos últimos anos, a Residência de Estudantes proporcionou a diversos jovens a visita a diversas localidades do país e a países estrangeiros (França, Itália). Dentro deste espírito, há um trabalho conjunto na angariação de verbas para levar um grupo de jovens à *Eurodisney*.



Figura 45 – Refeitório da Residência de Estudantes de Góis, 2012

A análise do quadro abaixo permite concluir que a ocupação da RE, por parte de crianças e jovens, tem tido tendencialmente um decréscimo, respetivamente entre os anos letivos de 2006/2007 a 2011/2012, verificando-se uma diminuição de 19 alunos.

Quadro 72 – Taxa de ocupação da Residência de Estudantes

2005/2006 – 2011/2012	
Ano letivo	Total
2006/2007	36
2007/2008	36
2008/2009	29
2009/2010	30
2010/2011	26
2011/2012	17

Fonte: Residência de Estudantes, 2012

A maioria dos alunos a frequentar a RE é oriunda das freguesias mais afastadas, nomeadamente de Alvares, a freguesia mais distante da sede de concelho, com lugares dispersos e isolados, sem transportes públicos diários.

Este tipo de constrangimentos está igualmente presente nas freguesias do Colmeal e Cadafaz. A Residência de Estudantes oferece excelentes condições de alojamento aos alunos, garantindo, ao mesmo tempo, todo um acompanhamento ao nível do desenvolvimento das competências pessoais e sociais.

Outro dado importante é que há um aumento significativo na frequência da RE por parte de alunos de outros concelhos, tratando-se de casos relacionados com as problemáticas das famílias desestruturadas que encontram na RE um acompanhamento constante no desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens.

Ao longo dos anos a RE tem prestado um serviço fulcral no desenvolvimento integral e no bem-estar das crianças e jovens que a frequentam, assim como oferece excelentes condições de alojamento, para isso conta com o bom desempenho de oito trabalhadores(as).

Quadro 73 – Pessoal ao serviço da Residência de Estudantes

Pessoal não docente	
Diretora	1
Assistentes Técnicos	2
Assistentes Operacionais	5
Total	8

Fonte: Residência de Estudantes, 2012

2.5 Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Góis

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Góis foi instituída em setembro de 1991 e tem vindo a funcionar até à presente data.

Associação voluntária e sem fins lucrativos, que tem como finalidades apelar ao interesse da famílias no labor pedagógico e social que na escola se realiza; pugnar pelo acesso de todos ao ensino, de acordo com as capacidades de cada um, e pela criação de transportes e alojamentos adequados, contribuir para a dignificação do ensino; bem como colaborar com a Direção do Agrupamento de Escolas na resolução dos problemas emergentes.

Para a realização destas finalidades, a Associação propõe-se:

- Contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da amizade e compreensão entre professores e alunos e restante pessoal da escola, bem como pais e encarregados de educação;
- Contribuir para uma permanente consciencialização e esclarecimento dos pais e encarregados de educação, face aos problemas escolares;
- Colaborar em conferências, reuniões, exposições e outras atividades similares na escola, organizadas pelo Conselho Executivo e Pedagógico, a fim de se manter e desenvolver o interesse dos pais e encarregados de educação e seus educandos pelos problemas morais, culturais e sociais;
- Pugnar para que seja concedido auxílio financeiro ou outro, nas atividades relacionadas com a educação, instrução e conforto dos alunos e, em caso de necessidade, devidamente comprovada, completar a ação social referida, com os meios ao seu alcance;
- Destinar uma verba do orçamento da associação para fins de ação social escolar, procurando junto do Conselho Executivo, garantir o acesso de alunos mais desfavorecidos a atividades culturais, desportivas e recreativas, mediante condições a estabelecer;
- Dar parecer, quando solicitado ou previsto na lei, aos processos disciplinares e analisar a situação dos alunos e dos professores, quando for oportuno.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação é parceira efetiva de várias estruturas e projetos locais, particularmente do Conselho Municipal de Educação, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Góis e do Conselho Local de Ação Social.

Saliente-se que as várias direções que têm assumido o funcionamento desta Associação, têm pugnado por um trabalho que envolve ao máximo os pais e encarregados de educação no sentido de contribuir para o sucesso educativo dos alunos do Concelho de Góis.

Pese embora o facto, de os responsáveis pela Associação se empenharem nas diversas ações do Agrupamento de Escolas e/ou das estruturas locais que envolvem a Comunidade Educativa, continua a verificar-se um défice de participação por parte dos pais e encarregados de educação.

Para colmatar esta lacuna, há que continuar a apostar numa cultura de participação e de cidadania ativa.

III PARTE

EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Equipamentos coletivos

O desenvolvimento integral da criança passa por vivências diferenciadas, tanto no espaço familiar, como no espaço escolar, sem esquecer o meio envolvente. Daí que, a Educação, para ter “saber” e “sabor”, não possa reduzir-se ao mero cumprimento do programa curricular; há que fomentar a complementaridade e a transversalidade de ações, de forma a que as crianças e jovens se sintam motivadas para a vida escolar.

O Concelho de Góis dispõe de espaços de grande qualidade, públicos e privados, com condições para o desenvolvimento e aquisição de competências bem como para a formação pessoal e social. Nos últimos anos, têm-se ultimado esforços para renovar e melhorar as condições dos espaços existentes.

São também estas infraestruturas coletivas, através dos seus dirigentes, que muito têm contribuído para diversificar a oferta educativa, colocando os seus serviços à disposição da comunidade escolar.

A promoção do livro e da leitura, da música e da dança (moderna e tradicional), a formação de bombeiros, a prática de atividades desportivas, protagonizadas pelo município e/ou por entidades locais de direito privado, são alguns dos exemplos demonstrativos do envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento e formação das crianças e jovens do concelho.

A título de exemplo, e sem qualquer intenção discriminatória, vamos enumerar e apresentar alguns equipamentos coletivos existentes no Concelho de Góis.

a) Parques infantis:

- Parque infantil do Cerejal;
- Parque infantil de Vila Nova do Ceira;
- Parque infantil de Alvares;

b) Equipamentos desportivos:

- Pavilhão Gimnodesportivo de Góis;
- Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Nova do Ceira;
- Polidesportivo do Cerejal;

- Polidesportivo da Ponte do Sótão;
- Polidesportivo da Cabreira;
- Parque de Lazer da Quinta do Baião (circuito de manutenção física, polidesportivo e skate parque).

c) Equipamentos culturais e de lazer

- Biblioteca Municipal António Francisco Barata;
- Centro de Referência da Memória Goiense;
- Associação Educativa e Recreativa de Góis – Casa da Cultura de Góis;
- Parque de Campismo Municipal de Góis.

d) Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis (AHBVG)

- Quartel Sede da AHBVG;
- 4º Secção de Alvares da AHBVG.

Fotos



Figura 46 – Parque Infantil do Cerejal, 2012



Figura 47 – Parque Infantil de V.N.Ceira, 2012



Figura 48 – Parque Infantil de Alvares, 2012



Figura 49 - Circuito de Manutenção de Góis/ Skate Parque/Polidesportivo, 2012



Figura 50 – Pavilhão gimnodesportivo de Góis, interior ginásio, 2012



Figura 51 - Polidesportivo de Ponte do Sótão



Figura 52 - Polidesportivo da Cabreira



Figura 53 – Biblioteca Municipal António Francisco Barata



Centro de Referência da Memória Goiense

O Centro de Referência da Memória Goiense, aprovado no âmbito do Programa PRODER, cujo grupo de Ação Local é a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, contempla as valências de Arquivo, Biblioteca e Espaços Multiusos. O equipamento municipal de carácter cultural surge como um complexo por excelência de salvaguarda, conservação, valorização e divulgação da memória das comunidades goienses.

O Centro de Referência da Memória Goiense contribuirá para a organização interna da documentação municipal; para a disponibilização de uma ferramenta que conduza ao conhecimento da memória goiense; para fomentar a pesquisa e o estudo da história local; e para promover o crescimento de atividades culturais destinadas à comunidade em geral. A implementação deste Centro irá estimular a procura do turismo cultural, colmatando a ausência de equipamentos culturais similares. Irá ainda permitir a requalificação urbanística da zona envolvente, encontrando-se na confluência entre as escolas, lar de idosos, creche/jardim infantil e serviços municipais.

Associação Educativa e Recreativa de Góis – Casa da Cultura de Góis



Figura 54 – Associação Educativa e Recreativa de Góis (foto antiga)

A Associação Educativa e Recreativa de Góis (AERG) é uma das mais prestigiadas instituições do Concelho de Góis. A sua sede localiza-se no centro urbano da Vila de Góis. O edifício é, atualmente, propriedade do Município de Góis, tendo sido, durante largos anos, património da companhia de Papel de Góis. Em resultado da fusão de duas filarmónicas existentes em

Góis terá surgido, em 1887, a Filarmónica Recreativa Goiense.

Nos primeiros anos do século XX a Filarmónica encontrava-se inativa, vindo a ser reorganizada nos anos 30 e ressurgindo finalmente em 9 de abril de 1933. Em 1 de outubro de 1939 foi fundada a Associação Educativa e Recreativa de Góis e aqui integrada a Filarmónica, hoje a sua secção de maior destaque.

O edifício encontrava-se em crescente estado de degradação, já que a sua edificação era antiga e nunca havia sofrido grandes intervenções de melhoria.

Para que a Casa da Cultura de Góis pudesse vir a ser uma realidade, a Câmara Municipal de Góis apresentou uma candidatura ao programa Centro-03-CO56-FEDER003002, através da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN) tendo esta por objeto a concessão de um apoio financeiro à construção da Casa da Cultura de Góis, a qual foi aprovada e encontra-se atualmente em estado de construção.

A Casa Municipal da Cultura, espaço com papel primordial nas iniciativas de cariz cultural, social e educativo do Concelho de Góis, contribuirá para o despertar do interesse de toda a comunidade por ações que desenvolvam, de um modo salutar e harmonioso, o corpo e a alma.

A construção do equipamento cultural assenta no respeito pela memória de um edifício simbólico – a sede da Associação Educativa e Recreativa de Góis, inaugurada a 01 de Outubro de 1939, aliado aos princípios de construção sustentável e de arquitetura ecológica, disponibilizando à população um espaço de excelência: um auditório com lotação de 300 lugares, salas de música e de formação diversa, bem como área multiusos. A Casa Municipal da Cultura oferece um equipamento estruturante para a vida cultural da região, que perpetuará a memória de um espaço pleno de história e simbolismo.

Parque de Campismo Municipal

O Parque Municipal de Campismo de Góis encontra-se situado no parque do castelo, em zona de interesse histórico da Vila de Góis, com uma área de 12.350 m² e uma capacidade para 400 pessoas, inserido numa zona de excelência onde abunda o ar puro e espaços verdejantes



Figura 56 – Bungalow, Parque de Campismo Municipal



Figura 55 – Parque de Campismo Municipal de Góis

complementados por uma paisagem deslumbrante, tendo sido alvo de obras de requalificação no início do ano de 2012.

O Parque beneficia de uma localização privilegiada, dada a sua proximidade com o rio Ceira, cujas águas límpidas propiciam refrescantes e enérgicos banhos, associados a momentos de irrepreensível lazer, entre a fruição das suas praias fluviais da

Peneda e Pego Escuro e outras de caráter selvagem, como é exemplo a aldeia de Carcavelos. Cumulativamente, a Vila de Góis disponibiliza também ótimos espaços de merendas (Parque do Xico Ceras e Parque do Cerejal) e agradáveis percursos pedestres em plena natureza.

Com a possibilidade de campismo em zona livre, com 2 infraestruturas de balneários bem localizadas (duches de água quente - gratuitos), espaços para caravana/autocaravanas ou em bungalows, o parque detém todas as condições para que possa usufruir de umas férias de qualidade e em sublime quietude.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Góis



Figura 57 – 4ª Secção de Alvares da AHBVG, 2012



Figura 58 – Quartel Sede da AHBVG, 2012

IV PARTE
SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

1. Síntese do diagnóstico

1.1 A educação pré-escolar

A capacidade instalada na educação pré-escolar a nível concelhio, cinge-se a três freguesias respondendo à procura potencial, tendo em conta o número de crianças atual e previsto do grupo etário dos 3 aos 5 anos.

Freguesia de Alvares

A freguesia de Alvares, tal como já foi referido anteriormente, tem em funcionamento uma creche e um jardim de infância sedeados nas instalações do Lar e Centro de Dia de Cortes. Relativamente à educação pré-escolar, poder-se-ia equacionar a possibilidade de abertura de uma sala de jardim de infância para as crianças com idades compreendidas entre os 3 e 5 anos, na localidade de Alvares no equipamento educativo do Centro Escolar de Alvares, no qual se encontra prevista uma sala para esse efeito. A valência de creche continuaria a funcionar nas instalações do Centro Paroquial em Cortes.

Redimensionar a rede escolar na freguesia de Alvares nesta perspectiva, beneficiaria as crianças e as famílias, sem prejudicar as dinâmicas locais instaladas.

Freguesia de Góis

A freguesia de Góis tem em funcionamento três jardins-de-infância – dois da rede pública, em Góis e Ponte do Sótão, e um da rede privada, Centro Social Rocha Barros, IPSS situada na sede do concelho. Para além destes equipamentos, funcionam no Centro Social Rocha Barros, as valências de berçário e creche.

Continua a verificar-se uma forte concentração de crianças no jardim de infância do Centro Social Rocha Barros, em detrimento do jardim de infância da EBI/JI de Góis e do jardim de infância de Ponte do Sótão.

A reduzida frequência deste último equipamento escolar pode levar ao seu encerramento nos próximos anos letivos. Saliente-se que as crianças residentes no lugar de Ponte do Sótão e aldeias

limítrofes, se forem inscritas no jardim de infância de Ponte do Sótão podem efetivamente garantir a manutenção deste estabelecimento de ensino.

Freguesia de Vila Nova do Ceira

Na freguesia de Vila Nova do Ceira existe a valência de jardim de infância da rede pública, situada no espaço físico da EB1 de Vila Nova do Ceira, passando estes equipamentos, a partir do ano letivo de 2012/2013 a denominar-se de Escola Básica Integrada de Vila Nova do Ceira, dando-se assim a agregação de dois estabelecimentos num só.

A componente de atividades de animação e apoio à família é assegurada pela Câmara Municipal de Góis em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Góis.

De um modo geral pode-se afirmar que as instalações existentes no concelho na área da educação pré-escolar são adequadas e de qualidade aceitável, à exceção do equipamento em Vila Nova do Ceira que necessita de intervenção urgente.

1.2 O 1º ciclo do ensino básico

Em consequência da continuada desertificação do território e do envelhecimento da população o número de equipamentos escolares neste ciclo foi reduzindo a nível concelhio. No entanto, e fruto de uma intervenção adequada por parte do Município de conservação e construção de novos equipamentos, pode-se afirmar que existe uma boa cobertura da população em idade escolar para a totalidade das freguesias, estando em funcionamento os seguintes equipamentos: Centro Escolar de Alvares, EBI/JI de Góis, Sala de Apoio de Ponte do Sótão e EB1 de Vila Nova do Ceira. A maioria dos alunos deste ciclo concentra-se, naturalmente, na EBI/JI de Góis.

Como referido no parágrafo anterior todos os estabelecimentos do 1º CEB do concelho foram objecto de recente intervenção, quer ao nível das instalações, quer ao nível do equipamento, pelo que se pode afirmar que todas as escolas têm excelentes condições, quer ao nível das instalações, quer ao nível do apetrechamento.

1.3 Os 2º e 3º ciclos do ensino básico

De ano para ano regista-se uma diminuição de alunos nestes ciclos, originada pelo decréscimo verificado no ciclo anterior. As instalações da escola sede são ótimas e encontram-se em bom estado de conservação, tendo sido objeto de obras no que respeita ao Plano de Emergência e Evacuação, durante o ano letivo de 2011/2012.

Quadro 74 – Taxa de Ocupação E.B. 2.3. de Góis

Capacidade do edifício		300	Alunos
Nº de alunos que frequentam o edifício		182	Alunos
Taxa de Ocupação		60.60%	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Quadro 75 – Taxa de escolarização 2º e 3º CEB (%) (Bruta)

2º CEB			100.00%
3º CEB			100.00%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Quadro 76 – Taxa de Ingresso 2º e 3º CEB (%) (Bruta)

2º CEB			100.00%
3º CEB			100.00%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

2. Análise prospetiva



Fig. 59 - Mapa identificativo do concelho de Góis
Fonte: PORDATA

Na análise prospetiva que apresentamos em seguida, teremos como base de trabalho os resultados preliminares dos censos 2011 divulgados no mês de junho pelo Instituto Nacional de Estatística, os quais apesar de não nos permitirem aferir ainda análises muito aprofundadas, na medida em que apenas são disponibilizadas as contagens das variáveis base (população, famílias, edifícios e alojamentos), permitem perceber as principais dinâmicas territoriais ocorridas na Região Centro, no Pinhal Interior Norte e no Concelho de Góis, nomeadamente, as tendências de convergência/divergência regional, bem como aferir as trajetórias, que é o objetivo final desta análise prospetiva.

Quadro 77 – Variação da população no concelho de Góis entre 2001-2011

Ano	População residente	
	N.º Total	(%) Variação 2001-2011
2001	4861	
2011	4260	-12,4

Fonte: INE, junho 2012

Quadro 78 – Taxa bruta de natalidade (%) 2001-2011

Góis	Anos	
	2001	2011
Taxa bruta de natalidade	7,7	3,1

Fontes: INE, PORDATA em julho de 2012

Quadro 79 – N.º total de nados vivos por género, 2001-2011

N.º total de nados vivos por género	Género		
	H	M	HM Total
Ano			
2001	18	19	37
2011	5	8	13

Fontes: INE, PORDATA em setembro de 2012

Quadro 80 – Taxa bruta de mortalidade (%) 2001-2011

Góis	Anos	
	2001	2011
Taxa bruta de mortalidade	21,3	22,9

Fontes: INE, PORDATA em setembro de 2012

Quadro 81 – N.º total de óbitos por género, 2001-2011

N.º total de óbitos por género	Género		
	H	M	HM Total
Ano			
2001	46	56	102
2011	51	46	97

Fontes: INE, PORDATA em setembro de 2012

Evolução da população no Concelho de Góis

Para a realização do quadro abaixo, no que diz respeito à evolução da população no Concelho de Góis entre os anos 2012 e 2021, utilizaremos como base de trabalho os dados dos censos relativos à população residente no Concelho em 2011 e a taxa de variação (- 12,4% em 10 anos, distribuída equitativamente, -1,24% por cada ano) ocorrida entre 2001 e 2011, apresentada na análise dos resultados preliminares dos censos 2011 para a região centro (*vide Dinâmicas Regionais na Região Centro.*)

Para encontrar o número de nados vivos e o número de óbitos previstos para o Concelho de Góis na próxima década utilizaremos valores médios da Taxa Bruta de Natalidade e da Taxa Bruta da Mortalidade de 2001 e 2011 (5,4% para a TBN e 22,1% para a TBM).

Quadro 82 – Evolução da população no concelho de Góis entre 2011-2021

Ano	População residente	Nados vivos	Óbitos	População residente (%) de variação	(%)Taxa bruta de natalidade	(%) Taxa bruta de mortalidade
2001	4861	37	102	-12,4	7,7	21,3
2011	4260	13	97		3,1	22,9
2012	4207	23	93	-1,24	5,4	22,1
2013	4155	22	92	-1,24	5,4	22,1
2014	4103	22	91	-1,24	5,4	22,1
2015	4052	22	90	-1,24	5,4	22,1
2016	4002	22	88	-1,24	5,4	22,1
2017	3952	21	87	-1,24	5,4	22,1
2018	3903	21	86	-1,24	5,4	22,1
2019	3855	21	85	-1,24	5,4	22,1
2020	3807	21	84	-1,24	5,4	22,1
2021	3760	20	83	-1,24	5,4	22,1

Fontes: INE, PORDATA, CCDRC, Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

Quadro 83 – Análise prospectiva de alunos nos diferentes graus de ensino nos próximos 5 anos letivos – 2013/2014 – 2017/2018

Ano Letivo	Níveis de ensino											
	Educação pré escolar			1º CEB			2º CEB			3º CEB		
	1º Ingresso	Frequência por nível	Mudança de nível	1º Ingresso	Frequência por nível	Mudança de nível	1º Ingresso	Frequência por nível	Mudança de nível	1º Ingresso	Frequência por nível	Mudança de nível
2010/2011	15	56	22	26	133	33	40	74	34	47	113	35
2011/2012	10	47	22	35	133	39	35	77	42	36	105	29
2012/2013	25	89	36	34	115	28	41	76	35	42	114	36
2013/2014	20	73	28	36	133	27	28	69	41	35	112	36
2014/2015	15	60	25	28	134	36	27	55	28	41	117	41
2015/2016	-	35	20	25	117	34	36	63	27	28	104	35
2016/2017	-	-	15	20	109	36	34	70	36	27	96	41
2017/2018	-	-	-	15	88	28	36	70	34	36	91	28

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2012

A evolução da população escolar no Concelho de Góis nos próximos 5 anos letivos

A análise prospetiva apresentada no quadro acima (quadro n.º 83) foi baseada apenas em números, trata-se de uma análise simples e linear, prospetiva, sendo que os factores externos não foram objeto de tratamento, os quais influenciam claramente a evolução natural da população.

Podemos concluir desta análise prospetiva que nos próximos cinco anos letivos haverá um severo decréscimo da população em idade escolar, todavia, existem factos externos que poderão contrariar este sintoma claro da diminuição da taxa de natalidade, como seja um saldo migratório bastante positivo, realidade que se tem observado nos últimos anos com a fixação de famílias jovens estrangeiras e também de outras partes do nosso país, que aqui procuram estruturar a sua vida e constituir a sua família, tendo como consequência o aumento da população em idade escolar, que de alguma forma consegue compensar o saldo natural negativo do Concelho.

2.1 Síntese da análise prospetiva

Em qualquer análise prospetiva podem ser consideradas diferentes variáveis que podem naturalmente influenciar a evolução da população residente e escolar em qualquer município.

No caso concreto do concelho de Góis utilizou-se como base o método estatístico de previsão baseado no histórico, aliado a uma fórmula mais simplista e mais adequada à situação particular do Concelho. Pelo que, a análise prospetiva apresentada foi elaborada supondo que a tendência de diminuição da taxa de natalidade se irá manter nos próximos anos.

Na realidade, a população de toda a região centro teve uma diminuição de 0,9% na última década e infletiu a trajetória de crescimento que se vinha delineando na década de 90. Uma vez que o saldo natural foi negativo, existindo um considerável desequilíbrio entre nascimentos e mortes, foi apenas essa componente migratória positiva que atenuou o decréscimo populacional *“O comportamento passado é utilizado para projetar o futuro”*, desse modo acreditamos que o mesmo se passará no concelho de Góis, será com certeza essa componente migratória a atenuar o saldo natural negativo na próxima década.

Uma análise assente apenas no passado é redutora e não traduz verdadeiramente o futuro, partindo do pressuposto que fatores externos podem influenciar a evolução da população, tais como: a fixação de famílias e jovens, novas políticas de desenvolvimento local, estratégias que tornem o território mais atrativo alterações socio económicas significativas na região e no país, etc.

Acreditamos, com efeito que, apesar dos números do quadro acima evidenciarem um severo decréscimo do número de alunos, nos próximos cinco anos, a população em idade escolar poderá vir a manter-se ou até aumentar, mantendo os equipamentos escolares existentes, porquanto os mesmos conseguem por ora responder às necessidades do presente e também do futuro.

Importa, no entanto, fazer a manutenção do parque escolar, em termos das instalações e mobiliário assim como, garantir a qualidade da oferta educativa, continuando a Autarquia, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, a prestar todos os serviços à comunidade escolar.

V PARTE
PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO
PARA A REDE EDUCATIVA DO
CONCELHO

1. Enquadramento

O desafio fundamental da *Educação* é a formação do(a) aluno(a) enquanto pessoa, a quem a escola deve proporcionar igualdade de oportunidades, integrando no processo de ensino-aprendizagem o saber, o saber-ser, o saber-fazer e o aprender a viver e conviver juntos, de modo a preparar o(a) discente para uma vida ativa, profissional e social.

A escola é, em sentido lato, um processo em construção resultante da vontade e da responsabilidade dos “atores” do processo educativo, mas também das oportunidades de participação e decisão que lhes forem dadas. Na verdade, a escola, com a sua dinâmica, possui “uma cultura” que influencia e modela o comportamento dos seus membros.

Deste modo, não basta conceber um Projeto Educativo, nem apresentar propostas de intervenção, se não se promoverem dinâmicas construtivas e participações ativas que corresponsabilizem todos os agentes e parceiros do processo educativo.

Para alcançar este nível de (des)envolvimento é fundamental continuar a investir na educação/formação numa lógica de proximidade, sem esquecer as especificidades e singularidades do Concelho de Góis, enquanto espaço geográfico com características marcadamente rurais.

2. Objetivos

- Proporcionar a toda a população do concelho o acesso à educação;
- Promover o sucesso escolar e prevenir o abandono escolar;
- Proporcionar a todas as crianças, com idade superior a 3 anos, uma resposta social compatível com as necessidades laborais do agregado familiar;
- Garantir formação e educação à população adulta que não completou a escolaridade obrigatória;

- Criar condições para a implementação de um Centro de Reconhecimento e Validação de Competências;
- Contribuir para a fixação da população no concelho.

3. Medidas de intervenção: propostas³

- Assegurar a manutenção do parque escolar que serve o 1º CEB;
- Implementar o ensino profissional, com equivalência ao 12º ano;
- Criar condições à implementação de gabinete de acompanhamento e orientação psicológica;
- Criar condições para formação de uma equipa técnica multidisciplinar de acompanhamento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, nas suas diversas valências;
- Articular o reajustamento das respostas educativas ao nível da educação pré-escolar, com as IPSS que mantêm acordos de cooperação com a Segurança Social, de forma a que a manutenção da rede pública da educação pré-escolar na freguesia de Góis não possa perigar em função da rede privada, muito mais onerosa para as famílias;
- Em todos os processos de intervenção e ajustamento da rede de oferta educativa, as juntas de freguesia devem desempenhar um papel fulcral, por serem as entidades democraticamente representativas da população;
- Manter a rede de ATL concelhia e as atividades de animação e apoio à família;
- Manter condições à formação inicial e contínua de animadores de ATL, garantindo às crianças a prestação de serviços com qualidade.

³ As medidas de intervenção propostas foram equacionadas para se concretizarem a médio/longo prazo.

VI PARTE
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

O Município de Góis, consciente que a educação é um dos pilares mais importantes da sociedade, tem vindo a apostar nesta área como fator determinante de socialização e desenvolvimento das comunidades. Apostar na educação é apostar no futuro do Concelho de Góis, na perspetiva de que as crianças e os jovens são os futuros líderes do concelho.

A primeira versão da Carta Educativa do Concelho de Góis foi apresentada em 2006, de acordo com as normativas patentes no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, tendo obtido homologação a 29 de maio de 2007. No início do ano de 2009 foi apresentada e aprovada proposta de monitorização e alteração à Carta Educativa.

Efetivamente, enquanto instrumento de planeamento da rede educativa do Município de Góis, a carta educativa é um documento fundamental e dinâmico, em constante progresso, carecendo de atualização e revisão face às alterações territoriais, demográficas, socioeconómicas, bem como do quadro legislativo e orientador do sistema educativo.

Nesse sentido, o presente documento corresponde à revisão da carta educativa, atendendo ao disposto no artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

As medidas de intervenção propostas pretendem dar continuidade ao projeto educativo concelhio, com vista à melhoria da qualidade de ensino, aproximando a educação de todos e elevando os níveis de escolaridade.

Num mundo rural em que muitas escolas encerram por falta de alunos, torna-se premente repensar a educação. A aposta numa escola inclusiva e adaptada às novas tecnologias, catapultando-a para o exterior nunca esquecendo as suas raízes, é, sem dúvida, uma nova aposta para as próximas décadas.

Bibliografia e Fontes

AMIGUINHO, Abílio (2004) – *A Escola e o Futuro do Mundo Rural*, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Anuário Estatístico da Região Centro de 2008, Lisboa: INE.

Anuário Estatístico de Portugal de 2010, Lisboa: INE.

Actualização do Diagnóstico Social do Concelho de Góis, Góis: Câmara Municipal de Góis, 2010.

Atlas da Paisagem do Vale do Ceira, in www.dueceira.pt, Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, Abril de 2012.

BATISTA, Luís e MACEDO, Paulo (2011) – *Um País na mesma, um Portugal mais urbano*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CASIMIRO, Fernando (2011) – *Portugal (des)continuidades demográficas. Uma análise a partir dos resultados preliminares dos censos de 2011*, Lisboa: INE.

Carta Educativa do Concelho de Góis, Góis: Câmara Municipal de Góis, 2006.

Contrato de execução n.º 469/2009, de 16 de novembro, transferência de competências para os municípios em matéria de educação, Ministério da Educação e Município de Góis.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público e privado, particular e cooperativo.

Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação.

Despacho n.º 14460/2008, de 15 de maio, Gabinete da Ministra da Educação.

Despacho n.º 14460/2008 (2ª série), de 26 de maio, que define as orientações para a implementação das atividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar e das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

Despacho n.º 20956/2008, de 11 de agosto, Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

Despacho n.º 8683/2011, de 16 de junho, Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

Educar para o Futuro. Projeto Educativo do Município de Góis, Góis: Câmara Municipal de Góis, 2010.

Estatísticas no feminino: ser mulher em Portugal (2001-2010), Lisboa: INE.

Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Modelo de Carta Educativa, in www.anmp.pt, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Abril de 2012.

Parecer Favorável Conjunto da Direcção Regional de Educação do Centro e do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação sobre a Carta Educativa do Concelho de Góis/Homologação pelo Ministério da Educação, 29 de maio de 2007.

Portaria n.º 230/2008, de 7 de março, que define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos e das formações modulares.

Portaria n.º 1242/2009, 12 de outubro, que aprova o regulamento do Regime de Fruta Escolar.

Plano de Desenvolvimento Social 2010-2013, Góis: Câmara Municipal de Góis, 2010.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Caderno II), Góis: Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Góis, 2012.

Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte (2008-2013), Candidatura ao “Mais Centro - Contratualização com subvenção global”, Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008.

Projeto Curricular do Agrupamento de Escolas de Góis (2009/2013), Góis: Agrupamento de Escolas de Góis.

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Góis (2009/2013), Góis: Agrupamento de Escolas de Góis.

Rede de Transportes Escolares 2011/2012, Góis: Câmara Municipal de Góis, 2011.

Relatório de Atividades de 2009, Góis: ARCIL.

Relatório de Atividade Agrupamento de Escolas de Góis, 1º e 2º períodos, (2011/2012)

Programa de Atividades de Enriquecimento curricular no 1º CEB, Agrupamento de Escolas de Góis, 2011/2012

Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Góis (2009/2013), Góis: Agrupamento de Escolas de Góis.

SAVATER, Fernando; MORENO CASTILLO, Ricardo; CRATO, Nuno; DAMIÃO, Helena (2010) – *O valor de educar, o valor de instruir*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

TIAGO, Henrique (2007) – *Análise Demográfica do Concelho de Góis*, Góis: ADIBER.

www.ccdrc.pt, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Abril de 2012.

Índice de figuras

Figura 1 – Mapa pormenor do Concelho de Góis	10
Figura 2 – Mapa hidrográfico do Concelho de Góis	11
Figura 3 – Mapa das áreas ardidadas do Concelho de Góis	13
Figura 4 – Mapa de declives do Concelho de Góis	14
Figura 5 – Mapa de exposições do Concelho de Góis	15
Figura 6 – Variação da população residente em Portugal, por freguesia	18
Figura 7 – Mapa da densidade populacional por concelho	21
Figura 8 – Mapa de posicionamento do Concelho de Góis em Portugal	21
Figura 9 – Zona Industrial de Góis	36
Figura 10 – Mapa do uso e ocupação do solo do Concelho de Góis	39
Figura 11 – Mapa da localização da rede viária do Concelho de Góis	46
Figura 12 – Obras de requalificação da EB1/JI de Góis	56
Figura 13 – Jardim de infância de Góis, 2012	59
Figura 14 – Jardim de infância de Góis, 2012	59
Figura 15 – Jardim de infância de Ponte do Sótão, 2012	60
Figura 16 – Jardim de infância de Ponte do Sótão, 2012	60
Figura 17 – Jardim de infância de Vila Nova do Ceira, 2012	60
Figura 18 – Jardim de infância de Vila Nova do Ceira, 2012	60
Figura 19 – Jardim de infância do Centro Social Rocha Barros, 2012	62
Figura 20 – Jardim de infância de Cortes, 2012	65
Figura 21 – Centro Escolar de Alvares, 2012	67
Figura 22 – Antiga E.B. 1 de Alvares, 2009	68
Figura 23 – Centro Escolar de Alvares, 2012	68
Figura 24 – E.B. 1 de Bordeiro, 2011	69
Figura 25 – E.B. 1 de Cortes, 2007	70
Figura 26 – E.B. 1 de Colmeal, 2006	70
Figura 27 – E. B. 1 de Góis, 2012	71
Figura 28 – Sala de Apoio da Ponte do Sótão, 2012	72

Figura 29 – E.B. 1 de Vila Nova do Ceira, 2012	73
Figura 30 – Escola E.B. 2,3 de Góis, 2012	75
Figura 31 – Refeitório E.B. 1/JI de Góis	89
Figura 32 – Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	93
Figura 33 – Fotografias de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), 2012	102
Figura 34 – Natação, Piscina Municipal da Lousã	103
Figura 35 – Expressão e Educação Físico-Motora, Pavilhão Gimnodesportivo de Góis, 2011	103
Figura 36 – Aula de Educação Musical, 2012	104
Figura 37 – Atividades de Apoio à Família, E.B. 1 de Góis, 2012	105
Figura 38 – Atividades de Apoio à Família, E.B. 1 de Góis, 2012	106
Figura 39 – Atividades promovidas pelo Projeto Escolhas de Futuro	111
Figura 40 – Atividade do Programa Eco-Escolas	115
Figura 41 – Atividade promovida pela Biblioteca Municipal, 2011	116
Figura 42 – Atividades de tempos livres de verão, 2011	116
Figura 43 – Atividade promovida pelo Posto de Turismo, 2011	117
Figura 44 – Residência de Estudantes de Góis, 2012	119
Figura 45 – Refeitório da Residência de Estudantes de Góis, 2012	120
Figura 46 – Parque Infantil do Cerejal, 2012	126
Figura 47 – Parque Infantil de Vila Nova do Ceira, 2012	126
Figura 48 – Parque Infantil de Alvares, 2012	127
Figura 49 – Circuito de Manutenção de Góis/ Skate Parque/Polidesportivo, 2012	127
Figura 50 – Pavilhão Gimnodesportivo de Góis, interior ginásio, 2012	128
Figura 51 – Polidesportivo de Ponte do Sótão	128
Figura 52 – Polidesportivo da Cabreira	128
Figura 53 – Biblioteca Municipal António Francisco Barata	128
Figura 54 – Associação Educativa e Recreativa de Góis (foto antiga)	129
Figura 55 – Parque de Campismo Municipal de Góis	130
Figura 56 – Bungalow, Parque de Campismo Municipal	130
Figura 57 – 4ª Secção de Alvares da AHBVG, 2012	131

Figura 58 – Quartel Sede da AHBVG, 2012	131
Figura 59 – Mapa identificativo do Concelho de Góis	136

Índice de gráficos

Gráfico 1 – População residente por local de residência e estado civil	17
Gráfico 2 – Pirâmide etária por género em Portugal	22
Gráfico 3 – População residente por género 2001-2012	25
Gráfico 4 – População residente por grupo etário 2001-2010	26
Gráfico 5 – Residentes no Concelho de Góis por género e grupo etário	27
Gráfico 6 – População residente do género masculino 2011	28
Gráfico 7 – População residente do género feminino 2011	28
Gráfico 8 – Taxas brutas de natalidade e de mortalidade 2001-2010	29
Gráfico 9 – População residente, género feminino por grupo etário nas freguesias	30
Gráfico 10 – População residente, género masculino por grupo etário nas freguesias	30
Gráfico 11 – Densidade populacional por freguesia e por nº de habitantes por km ²	31
Gráfico 12 – Índice de envelhecimento por freguesia	32
Gráfico 13 – Índice de dependência de idosos	32
Gráfico 14 – Estrutura da população ativa (%)	36
Gráfico 15 – Níveis de ensino da população do Concelho de Góis 2005-2012	53
Gráfico 16 – Alunos a frequentar o ensino no Concelho de Góis 2005-2012	56
Gráfico 17 – Estabelecimentos do pré-escolar/rede pública 2005/2006 – 2011/2012	59
Gráfico 18 – Centro Social Rocha Barros/Jardim de Infância 2005/2006-2011/2012	62
Gráfico 19 – Berçário e creche do Centro Social Rocha Barros 2005/2006 – 2011/2012	63
Gráfico 20 – Creche e jardim de infância de Cortes 2005/2006 – 2011/2012	64
Gráfico 21 – Frequência escolar do 1º ciclo E.B. de Alvares 2005/2006 – 2011/2012	68
Gráfico 22 – Frequência escolar do 1º ciclo E.B. de Bordeiro 2005/2006 – 2010/2011	69
Gráfico 23 – Frequência escolar do 1º ciclo E.B. Góis 2005/2006 – 2011/2012	72
Gráfico 24 – Frequência escolar 1º ciclo E.B. Ponte do Sótão 2005/2006 – 2011/2012	72
Gráfico 25 – Frequência escolar do 1º ciclo E. B. Vila Nova do Ceira 2005/2006 – 2011/2012	73
Gráfico 26 – Estabelecimentos do 1º ciclo retenções 2005/2006 – 2011/2012	74

Gráfico 27 – Frequência escolar 2º e 3º ciclos 2005/2006 – 2011/2012	76
Gráfico 28 – Frequência escolar 5º ano/9º ano 2005/2006 – 2011/2012	77
Gráfico 29 – Taxa de transição por ciclo, ano letivo 2009/2010 – 2010/2011	84
Gráfico 30 – Retenções 2º e 3º ciclos em valor percentual 2005/2006 – 2010/2011	85
Gráfico 31 – Total de alunos subsidiados do 2º e 3º ciclos E.B. 2005/2006 – 2010/2011	88
Gráfico 32 – Distribuição por Idade/ CRI	94
Gráfico 33 – Distribuição por Problemática/ CRI	94

Índice de quadros

Quadro 1 – Comparação dos sistemas de ensino de vários países	6
Quadro 2 – População do Concelho de Góis (1801-2011)	12
Quadro 3 – População residente 2001-2010	18
Quadro 4 – Densidade populacional 2001-2010 (%)	20
Quadro 5 – Taxa de natalidade e índice de envelhecimento 2001-2010	22
Quadro 6 – População, por local de residência, género e grupo etário em 2011	24
Quadro 7 – População residente no Concelho de Góis, por género 2001-2010	25
Quadro 8 – População residente por grupo etário 2001-2010	26
Quadro 9 – População residente por género e grupo etário 2001-2010	27
Quadro 10 – População residente masculina, por grupo etário	27
Quadro 11 – População residente feminina, por grupo etário	28
Quadro 12 – Taxas de natalidade/mortalidade e saldo natural 2001-2010	29
Quadro 13 – População residente por freguesia, género e grupo etário, 2011	30
Quadro 14 – Densidade populacional por freguesia, 2011	31
Quadro 15 – Índice de envelhecimento/ índice de dependência dos idosos	31
Quadro 16 – Desemprego registado, por género e tempo de inscrição	34
Quadro 17 – Desemprego registado, por grupo etário	34
Quadro 18 – Desemprego registado, por nível de escolaridade	34
Quadro 19 – N.º de desempregados inscritos por género	35
Quadro 20 – Motivo de inscrição	35
Quadro 21 – Análise percentual por setor de atividade	36
Quadro 22 – Empresas com sede no concelho segundo C.A.E. – Rev.3, 2009	37
Quadro 23 – Indústrias transformadoras sedeadas no concelho	38
Quadro 24 – Uso e ocupação do solo por freguesia	40
Quadro 25 – Distribuição das espécies florestais por freguesia	41
Quadro 26 – Taxa de escolarização bruta, por nível de ensino em Portugal 2000/2010	51
Quadro 27 – Taxas de analfabetismo – 2001/2011	52
Quadro 28 – Distribuição da população por freguesia e por género, segundo o nível	53

de ensino 2011

Quadro 29 – Alunos a frequentar o ensino no Concelho de Góis entre 2005 e 2012	55
Quadro 30 – Taxa bruta (%) de pré-escolarização no concelho entre 2005 e 2008	57
Quadro 31 – Frequência nos jardins de infância rede pública e rede privada do concelho ano letivo 2011/2012	57
Quadro 32 – Estabelecimentos do pré-escolar/rede pública ano letivo 2011/2012	58
Quadro 33 – Frequência nos estabelecimentos do pré-escolar/rede pública, anos letivos 2005/2006-2011/2012	58
Quadro 34 – Frequência no pré-escolar / rede privada ano letivo 2005/2006-2011/2012	61
Quadro 35 – Valência de berçário e creche do Centro Social Rocha Barros Frequência 2005/2006 – 2011/2012	62
Quadro 36 – Número de trabalhadores afetos a cada serviço 2005/2006-2011/2012	63
Quadro 37 – Creche e jardim de infância de Cortes – Frequência 2005/2006-2011/2012	64
Quadro 38 – Número de trabalhadores 2005/2006 – 2011/2012	65
Quadro 39 – Estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico do concelho, Frequência 2005/2006-2011/2012	66
Quadro 40 – Frequência no ensino básico por escola e ano de escolaridade no ano letivo 2011/2012	67
Quadro 41 – Frequência escolar EB1 de Alvares/Centro Escolar de Alvares, anos letivos 2005/2006-2011/2012	68
Quadro 42 – Frequência escolar na E.B. 1 2005/2006-2010/2011	69
Quadro 43 – Frequência escolar E.B. 1 de Cortes 2005/2006-2006/2007	70
Quadro 44 – Frequência escolar E.B. 1 do Colmeal 2005/2006	70
Quadro 45 – Frequência escolar E.B.1 de Góis 2005/2006-2011/2012	71
Quadro 46 – Frequência escolar Sala de Apoio da Ponte do Sótão 2005/2006-2011/2012	72
Quadro 47 – Frequência escolar E.B. 1 de Vila Nova do Ceira 2005/2006-2011/2012	73
Quadro 48 – Retenções 1º ciclo no Concelho de Góis 2005/2006-2011/2012	73

Quadro 49 – Frequência escolar 2º e 3º ciclos E.B. 2005/2006-2011/2012	75
Quadro 50 – Frequência escolar do 5º ano ao 9º ano 2005/2006-2011/2012	76
Quadro 51 – 1º ciclo – ano letivo 2011/2012	77
Quadro 52 – Nº de alunos apoiados pela equipa de educação especial, 2009-2012	79
Quadro 53 – A educação especial durante o ano letivo 2011/2012	79
Quadro 54 – Taxa de abandono precoce, por género, 2011	82
Quadro 55 – População residente em Portugal 2001 – 2011	82
Quadro 56 – Taxa de abandono precoce de educação e formação (%) por género em Portugal na última década	83
Quadro 57 – Taxa de transição (%) por ciclo, ano letivo 2009/2010 – 2010/2011	83
Quadro 58 – Retenções (%) no 2º e 3º ciclo 2005/2006 – 2010/2011	85
Quadro 59 – Pessoal docente ano letivo 2011/2012	86
Quadro 60 – Pessoal não docente ano letivo 2011/2012	86
Quadro 61 – Total de alunos subsidiados do 2º e 3º ciclos do ensino básico 2005/2006 – 2010/2011	88
Quadro 62 – Total de alunos subsidiados do 1º ciclo do ensino básico, 2005/2006 – 2010/2011	89
Quadro 63 – Regime de fruta escolar 2011/2012	91
Quadro 64 – Nº de alunos apoiados pela rede de transportes escolares no Concelho – 2011/2012	92
Quadro 65 – Evolução do n.º de alunos apoiados pela rede de transportes escolares	92
Quadro 66 – Cursos com Certificação Escolar e Profissional desenvolvidos pela ADIBER	97
Quadro 67 – Cursos com Certificação Escolar e Profissional desenvolvidos pelo Centro de Emprego de Arganil	98
Quadro 68 – Cursos de formação profissional ministrados no concelho de Góis	100
Quadro 69 – A.T.L. Centro Social Rocha Barros, frequência de crianças por localidade	109
Quadro 70 – A.T.L. Santa Casa da Misericórdia de Góis, CATL de Vila Nova do Ceira, frequência de crianças por idades ano letivo 2010/2011 – 2011/2012	110

Quadro 71 – Rede concelhia de A.T.L. verão 2011	117
Quadro 72 – Taxa de ocupação da Residência de Estudantes 2005/2006 – 2011/2012	120
Quadro 73 – Pessoal ao serviço da Residência de Estudantes	121
Quadro 74 – Taxa de Ocupação E.B. 2,3 de Góis	135
Quadro 75 – Taxa de escolarização 2º e 3º CEB (%) (Bruta)	135
Quadro 76 – Taxa de Ingresso 2º e 3º CEB (%) (Bruta)	135
Quadro 77 – Variação da população no concelho de Góis entre 2001 - 2011	136
Quadro 78 – Taxa bruta de natalidade (%) 2001-2011	137
Quadro 79 – N.º total de nados vivos por género, 2001-2011	137
Quadro 80 – Taxa bruta de mortalidade (%) 2001-2011	137
Quadro 81 – N.º total de óbitos por género, 2001-2011	138
Quadro 82 – Evolução da população no Concelho de Góis entre 2011 - 2021	139
Quadro 83 – Análise prospectiva de alunos nos diferentes graus de ensino nos próximos 5 anos letivos 2013/2014 – 2017/2018	140

Índice geral

INTRODUÇÃO	3
PRINCÍPIOS GERAIS DA EDUCAÇÃO	5
I PARTE – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE GÓIS	8
1. Caracterização territorial e biofísica	9
1.1 Análise territorial	9
1.2 Análise biofísica	11
2. Caracterização socioeconómica	16
2.1 Análise demográfica	16
2.2 Análise económica e emprego	33
2.3 Rede viária e acessibilidades	43
2.4 Análise swot	47
II PARTE – ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE GÓIS	49
1. Caracterização e evolução do sistema educativo em Portugal	50
1.1 Enquadramento geral da educação e ensino no Concelho de Góis	52
1.2 A procura da educação, do ensino e da formação no Concelho de Góis	55
1.2.1 A educação pré-escolar	56
1.2.2 O ensino básico	66
1.2.3 Alunos com necessidades educativas especiais	77
1.2.4 Abandono e sucesso escolar	82
1.2.5 Pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Góis	86
1.2.6 Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Góis	86
1.2.7 Ação social escolar	88
1.3 O ensino especial no Concelho de Góis	93
1.3.1 Projeto inclusão escolar – CRI	94
1.4 A educação e formação para adultos	95
1.4.1 Cursos de Educação e Formação para Adultos	97
1.4.2 Centros de Novas Oportunidades	98
1.4.3 A formação no Concelho de Góis	99
2. Recursos no âmbito da educação	101
2.1 Atividades de Enriquecimento Curricular	101
2.2 Atividades de Complemento Curricular	103
2.3 Equipamentos de ocupação de tempos livres	105
2.3.1 Atividades de Animação e Apoio à Família	105
2.3.2 Grupos, tempos e espaços de animação socioeducativa	107
2.3.3 Atividades de tempos livres de verão	116
2.4 Residência de Estudantes de Góis	119
2.5 Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Góis	122
III PARTE – EQUIPAMENTOS COLETIVOS	124

IV PARTE – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	132
1. Síntese do diagnóstico	133
1.1 A educação pré-escolar	133
Freguesia de Alvares	133
Freguesia de Góis	133
Freguesia de Vila Nova do Ceira	134
1.2 O 1º ciclo do ensino básico	134
1.3 Os 2º e 3º ciclos do ensino básico	135
2. Análise prospetiva	136
2.1 Síntese da análise prospetiva	142
V PARTE – PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE EDUCATIVA DO CONCELHO	143
1. Enquadramento	144
2. Objetivos	144
3. Medidas de intervenção: propostas	145
VI PARTE – CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
Bibliografia e fontes	148
Índice de figuras	151
Índice de gráficos	154
Índice de quadros	156
Índice geral	160